

# Relatório e Contas Consolidado

## 2005

**BBVA** Portugal

# ÍNDICE

Relatório e Contas Consolidado 2005

3	<b>SÍNTESE DE INDICADORES RELEVANTES</b>
5	<b>ÓRGÃOS SOCIAIS</b>
7	<b>QUADRO DIRECTIVO</b>
9	<b>ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO</b>
11	<b>ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>12. Economia Internacional</li><li>13. Economia da Zona Euro</li><li>14. Economia Portuguesa</li></ul>
18	<b>ACONTECIMENTOS RELEVANTES</b>
21	<b>ACTIVIDADE DAS PRINCIPAIS ÁREAS DO BANCO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>22. Banca Comercial</li><li>26. Banca Hipotecária</li><li>26. BBVA Patrimónios</li><li>27. Banca Corporativa Global</li><li>29. Mercados</li><li>29. Banca Institucional</li><li>30. Meios</li><li>31. Recursos Humanos</li></ul>
32	<b>ACTIVIDADE DAS EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>33. BBVA Gest</li><li>35. BBVA Leasimo</li><li>36. BBVA IFC (BBVA Financiamento)</li><li>37. BBVA Fundos</li></ul>
39	<b>ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO GRUPO</b>
52	<b>RECONHECIMENTO PÚBLICO</b>
54	<b>ANEXO AO Relatório DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>55. Informação sobre os accionistas<ul style="list-style-type: none"><li>Relatório dos Auditores</li><li>Demonstrações Financeiras : Consolidadas</li><li>Certificação legal de Contas : Consolidadas</li><li>Relatório e Parecer do Conselho Fical : Contas Consolidadas</li><li>Acta da Assembleia Geral</li></ul></li></ul>

# SÍNTESE DE INDICADORES RELEVANTES



## SÍNTESE DE INDICADORES RELEVANTES

BBVA (Portugal) Contas Consolidadas	VARIAÇÃO				
	PCSB	(Proforma)	NCA*		
BALANÇO	2004	2004	2005	ABS	%
Activo Líquido Total	3.881.961	3.912.425	4.799.644	887.219	22,7%
Crédito a Clientes	3.150.790	3.215.395	3.860.294	644.899	20,1%
Recursos de Clientes	2.766.048	2.766.598	3.374.629	608.031	22,0%
Em Balanço	1.732.948	1.733.498	2.022.488	288.990	16,7%
Fundos de Investimento	536.491	536.491	705.057	168.566	31,4%
Outros fora de Balanço	496.609	496.609	647.084	150.475	30,3%
Capital	202.724	196.766	230.030	33.264	16,9%
<b>CONTA DE RESULTADOS</b>					
(+) Juros e rendimentos similares	131.198	131.250	144.938	13.688	10,4%
(-) Juros e encargos similares	73.886	73.120	85.697	12.577	17,2%
<b>(=) Margem Financeira</b>	<b>57.312</b>	<b>58.130</b>	<b>59.241</b>	<b>1.111</b>	<b>1,9%</b>
(+) Rendimentos de Capital (Dividendos)	1.680	1.680	519	-1.161	-69,1%
(+) Resultados de Serviços e Comissões	28.395	30.139	35.305	5.166	17,1%
(+) Outros Resultados de Exploração	16.552	12.515	12.074	-441	-3,5%
<b>(=) Produto Bancário</b>	<b>103.938</b>	<b>102.464</b>	<b>107.139</b>	<b>4.675</b>	<b>4,6%</b>
(-) Custos c/Pessoal e Administrativos	71.443	81.606	76.861	-4.745	-5,8%
(-) Amortizações	9.419	5.124	5.088	-36	-0,7%
(-) Provisões e Imparidade	3.300	3.300	6.484	3.184	96,4%
(+) (Resultados Extraordinários)	-8.625	-	-	-	-
<b>(=) Resultado antes de impostos e de interesses minoritários</b>	<b>11.152</b>	<b>12.434</b>	<b>18.706</b>	<b>6.272</b>	<b>50,4%</b>
(-) Provisões p/Impostos s/Lucros	1.011	5.449	5.003	-446	-8,2%
(-) Provisões p/Impostos Correntes	1.011	1.332	1.808	476	35,7%
(-) Provisões p/Impostos Diferidos	-	4.117	3.195	-922	-22,4%
<b>(=) Resultado após impostos e antes de interesses minoritários</b>	<b>10.141</b>	<b>6.985</b>	<b>13.703</b>	<b>6.718</b>	<b>96,2%</b>
(-) Interesses minoritários	331	271	665	394	145,4%
<b>(=) Resultado Consolidado do Exercício</b>	<b>9.810</b>	<b>6.714</b>	<b>13.038</b>	<b>6.324</b>	<b>94,2%</b>

\*Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA)

	2004	2005	Δ2005/2004
R.O.A.	0,30%	0,44%	0,14%
R.O.E.	5,58%	8,94%	3,36%
Rácio de Solvabilidade	8,97%	8,43%	-0,54%
Número de Agências Bancárias	111	111	0
Número de Empregados	869	867	-2

# ÓRGÃOS SOCIAIS



## **1. ÓRGÃOS SOCIAIS**

### **Assembleia Geral**

*Presidente:* Adolfo Jorge Pinheiro de Castro Brito

*Secretário:* Maria de Carmo de Abreu Barbosa

### **Conselho de Administração**

*Presidente:* José Eduardo Vera Cruz Jardim

*Administrador-Delegado:* Segundo Huarte Martin

### **Vogais:**

Guilherme Vitorino Guimarães de Palma Carlos

Ignacio Lacasta Casado

José Luis Joló Marín

José Joaquim Ponte da Silva

José Joaquín Puig de la Bellacasa

Juan Asua Madariaga

Júlio Lopez Gomez \*

### **Conselho Fiscal**

*Presidente:* Luís Fernando Sampaio Pinto Bandeira

*Vogal:* Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima

*ROC:* Martinez, Carvalheda, Plácido & Associados SROC, n°105, representada por Plácido Norberto dos Inocentes, ROC n° 772

*ROC Suplente:* Deloitte & Associados, SROC n° 43, representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães, ROC n° 550

\* Falecido em Outubro 2005

# QUADRO DIRECTIVO



## **QUADRO DIRECTIVO**

### **Administrador-Delegado Presidente do Comité de Direcção**

Segundo Huarte Martin

### **Administradores**

José Joaquim Ponte da Silva

### **Directores Gerais**

Carlos Gonzalez Mira

José Carlos Tavares Pessoa

Joan Piera y Miquel

Luís Filipe da Silva Figueiredo

Paulo Miguel Teles Almeida Capela

Pedro Manuel de Seabra Vanzeller

Rui Manuel Claudino Lopes

### **Comité de Direcção Geral (CDG )**

Tem por principais missões a gestão e tomada de decisões de alto nível do banco, a entrada e saída de áreas específicas de negócio, a gestão e política de pessoal, a política e prioridades operativas de aplicação em geral, o acompanhamento de projectos multisegmento e multifuncionais e o acompanhamento e acções correctivas dos resultados do Banco.

### **Comité de Riscos e Investimentos (CRI)**

Tem por âmbito o risco de contrapartida em todo o tipo de operações. A sua missão consiste na autorização de operações que lhe sejam apresentadas e na definição de políticas de risco.

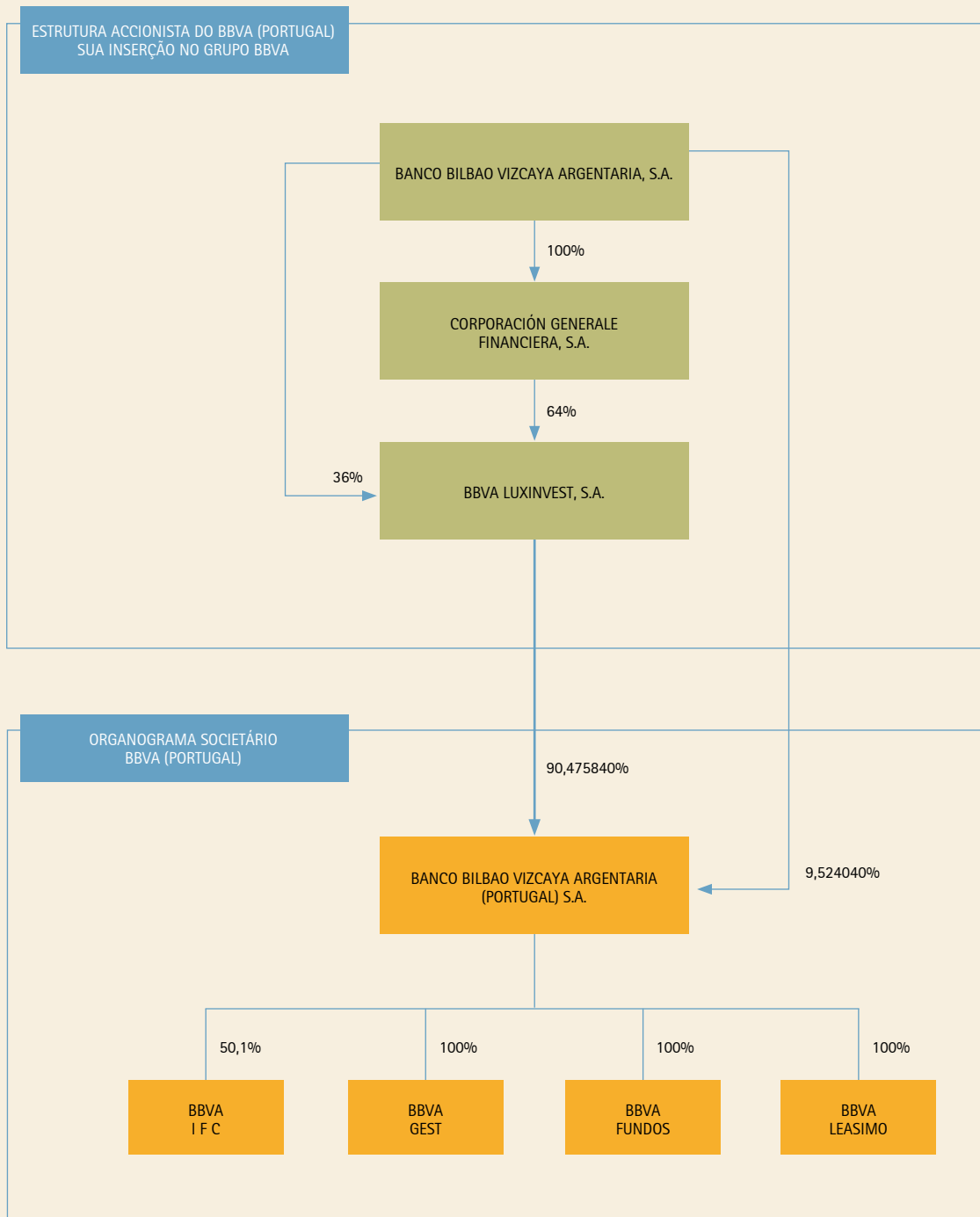
### **Comité de Activos e Passivos (CAP)**

Tem por missão o controlo e acompanhamento de riscos derivados da taxa de juro, por razões estruturais ou tomada de posições, o risco de câmbio e o risco de liquidez.

Cabe-lhe estabelecer os limites à tomada de posições e decidir sobre as posições estruturais a manter ou a corrigir e, em geral, a gestão financeira do Banco.

# ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO E ESTRUTURA ACCIONISTA





# **ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO**

**4.1. ECONOMIA INTERNACIONAL**

**4.2. ECONOMIA DA ZONA EURO**

**4.3. ECONOMIA PORTUGUESA**



## 4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

### 4.1 Economia Internacional

Apesar da incerteza gerada pela evolução dos preços do petróleo, a economia mundial continuou a crescer a um ritmo elevado em 2005. Os ganhos associados à inovação tecnológica e a crescente globalização, que pressiona em baixa os custos e amplia as possibilidades de investimento/financiamento, geram um contexto propício para o crescimento mundial, apoiado também pela solidez “macro” dos países emergentes e pela solidez “micro” do sector empresarial.

Previsões de Crescimento	2003	2004	2005	2006
OCDE	1,9	3,3	2,6	2,8
EUA	2,7	4,2	3,6	3,2
UEM	0,7	1,8	1,3	2,0
Japão	1,4	2,7	2,0	2,5
Países não OCDE	6,3	7,2	6,3	5,9
América Latina	1,7	5,9	4,4	3,5
MUNDIAL	4,0	5,1	4,2	4,1

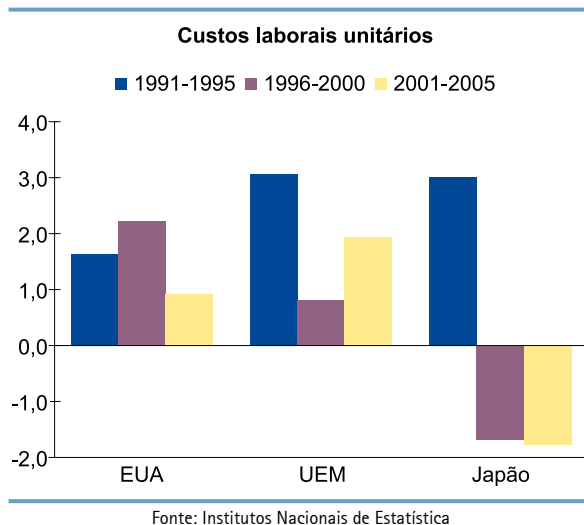
Fonte: BBVA

A economia dos EUA permaneceu como uma das mais dinâmicas, sustentada por ganhos estruturais de produtividade e por políticas monetária e fiscal flexíveis. Esta expansão, que se apoiou na força do sector empresarial e no crescimento do consumo privado, foi ainda favorecida pelo aumento da riqueza imobiliária. Todavia, num contexto de taxas de juro mais altas, menor impulso orçamental, preços do petróleo mais elevados e sinais de desaceleração cíclica na produtividade, começa a observar-se já uma certa moderação no consumo privado, no investimento não habitacional e na procura de importações, ainda que o crescimento continue bastante dinâmico.

A médio prazo, a combinação de taxas de juro mais elevadas, sendo lícito esperar que a Reserva Federal mantenha o aumento gradual das subidas de juros, situando os juros dos “fed funds” em 4,75% no primeiro trimestre de 2006, com a moderação do crescimento do emprego e com o abrandamento da produtividade rumo ao seu crescimento de médio prazo, que se estima entre 2% e 2,5%, traduzir-se-ão num menor ritmo de expansão do consumo privado. O mesmo vai ocorrer com o investimento privado, ante o ajustamento dos gastos das famílias e o menor dinamismo dos lucros empresariais. Face a tudo isto, é lícito esperar que a economia norte-americana, depois de crescer 3,6% em 2005, desacelere ligeiramente em 2006.

Apesar das perspectivas favoráveis de crescimento, o cenário mundial comporta riscos em baixa. Uma das principais fontes de preocupação é o forte aumento dos preços energéticos e, em concreto, dos preços do petróleo, em parte impulsionado pela participação acrescida dos países emergentes no crescimento mundial.

Até agora, o impacto do aumento dos preços do petróleo sobre a economia mundial tem sido moderado, graças à maior eficiência energética, ao menor protagonismo dos mecanismos de indexação salarial e ao carácter gradual da subida dos preços, que permitiram um ajuste nas expectativas dos agentes. Na realidade, em conjunto com o choque do petróleo, e em parte a ele ligado, ocorre um processo de globalização que actua compensando, pelo menos parcialmente, este choque. O comércio mundial está mais dinâmico e há uma maior oferta relativa de força de trabalho, o que contribui para tornar mais baratos os custos laborais.

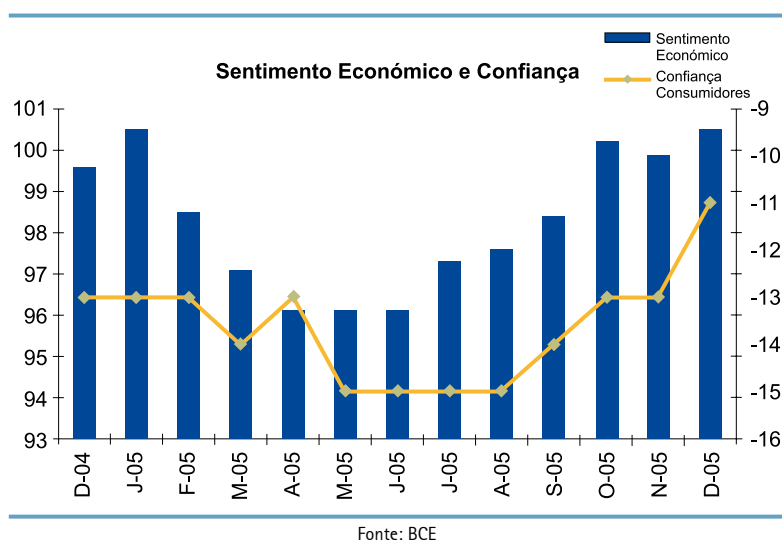


Não obstante prevê-se, para 2006, mais um ano de significativo crescimento para a economia global, idêntico ao nível observado em 2005, sendo de esperar que os países que menos contribuíram para o crescimento mundial no passado recente, como o Japão ou os países que integram a UEM, aumentem o seu contributo em resultado de uma certa recuperação cíclica, dessa forma compensando em parte a desaceleração moderada prevista em países mais dinâmicos, como os Estados Unidos. Contudo, a economia americana continuará a registar taxas de crescimento acima da UEM e do Japão.

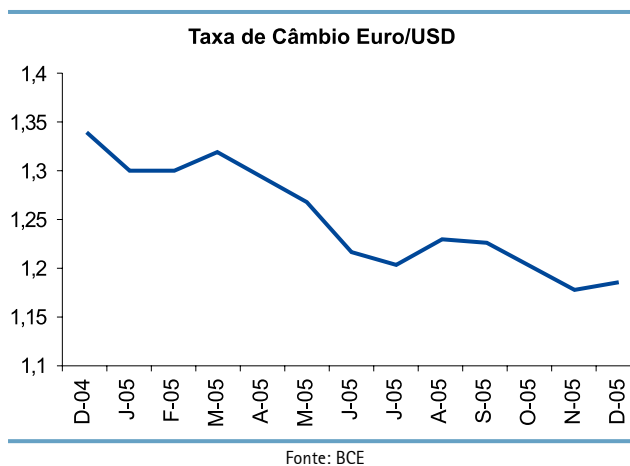
#### 4.2 Economia da Zona Euro

Na Europa, após a quebra do segundo trimestre, a situação cíclica registou uma melhoria generalizada, que se reflectiu tanto nos indicadores de sentimento económico, como nos valores de produção e na despesa. Os indicadores do clima empresarial corrigiram a sua tendência descendente, suportados pelo aumento das encomendas e por melhores expectativas de produção, e superaram a significativa acumulação de stocks registada no segundo trimestre.

Com algum atraso, a confiança dos consumidores também começou a melhorar, verificando-se perspectivas de emprego mais favoráveis. A produção industrial recuperou em linha com a revitalização da actividade industrial mundial e os indicadores da despesa dos agregados familiares, como as vendas no retalho ou os registos de veículos, apontam para um comportamento mais positivo do consumo privado.



Por outro lado, as exportações foram influenciadas favoravelmente pela reactivação do comércio mundial no terceiro trimestre e pela desvalorização do euro. Regista se, além do mais, uma elevada capacidade de adaptação às alterações da procura nos mercados. O abrandamento das exportações para os Estados Unidos e para a Ásia emergente estão a ser compensadas pelo aumento das importações dos países exportadores de petróleo.



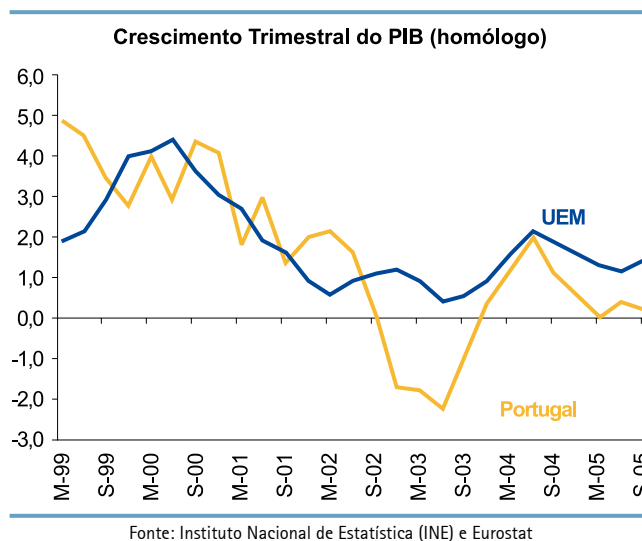
Estamos, portanto, perante uma melhoria da situação cíclica, confirmada pelo avanço do PIB do terceiro trimestre (0,6% de crescimento trimestral) que, segundo todos os indícios, se acentuou nos últimos meses de 2005.

Perante a melhoria dos indicadores de actividade e o aumento da inflação na UEM, como consequência do aumento dos preços energéticos, o BCE num contexto em que a recuperação parece mais sustentada, iniciou o processo de subida de taxas de juro em 1 de Dezembro, situando a taxa de referência em 2,25%. O que não implica, contudo, que se vá iniciar um ciclo agressivo de subidas de taxas, já que tudo indica que os movimentos de subida sejam graduais ao longo de 2006.

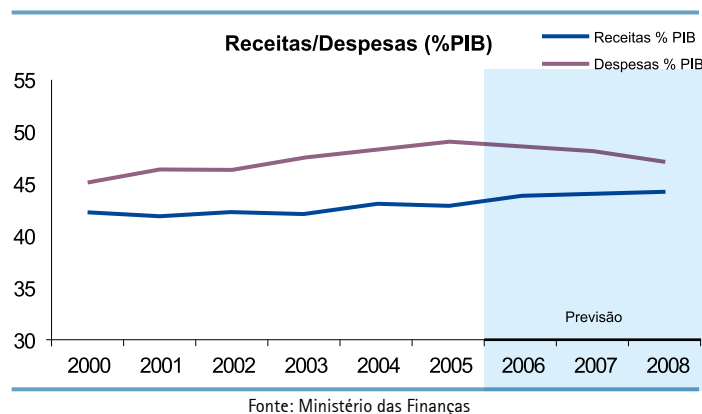
O cenário de crescimento para 2006 tem, no entanto, riscos em baixa. Em primeiro lugar, o preço do petróleo. Um aumento gera na economia mundial uma descida da procura, provoca um encarecimento do custo de produção das empresas e tem reflexos na inflação, directamente através dos preços energéticos, mas também indirectamente, por via de aumentos salariais e por reposição de margens de lucro. Em segundo lugar, a possibilidade de se verificar uma correcção brusca dos desequilíbrios nos EUA com uma consequente apreciação excessiva do euro. Finalmente, os problemas institucionais da área, num contexto de escassa flexibilidade, ou o aparecimento de novos focos de incerteza no âmbito político ou da saúde, podem travar a recuperação das expectativas dos agentes e retrain a recuperação sustentada da procura interna.

### 4.3 Economia Portuguesa

Em 2005 a economia portuguesa não apresentou sinais claros de recuperação, permanecendo no limiar da estagnação. Com um baixo crescimento, que se estima em 0,3% e apresentando uma deterioração no nível dos seus desequilíbrios estruturais, Portugal não aproveitou as vantagens de um contexto externo globalmente positivo. A falta de impulso da sua actividade, a perda de quota nos mercados externos e a menor confiança dos agentes económicos foram os principais factores determinantes do fraco crescimento.



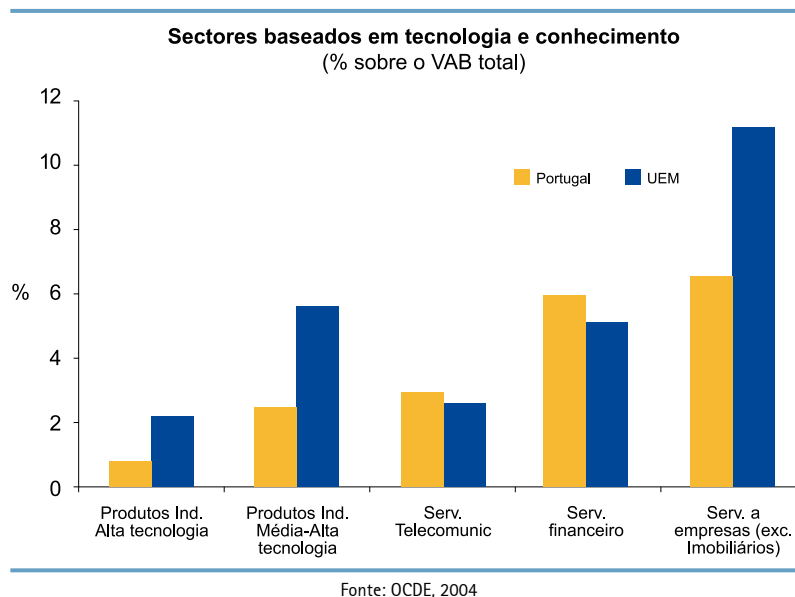
Esta situação de debilidade no ciclo económico é agravada pelo aumento dos desequilíbrios macroeconómicos, que têm no défice público a sua dimensão mais preocupante. O reconhecimento da consolidação orçamental como ferramenta necessária para garantir um crescimento sustentado no médio e longo prazos levou o Governo a aprovar um conjunto de medidas, que têm como objectivo reduzir o défice orçamental para um valor inferior a 3% do PIB em 2008.



Outro dos desequilíbrios macroeconómicos é o elevado défice na conta corrente e de capital que deverá ultrapassar os 8% do PIB em 2005.

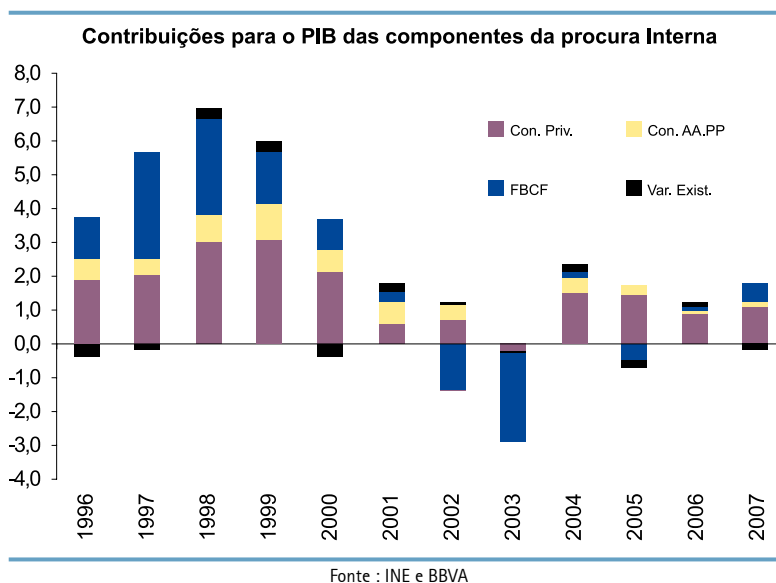
As necessidades de financiamento conjunto dos sectores público e privado e a deterioração da balança comercial contribuíram decisivamente para este novo aumento do défice externo. Numa conjuntura de níveis elevados de crescimento e de comércio mundial, a fragilidade das exportações de bens e de serviços constitui um dos aspectos mais negativos da actual conjuntura portuguesa.

As dificuldades para que os produtos portugueses reforcem a sua posição nos mercados externos traduzem um problema, não só de competitividade/preço, como também de especialização comercial.



Num contexto de concorrência externa acrescida, a evolução das exportações portuguesas sofreu em 2005 uma forte quebra no seu crescimento, passando de 5,4% em 2004 para 1,8% (segundo previsões do Banco de Portugal).

Assistiu-se igualmente em 2005 a uma evolução da formação bruta de capital fixo a taxas inferiores às esperadas, sobretudo a componente do investimento em bens de equipamento. O decréscimo no investimento esteve relacionado, em boa parte, com a confiança dos empresários, que foi muito afectada pela incerteza gerada pela necessidade de ajustamento orçamental e pela revisão em baixa das suas expectativas da procura. A perda de competitividade também contribuiu para a quebra do investimento.



Importa assinalar que, na actual etapa de crescimento, e ao contrário de outras fases de escasso dinamismo da economia portuguesa (1983 e 1993), o consumo privado se notabilizou pela sua pujança, aumentando o seu peso no PIB até alcançar máximos históricos. Este comportamento baseado na despesa das famílias, foi possível graças ao crescente recurso ao crédito, favorecido pela existência de condições monetárias folgadas e

pelas facilidades de acesso ao financiamento. O elevado nível de endividamento, que se poderá ter aproximado em 2005 de 120% do rendimento disponível, segundo estimativas do Banco de Portugal, vai conduzir a uma desaceleração do consumo privado nos próximos anos. A situação financeira dos consumidores privados é, como tal, mais vulnerável a futuras subidas das taxas de juro e a política orçamental restritiva, a moderação salarial e o aumento da taxa de desemprego, que atingiu 8% no último trimestre de 2005, incidem negativamente nos rendimentos das famílias e na sua confiança, que se mantém em níveis baixos.

Esta situação de debilidade cíclica da economia portuguesa contribuiu para o controlo da inflação (medida pelo IPC), que atingiu 2,3% em 2005. O impacto da subida do IVA, do tabaco e dos impostos sobre a energia, que entraram em vigor nos meses de Julho e de Agosto de 2005, contribuíram para um ligeiro acréscimo da taxa inter-anual.

Do lado da oferta, um factor adicional, a contenção das subidas dos salários, está a contribuir para moderar o ritmo de crescimento dos custos laborais unitários. As maiores pressões em alta sobre a inflação, são geradas pela subida do preço do petróleo e pela sua repercussão directa na componente de energia. Espera-se porém que a inflação se mantenha numa rota de leve aceleração nos próximos meses.

Depois de finalizar o ano de 2005 com um baixo crescimento e intensificação dos desequilíbrios estruturais, prevê-se para 2006 um crescimento moderado e gradual, que irá ganhando intensidade à medida que a incerteza em torno das mudanças estruturais se dissipe e comecem a materializar-se os primeiros resultados das reformas estruturais propostas pelo Governo e que têm por eixo principal o compromisso de consolidar as contas públicas.

Um crescimento mais acentuado da actividade económica em 2006 implica uma mudança na composição dos factores impulsionadores, em que o investimento deve assumir um maior protagonismo e o consumo privado desempenhar um papel menos preponderante. Outra mudança relevante no padrão de crescimento da economia portuguesa em 2006 será a evolução do consumo público. O compromisso de saneamento do sector público reflecte-se no Orçamento para 2006, que contempla o congelamento de carreiras dos funcionários, uma moderação na actualização das tabelas salariais e a quebra nas compras de bens e serviços. Estas medidas têm como repercussão directa que esta componente não irá contribuir para o crescimento do PIB, o que implica uma alteração significativa face ao período de 1996 a 2004.

Previsões Macroeconómicas	Banco de Portugal		
	2005	2006	2007
PIB	0,3	0,8	1,0
Consumo Privado	1,8	1,2	1,1
Consumo Público	1,1	0,7	0,4
FBCF	-3,1	-1,1	-0,8
Exportações	1,8	4,0	5,2
Importações	2,4	2,8	3,2
Inflação	2,1	2,5	2,3
Défice BCorrente+BCapitais (% PIB)	8,2	8,5	8,8

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico

A procura de eficiência nos diferentes mercados de produtos e de factores para aumentar a competitividade é outra das prioridades. Nesta perspectiva, resultam essenciais as iniciativas aprovadas no Plano Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008, programa integrado na Estratégia de Lisboa. O carácter estrutural dos ajustamentos, ainda que tenha custos a curto prazo, é condição necessária, ainda que não suficiente, para garantir a consolidação do crescimento e a estabilidade macroeconómica a médio prazo.

# ACONTECIMENTOS RELEVANTES



## 5. ACONTECIMENTOS RELEVANTES

No **terceiro e último ano do Plano Director 2003/2005** confirma-se a correcção da estratégia implementada. A capacidade de inovação aliado a uma dinâmica comercial reforçada, conduziram a um crescimento no volume de negócios acima da média do sistema financeiro, o que permitiu uma maior penetração no mercado e um crescimento significativo dos resultados.

- O **Negócio Hipotecário** permaneceu como um dos principais vectores estratégicos da actividade do BBVA Portugal. A aposta na diferenciação e na melhoria permanente dos padrões de qualidade, foram decisivos para o sucesso desta área de negócio. É neste contexto que o BBVA lançou uma **nova solução “Crédito Habitação Fácil – Só Juros”**, que promove a acessibilidade, a flexibilidade e a segurança no acesso ao crédito à habitação, e que participou na **8ª edição do Salão Imobiliário de Lisboa**. Este Salão contribuiu para a dinamização, transparência e competitividade do mercado imobiliário, divulgando as oportunidades actualmente existentes no mercado nacional e internacional. Adicionalmente, e contribuindo para a reflexão sobre o mercado imobiliário português, lançou o segundo estudo relativo a este mercado cujo tema principal foi a **Acessibilidade à Habitação em Portugal**.
- Nos **Produtos de Activo** é igualmente de salientar a apresentação de uma nova solução de financiamento de veículos novos, o **“Crédito Automóvel Novo BBVA”**, que conjuga uma atractiva taxa comercial com a possibilidade de aceder a um serviço de apoio jurídico de consultadoria, e que possibilita a redução do esforço financeiro caso o cliente opte pelo pagamento de uma prestação final, que variará em função do prazo do empréstimo. Com o objectivo de captar e fidelizar clientes, o BBVA lançou o **“Plano Welcome de Colectivos”**, que disponibiliza um conjunto de soluções financeiras vantajosas ao nível da concessão de crédito para os colaboradores ou sócios dos colectivos com Protocolo celebrado com o Banco. Igualmente para Universidades e no âmbito do **“Super Crédito Pessoal BBVA”**, apresentaram-se três novos tipos de financiamento destinados a Licenciaturas, Pós-Graduações, Mestrados e Doutoramentos.
- Dirigindo-se igualmente ao segmento de particulares, o BBVA apresentou também novas **Soluções Financeiras de Poupança/Investimento**. Criando soluções de investimento a médio prazo que aliem a segurança e a liquidez de um Depósito a Prazo com taxas muito atractivas, com a aplicação em unidades de participação dos fundos BBVA, disponibilizando uma rentabilidade potencialmente atractiva e diversidade no prazo de aplicação, apresentou-se a **“Solução Tripla BBVA”**, a **“Solução Diversificada II BBVA”** a **“Solução Dual Todo-o-Terreno-FEI BBVA”**, a **“Solução Múltipla BBVA”** e a **“Solução Mista III BBVA”**.

É igualmente de destacar o lançamento, de oito novos tipos de **Depósitos Estruturados**, que oferecem ao investidor excelentes expectativas de rentabilidade e liquidez, associadas à total segurança do investimento, e de uma **“Conta Ordenado Plus BBVA”** que, para além de uma taxa devedora muito concorrencial, oferece um seguro de responsabilidade civil e uma remuneração credora muito atractiva, constituindo uma referência entre as contas ordenado disponíveis no mercado.

- A orientação imprimida no sentido de canalizar esforços para a obtenção de recursos, disponibilizando produtos de elevado valor acrescentado e adaptados a necessidades diversificadas e exigentes, traduziu-se numa forte presença do BBVA nos Fundos de Capital Garantidos. Nos produtos de capital garantido, dirigidos para investidores que privilegiem activos com baixo risco, lançaram-se cinco soluções inovadoras e de elevado valor: o **“Fundo de Capital Garantido BBVA Ranking Plus”**, o **“BBVA Extra 5 Accções”**, o **“BBVA 100 Ibex Positivo”** e mais uma solução pioneira e de elevado valor, o **“Fundo de Capital Garantido Top Dividendo BBVA”**, o primeiro lançado em Portugal que tem como referência um índice

composto por empresas de elevada rentabilidade por dividendo, que foi seguido, atendendo ao seu elevado sucesso, pelo lançamento do “**Fundo de Capital Garantido Top Dividendo II BBVA**”. Vocacionado para clientes que privilegiam a rentabilidade com risco controlado, o BBVA apresentou igualmente este ano o fundo “**BBVA Gestão Flexível Todo-o-Terreno-FEI**”. Esta solução de investimento a médio prazo é a única que, no mercado, permite investir de forma combinada em todas as classes de activos mobiliários.

- Investindo na protecção e na segurança dos seus clientes, o BBVA apresentou uma inovadora gama de **Fundos de Pensões Abertos**, com consolidação de ganhos e garantia de capital. Estes novos fundos “**BBVA Protecção 2015**” e “**BBVA Protecção 2020**” permitem a consolidação de ganhos trimestrais, mesmo que se produza um movimento desfavorável do mercado em que o fundo investe, admitem subscrições periódicas e têm uma gestão dinâmica, por forma a oferecer o maior retorno possível. A qualidade da inovadora gama de Fundos de Pensões Protecção foi determinante para a eleição do BBVA como **gestor do plano de pensões** dos empregados de várias e significativas empresas, potenciando novas oportunidades de cross selling a clientes que passam agora a deter um forte vínculo ao Banco.
- De salientar que, no âmbito dos **Project Finance**, o BBVA co-liderou e organizou um **sindicato bancário** que financiará, conjuntamente com o BEI, o maior projecto de energia eólica até agora desenvolvido em Portugal. O **projecto Generg**, é uma iniciativa emblemática no âmbito das energias renováveis, uma vez que contribui, de forma significativa e estruturada, para o aumento da capacidade de produção de energia eólica.
- Na área de **Investment Banking**, é de destacar a participação, como Co-Líder, num empréstimo obrigacionista para o Modelo Continente, a participação como Co-Arranger num empréstimo sindicado para o BANIF- Banco Internacional do Funchal e como Co-Líder num programa de papel comercial para o Metropolitano de Lisboa.
- No âmbito da estratégia de **Promoção de Parcerias** o BBVA procedeu à assinatura de um protocolo com o **Governo Regional da Madeira**, em que se oferece, aos funcionários sob tutela do Executivo, condições preferenciais nas soluções apresentadas pelo Banco.
- Pretendendo contribuir para acrescentar valor junto dos seus Clientes e da Sociedade em geral, o BBVA propõe-se reflectir periodicamente sobre as variáveis que condicionam a evolução quer da economia portuguesa no seu conjunto, quer de mercados específicos. Seguro da importância desse **compromisso social corporativo** o BBVA apresentou em 2005 dois cadernos de análise sobre a situação económica portuguesa e mundial, designados “**Situação Portugal**”, no primeiro dos quais se divulgou a construção de um novo indicador sintético de actividade para Portugal, o “**ISA-BBVA Portugal**”. Procedeu igualmente ao lançamento, na Câmara de Comércio de A Coruña em parceria com a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola, o **guia de “Como Fazer Negócios em Portugal**”, que pretende promover e estimular ainda mais os importantes fluxos comerciais entre a Galiza e Portugal.
- Do ponto de vista da **Responsabilidade Social Corporativa** o BBVA efectuou um protocolo de colaboração com a **Porto Vivo (Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense)**, assumindo-se como parceiro nesta iniciativa, cujo objectivo reside na dinamização de operações de reabilitação física dos prédios deste centro histórico da cidade do Porto, classificado como património da humanidade. Patrocinou igualmente a **exposição “Do Palácio de Belém**”, inaugurada pelo Presidente da República. Esta exposição reuniu uma selecção criteriosa de documentos, objectos e memórias que reescrevem a história do Palácio de Belém.
- No contexto de adaptação às novas Normas Internacionais de Contabilidade e por forma a sustentar a estratégia de crescimento do BBVA Portugal, o Banco aumentou, em 28 de Fevereiro do corrente ano, o seu capital social em 35 milhões de euros.

# ACTIVIDADE DAS PRINCIPAIS ÁREAS DO BANCO

**6.1. BANCA COMERCIAL**

**6.2. BANCA HIPOTECÁRIA**

**6.3. BBVA PATRIMÓNIOS**

**6.4. BANCA CORPORATIVA GLOBAL**

**6.5. MERCADOS**

**6.6. BANCA INSTITUCIONAL**

**6.7. MEIOS**

**6.8. RECURSOS HUMANOS**



## ACTIVIDADE DAS PRINCIPAIS ÁREAS DO BANCO

### 6.1 Banca Comercial

Em 2005, a actividade da Banca Comercial do BBVA Portugal centrou-se na finalização dos objectivos estratégicos, definidos no Plano Director 2003-2005, de incremento da base de clientela de valor e do seu grau de vinculação, propondo constantemente novas soluções de elevado valor acrescentado.

Assentes nesta estratégia, desenvolveram-se soluções inovadoras, quer de activo, quer de passivo, no sentido de estabelecer relações duradoiras com os clientes e que lhes permitam atingir um grau elevado de satisfação.

#### Clientes

No triénio 2002-2005, decidiu-se incidir sobre 2 indicadores estratégicos inerentes à Base de Clientes.

Relativamente ao primeiro indicador, definiu-se uma nova segmentação baseada no património do Cliente existente no BBVA: a segmentação de Clientes por Valor, na qual foram claramente identificados 3 segmentos de Clientes. Os clientes de Valor Actual, os Clientes de Valor Futuro e os Clientes de Valor Potencial.

O indicador Clientes de Valor Actual teve um comportamento verdadeiramente satisfatório no decorrer dos 3 últimos anos: esta base de clientes cresceu 48%.

O segundo indicador, vinculação de clientes, acompanhou os níveis de penetração dos produtos de activo e passivo, junto da base de Clientes activos do BBVA. Estes, registaram uma evolução muito positiva em termos globais.

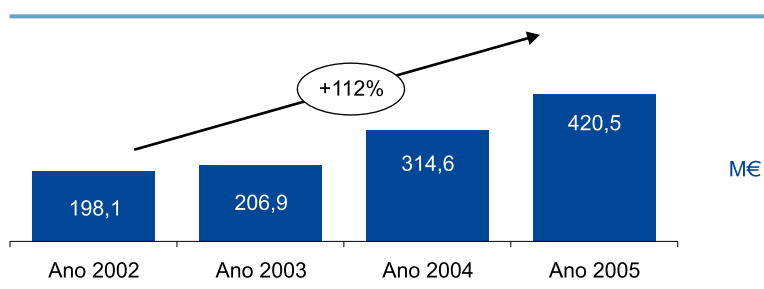
Nos últimos 3 anos, e sob a dinâmica do Plano Director, cresceu cerca de 35% pautando-se no final do ano já muito perto dos 4 famílias de produtos em média por Cliente.

#### Crédito Habitação

Em Janeiro de 2005, foi relançado o Crédito Habitação Fácil, permitindo aos clientes reduzir as prestações até 40%, tendo a oportunidade de só pagar juros durante os 3 primeiros anos, e ainda deixar para o final do empréstimo uma prestação de até 30% do capital.

Sustentado por uma forte campanha publicitária, em todos os meios de comunicação, assim como diversas acções de marketing directo, foi possível obter um importante crescimento de 33,7%.

O Crédito Habitação foi, ao longo de todo o Plano Director 2003-2005, uma das linhas estratégicas e os seus resultados foram extremamente positivos, como se pode constatar no gráfico seguinte, onde com a constante inovação em soluções e o esforço promocional, foi possível mais do que duplicar a facturação anual.



### Crédito ao Consumo

Ao nível do Crédito ao Consumo, foram disponibilizados o Crédito Automóvel BBVA-Prestação Final, modalidade inovadora no Sistema Financeiro Português, o Super Crédito Pessoal BBVA com as melhores taxas do mercado e diversas campanhas finalistas, o que permitiu não só captar clientes como também obter um crescimento da facturação de 25% em relação ao ano anterior.

### Recursos

A estratégia de captação de recursos baseou-se no lançamento de alternativas de investimento inovadoras e de valor acrescentado.

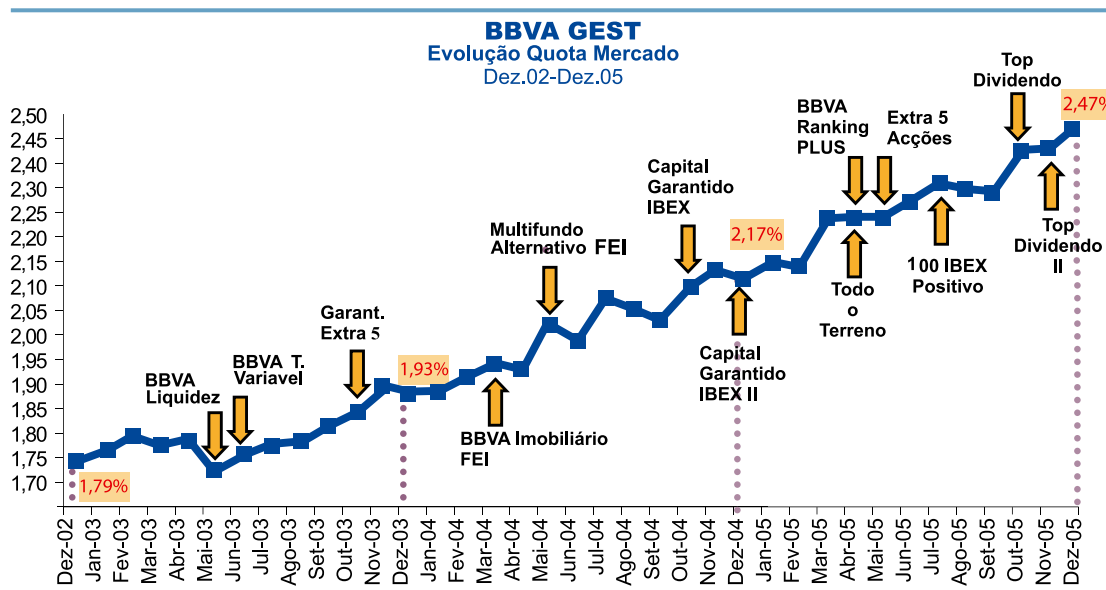
Ainda no contexto do Plano Director, foi decidido estrategicamente que a linha de actuação mais forte, para responder às necessidades dos nossos clientes em passivo, seria a de **Fundos de Investimento**. Para o efeito, foram desenvolvidas 4 linhas de actuação:

- Produtos Inovadores, onde se procurou o lançamento sistemático de novos produtos, para ter uma gama completa e competitiva;
- Pricing Agressivo, onde em muitos produtos, o Banco cobra baseado na sua performance;
- Distribuição, tendo para o efeito, formado todos os seus colaboradores da rede de agências;
- Promoção, apostando na comunicação externa e interna sobre esta linha de produtos.

Destacamos em 2005, o lançamento de diversos Fundos de Investimento, nomeadamente:

- Fundo de Capital Garantido BBVA Ranking Plus
- Fundo BBVA Gestão Flexível Todo-o-Terreno - FEI
- Fundo BBVA Extra 5 Acções
- Fundo BBVA 100 Ibex Positivo
- Fundo de Capital Garantido Top Dividendo BBVA
- Fundo de Capital Garantido Top Dividendo II BBVA.

Foi possível com esta linha de actuação ao longo do triénio 2003-2005, incrementar neste período o volume sob gestão de 368 para 699 milhões de euros e assim, aumentar a quota de mercado de 1,79% para 2,47%.



Em Dezembro de 2005 a quota de mercado nos Fundos Especiais de Investimento foi de 9,18% e nos Fundos de Capital Garantido de 33,98%.

Foram também comercializados vários **Depósitos Estruturados e Soluções de Investimento**, com diferentes características, que permitiram aos nossos clientes uma maior diversificação das suas carteiras.

Com a premente preocupação dos clientes com a sua reforma, foram lançados 2 **Fundos de Pensões** Abertos, com características muito inovadoras, como garantia de capital sobre todas as contribuições, gestão activa dos investimentos e consolidação de ganhos acumulados ao longo do período de vigência da garantia - o BBVA Protecção 2015 e BBVA Protecção 2020, fundamentais para o incremento do grau de fidelização dos nossos clientes.

### **Colectivos**

Com o objectivo de fortalecer o relacionamento com as próprias empresas e incrementar a base de clientela, foram desenvolvidas diversas acções comerciais junto de Associações Profissionais e colaboradores de Grandes Empresas, disponibilizando pacotes de produtos e serviços com condições preferenciais.

Esta actividade desenvolveu-se com Protocolos de âmbito nacional - colectivos de elevado valor e Protocolos de âmbito local - colectivos no raio de acção das respectivas agências. Esta actividade tem tido uma performance muito positiva sendo que, em Dezembro de 2005, o seu peso nomeadamente em activo era de 10% da Rede Retail.

### **Qualidade de Serviço**

Sendo uma preocupação, desde sempre, do BBVA Portugal, a qualidade de serviço/atendimento aos seus clientes, foi com grande satisfação que em 2005, o BBVA Portugal foi avaliado por um estudo independente - Multimétrica - com o 1º lugar no 1º semestre e o 3º lugar no 2º semestre da Banca em Portugal.

### **Empresas**

O segmento de Empresas em Banca Comercial revelou no exercício de 2005, um bom comportamento, demonstrativo da capacidade, esforço e dedicação, empregues pelas equipas comerciais e respectivas áreas de apoio.

As performances alcançadas, quer pela rede de Banca de Retalho, com estratégia vocacionada para pequenas empresas/negócios e empresários, como pela rede de Banca de Empresas, com target direccionado para empresas de superior dimensão, resultam especialmente valorizadas em face da conjuntura económica que caracterizou o ano 2005.

Com efeito, o clima conjuntural desfavorável à generalidade das empresas e agentes económicos, foi sentido em significativa parte dos sectores de actividade, da indústria, ao comércio e serviços, impondo naturais condicionantes à actividade de ambas as unidades de negócio, ao determinar redobrados esforços de gestão e controle de risco, quer em sede da sua admissão, como da carteira sob gestão.

A actividade de **Banca de Empresas**, não obstante o adverso cenário macro-económico, alcançou resultados muito satisfatórios, que encontram na maioria dos seus indicadores de actividade.

<i>Banca de Empresas</i>	
Crescimento Vol. Negócio (Risco)	14%
Rácio de Mora	0,95%
Crescimento da Base de Clientes	24%
N.º Médio de Produtos por Cliente	3,84%

O negócio de Activo/Risco conheceu um crescimento mais moderado do que o verificado no exercício anterior, para o que contribuíram fundamentalmente duas ordens de factores:

- as condicionantes da conjuntura económica, que para além de se traduzirem numa retracção dos níveis de investimento na generalidade dos sectores de actividade, obrigaram igualmente a especiais cuidados na admissão de risco;
- um importante esforço de defesa da margem financeira, como resposta à enorme pressão em baixa de preços, resultante de um clima de elevada concorrência neste segmento de mercado. O óptimo trabalho desenvolvido a este nível, ao permitir o incremento do diferencial médio de crédito em 10 pontos básicos, não deixou contudo, de condicionar de forma evidente a evolução do crescimento do volume de negócio.

O negócio de Leasing conheceu igualmente interessante evolução, crescendo no período 20%, resultado igualmente importante, atendendo ao forte contexto concorrencial vivido neste mercado, cada vez mais competitivo, com o aparecimento de novos operadores e políticas de pricing que atingem níveis anteriormente impensáveis.

Por sua vez os indicadores de crédito vencido e mora situaram-se em excelente nível, 0,95%, para a Banca Comercial no seu conjunto fruto de uma eficaz política de gestão imprimida pela área, e 0,63% pela Unidade de Banca de Empresas.

A intensa actividade comercial desenvolvida pela equipa comercial, traduziu-se ainda num importante incremento (24%) da base de Clientes sob gestão, e de nova melhoria do indicador “número médio de produtos por Cliente”.

A evolução desta variável, que revela uma crescimento sustentado ao longo dos últimos exercícios, resulta de uma firme aposta no modelo de banca de relações, no âmbito do qual a gestão personalizada e o assessoramento de Clientes assumem particular destaque.

O exercício de 2006 configura-se como uma nova etapa de crescimento, alavancada por novos e importantes projectos que reforçarão a dinâmica da Unidade de Banca de Empresas, através do alargamento do leque de soluções de valor disponibilizadas a Clientes, com ênfase para o novo serviço Banca Electrónica para Empresas – BBVA Net Cash, com especiais capacidades no domínio do Ibérico.

Os Seguros para Empresas, cuja comercialização decorre do protocolo de Bancassurance celebrado com a Mapfre Seguros Gerais no início de 2004, constituem outra componente de negócio que justifica particular destaque.

Após um primeiro ano de actividade com resultados bastante animadores, a experiência acumulada contribuiu para a melhoria das competências neste domínio específico, proporcionando crescimentos de 17% e 9%, respectivamente no nº de apólices contratadas e no volume de prémios, relativamente aos verificados em 2004.

A conjugação desta linha de evolução, com novas formas de colaboração entre as equipas comerciais do BBVA e da MAPFRE previstas para 2006, permitem ambicionar novas metas para esta importante parceria.

## **6.2 Banca Hipotecária**

A Área de Banca Hipotecária, criada no início do primeiro semestre de 2003, tem como objectivos fundamentais a gestão global das empresas promotoras imobiliárias e a promoção de crescimento rentável e sustentado da base de clientes do Banco, contribuindo para o incremento das operações de financiamento destinadas quer a empresas, através do financiamento de empreendimentos imobiliários, quer a particulares, neste caso mediante o financiamento para aquisição da habitação.

Como unidade especializada, a Banca Hipotecária foi criada com o objectivo de transformar o BBVA numa entidade de referência líder no mercado imobiliário. No seu segundo ano completo de funcionamento, e apesar da crise que atravessa o mercado imobiliário e da construção de edifícios em Portugal, os montantes de negócio atingidos durante o ano 2005 ultrapassaram novamente os objectivos estabelecidos e superaram as expectativas reflectindo a relevância da actividade do financiamento da promoção imobiliária do BBVA Portugal.

Alguns dados relevantes :

- No ano de 2005 a facturação de novos financiamentos imobiliários, 404 M, foi 12,25% superior à do ano anterior atingindo um total de 896 M no triénio 2003-2005.
- A quota de mercado da unidade, entendida como número de fogos financiados sobre fogos licenciados em Portugal, passou de 2,30% (1.883 fogos financiados em 2004) para 3,34% (2.518 fogos financiados em 2005) com um crescimento de 34% sobre os fogos financiados no ano anterior, e com um ganho de quota de 1,04%.
- O saldo médio de investimento a 31 de Dezembro foi de 268 M, um valor 120% superior ao do saldo de fecho do ano anterior, representando um crescimento de 146 M.
- A base de clientes activos mais que duplicou com 86 clientes activos a 31 de Dezembro contra os 42 existentes no fecho de 2004.

Em Setembro de 2005 foi aberto um novo centro de promotores em Coimbra. Para o ano 2006 está prevista a abertura de um novo centro de promotores em Faro e pretende-se, igualmente, atingir uma quota de mercado de 4% de fogos financiados sobre fogos licenciados.

## **6.3 BBVA Patrimónios**

O BBVA Patrimónios é o departamento de Banca Privada e Gestão de Activos do Grupo BBVA em Portugal. Integrado no seu universo, beneficia das sinergias de um banco de dimensão mundial, actuando com autonomia e independência na Gestão de Activos, na procura e desenvolvimento das soluções mais adequadas para cada cliente.

Em 2005 foram atingidos os principais objectivos a que se propunha:

- a) aumento da dimensão do negócio,
- b) aumento da notoriedade da marca BBVA no segmento do Private Banking,
- c) consolidar a diferenciação com a concorrência na liderança do ritmo de inovação, nomeadamente através da gestão do Alfa vs Beta consubstanciada nas “Estratégias Todo-o-Terreno”.
- d) o reconhecimento da unidade BBVA Patrimónios como Gestora de Activos – lançamento do Fundo de Investimento FEI Gestão Flexível Todo-o-Terreno.

Os montantes sob gestão aumentaram cerca de €77 milhões, de €334,5 milhões para €411 milhões, o que representou um crescimento de 23% face a idêntico período do no anterior.

2005 foi também o ano da consolidação das soluções de Seguros desenvolvidas por Patrimónios, nomeadamente na parceria estabelecida com a GROUPAMA (ex-GAN), cujo peso na captação dos nossos novos recursos de clientes representou cerca de 50%.

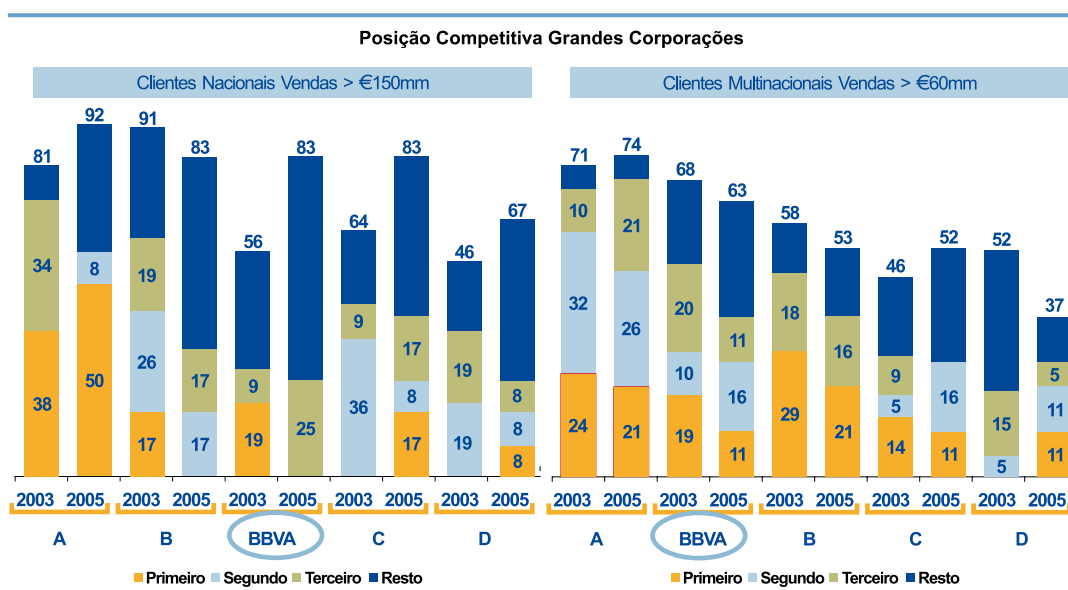
Fez-se um grande esforço na melhoria da vertente qualidade nos seus diversos aspectos. Quer na área de Organização e Risco Operacional, relevados nas actualizações dos Manuais de Investimentos e de Procedimentos, quer nos sistemas informáticos, com investimentos no up-grade das funcionalidades da gestão de carteiras e comercial (nova versão SGC e novas funcionalidades do CATS), quer em Recursos Humanos, na renovação da área comercial.

## 6.4 Banca Corporativa Global

O objectivo da área consiste em oferecer um serviço global aos seus clientes: Grupos Nacionais e Multinacionais com volume de negócio superior a 100 milhões euros. A **Banca Corporativa Global** segue um modelo de negócio de plena relação, segundo o qual cada cliente/grupo é associado a um director de relação global, responsável da relação a nível mundial, cuja missão é atender às necessidades do cliente com altos níveis de qualidade de serviço, apoiado por equipas de especialistas de produto.

A Banca Corporativa Portugal tem desenvolvido todos os produtos necessários, para assegurar às multinacionais com presença no país, a total cobertura da suas necessidades. Destacamos, em 2005, o lançamento do novo produto de banca electrónica (BBVA NetCash) que se posiciona para ser a melhor solução apresentada no mercado à semelhança do produto que o antecedeu.

Durante este ano, e como se pode depreender do último estudo de mercado realizado em 2005, mantém-se favorável a evolução do nosso ratio de penetração no mercado português das grandes corporações, permitindo ao BBVA posicionar-se como um dos bancos líderes das principais multinacionais a operar em Portugal.



Na actividade de 2005 destaca-se o forte crescimento, de 33%, dos recursos geridos de clientes, evidenciando o aumento de liquidez existente nas grandes empresas portuguesas associado à redução de projectos de investimento. Apesar do referido contexto desfavorável de redução do investimento, o risco com as grandes empresas cresceu em 2005. Incluímos nestas percentagens o risco assumido pela carteira de papel comercial e obrigações dos nossos clientes.

Continuou-se a assistir a uma centralização das decisões de gestão de tesouraria, tendo sido mais forte esta tendência ao nível dos financiamentos. Por outro lado observou-se algum dinamismo na procura de soluções transacionais - às quais o banco respondeu de forma adequada consolidando a sua posição no mercado como um dos principais fornecedores dos clientes internacionais. O incremento do nível de transacções permitiu por sua vez um volume histórico de recursos captados, possibilitando financiar mais de metade da carteira de crédito.

Na área de **Produtos e Negócio Transaccional** viemos a incrementar notavelmente o numero de clientes que passaram a fazer os pagamentos por nosso intermédio, muitos deles pela via do produto confirming.

No que respeita ao mercado português da banca de investimento, o seu crescimento foi moderado em 2005, apesar de alguns segmentos específicos registarem um maior dinamismo.

As alterações a nível governamental ocorridas durante a primeira metade do ano tiveram como consequência o cancelamento ou o atraso no desenvolvimento de alguns concursos públicos, nomeadamente a nível de projectos de infra-estruturas e de energia. Por outro lado, foi apresentado ao mercado um conjunto de projectos futuros de grandes dimensões mas que se concretizarão apenas no médio/longo prazo.

O mercado de emissões obrigacionistas internacionais esteve pouco dinâmico em 2005, mas na área do papel comercial houve alguns desenvolvimentos, em parte motivados pela alteração legislativa verificada no final de 2004.

Durante o ano de 2005 verificou-se uma grande dinamização do departamento de **Banca de Investimento** do BBVA, tendo-se concretizado operações de grande relevância. Ao mesmo tempo, foi apresentado um número significativo de novas propostas e foram lançadas novas frentes de actividade que se espera venham a contribuir significativamente para a rentabilidade futura da área.

Em Março, o BBVA entrou no sindicato bancário que financia a auto-estrada do Litoral Centro, um projecto liderado pela Brisa e liderou o consórcio bancário que, em Junho, assinou o contrato de financiamento do maior projecto de energia eólica até agora desenvolvido em Portugal, um conjunto de 22 parques eólicos com uma capacidade total de 441,7 Mw, que envolverão um investimento total de cerca de 500 milhões de euros. Este projecto é promovido pela Generg, uma sociedade portuguesa que tem como accionistas a Lusenerg SGPS e a Electrabel, S.A..

Deve ainda destacar-se o apoio do BBVA a consórcios que participaram nos concursos para a construção e operação de novos hospitais em regime de Parcerias Público-Privadas, bem como a apresentação de várias propostas em novas áreas de actividade, em particular para o financiamento de projectos no sector imobiliário e hoteleiro, podendo destacar-se o financiamento, em Julho, do centro comercial M40, um projecto do Grupo Sonae.

O ano de 2005 foi igualmente positivo na área dos programas de **papel comercial**, tendo o BBVA liderado a estruturação de uma série de novos programas, ao mesmo tempo que incrementou alguns programas já existentes. Entre as novas operações contam-se o programa de 100 milhões de euros para o Metropolitano de Lisboa (onde o BBVA foi “dealer”), o programa grupado multi-divisas de 40 milhões de euros para a

Efacec e os programas para a Refer (50 milhões de euros), a Quimigal (35 milhões de euros), a Jerónimo Martins (20 milhões de euros) e a ColepCCL (40 milhões de euros).

O departamento de Banca de Investimento esteve igualmente activo nas emissões de **empréstimos obrigacionistas**, tendo participado no empréstimo obrigacionista de 265 milhões de euros para o Modelo Continente e organizado dois empréstimos obrigacionistas, num total de 50 milhões de euros, para a Portucel.

Este esforço de dinamização teve um impacto bastante positivo nos resultados do departamento de Banca de Investimento durante o ano de 2005, tendo sido gerado um montante global de comissões superior em 71% relativamente a 2004. As operações de Banca de Investimento permitiram também a geração de resultados ao nível de outras áreas de negócio, nomeadamente através da concretização de várias operações de cobertura associadas a financiamentos e da margem financeira de um conjunto significativo de operações.

## 6.5 Mercados

Durante o ano de 2005 a actividade da área de Mercados registou uma evolução muito positiva permitindo superar de forma clara os objectivos propostos.

O BBVA Portugal reforçou em 2005 o seu posicionamento como entidade de referência em derivados de acções, seja na oferta de soluções para empresas seja para investidores institucionais, afirmando-se como uma das principais contrapartes em produtos estruturados para as redes dos diversos bancos presentes em Portugal. Em simultâneo desenvolveu-se um esforço de lançamento de um conjunto de produtos com maior liquidez tendo como objectivo aumentar o nível de recorrência da actividade. É também de salientar o crescimento da relevância das operações com base em subjacentes portuguesas no âmbito de reforçar o compromisso com a actividade em Portugal.

Do conjunto da actividade desenvolvida pela área de Mercados merece particular destaque as operações de gestão dinâmica (CPPI) em que o Banco continua a manter uma clara liderança.

Em 2005 o Banco prosseguiu o reforço do seu posicionamento na oferta de soluções de gestão de risco de taxa de juro e cambial. Regista-se uma clara transformação do perfil do Banco em termos de valor acrescentado das operações que propõe e realiza com o conjunto das maiores empresas presentes em Portugal.

Por outro lado foram dados os primeiros passos do Plano de alargamento deste tipo de soluções de gestão de risco ao conjunto das empresas com que o Banco trabalha.

A actividade de produtos de dívida registou também um crescimento significativo e com uma gama muito alargada de produtos, mantendo uma presença relevante quer em operações de papel comercial e obrigações quer em produtos estruturados de crédito, derivados de crédito e operações de securitização. No âmbito desta actividade é de realçar o crescimento significativo no desenho específico de soluções para Seguradoras e Fundos de Pensões.

## 6.6 Banca Institucional

A Banca Institucional é a área que se dedica a atender de forma especializada o segmento de mercado do Sector Público Estatal, e suas subsidiárias - Empresas Municipais, EPE's, Fundações, Empresas Públicas, Organismos Não Governamentais, Associações, Universidades, Hospitais, Institutos, e o sector Segurador e Corretoras.

A deterioração aliada a alguma indefinição da situação político-económica portuguesa nos últimos anos, teve um impacto directo no âmbito dos sectores sob responsabilidade directa da Banca Institucional que se teve de confrontar com alterações estratégicas importantes, quer ao nível dos recursos (criação do Banco do Tesouro, o qual passou a gerir directamente 3.500 mil milhões dos fundos públicos), quer ao nível do investimento, onde a necessidade de controlar as contas públicas determinou um ‘crescimento líquido zero’ para todo o segmento da Administração Local (autarquias).

Apesar destas condicionantes, a Banca Institucional:

- manteve a posição de primeiro Banco do Arquipélago da Madeira;
- é o Banco da Comissão Europeia para Portugal;
- é o Banco da Eurocontrol (organismo regulador do tráfego no espaço aéreo Europeu)
- aumentou a quota de Investimento de 1,20% para 2,55% e a quota de Recursos de 1,35 para 1,55%;
- incrementou o volume de comissões cobradas;
- promoveu sinergias: do total dos Convénios de Colectivos em vigor no BBVA Portugal, os gerados pela Banca Institucional representam 45% do total do Crédito, 41% dos Recursos e 38% do Número de Clientes.

Para 2006 procurará estar presente em todos os concursos públicos que venham a envolver o segmento da Banca Institucional, participando activamente em projectos ligados à Saúde, (Hospitais EPE e outros), bem como a Municípios e seus participados. Estabelecerá linhas de confirming, factoring e renting com condições vantajosas, e assegurará a manutenção da quota de penetração no mercado Segurador e Institucional, promovendo e dinamizando a geração de sinergias para as outras áreas de negócio.

## **6.7 Meios**

O ano de 2005, foi um ano marcante na transformação da área. Procederam-se a alterações profundas na estrutura interna dos Departamentos de Informática, Organização e Produtividade e de Operações que permitirá ao BBVA Portugal executar e consolidar os processos de transformação e inovação tecnológica com vista a melhorar a eficiência operativa e de suporte ao modelo de negócio.

Dentro do plano de actividade 2005/2006, foram lançados programas de melhoria de qualidade que são corporizados por Acordos de Qualidade de Serviço, tendo sido assinado o primeiro Acordo de Qualidade pela área de Operações e a BBVA Gest. Neste âmbito de incremento de qualidade foram lançadas as bases para a formalização dos Acordos de Níveis de Serviço relativamente aos serviços prestados pela Área de Meios aos seus clientes internos.

Foi igualmente desenvolvido um projecto abrangente e ambicioso de Produtividade, participado por elementos das áreas de Meios e de outras áreas do Banco, fazendo uso de metodologias (DMAS - Definir, Medir, Analisar e Superar). Criaram-se igualmente ferramentas potentes e inovadoras que contribuirão decisivamente para os processos de inovação e transformação em curso.

No que refere aos sistemas informáticos foi dada continuidade á evolução tecnológica no âmbito das Comunicações, Segurança Lógica, performance e fiabilidade de Sistemas e implementação e testes de políticas de “Disaster Recovery” e do Plano de Continuidade e de Negócio”.

No plano das aplicações foram implementadas novas ferramentas de que destacamos, entre outras, o BBVA NetCash e a aplicação de Leasing, ferramentas essas que contribuem para ganhos significativos de competitividade em diferentes áreas de negócio.

## 6.8 Recursos Humanos

2005 foi o ano da “Paixão pelas Pessoas”. Iniciado em Março de 2005, este projecto foi desenvolvido ao longo do ano, tendo culminado nas apresentações efectuadas em Setembro, no Porto e em Lisboa, a todo o Banco. Mais do que um simples projecto, a Paixão pelas Pessoas representa um reforçar de três dos princípios corporativos do BBVA: o Cliente como centro do nosso negócio, a Inovação como alavanca do nosso progresso e a Equipa como criadora de valor.

Com o objectivo de aplicar o Modelo de Gestão por Competências a toda a equipa do BBVA Portugal, foi concluído o processo de definição de Perfis, o que permitiu contrastar o nível de conhecimentos e competências (Perfil Individual) com o nível exigido para o desempenho de cada função (Perfil Funcional), determinando assim os pontos fortes e áreas de melhoria.

Procedeu-se igualmente à atribuição de um Gestor de Recursos Humanos a cada um dos Colaboradores do BBVA, pretendendo-se desta forma um conhecimento preciso e actualizado das capacidades e potencial de cada um, de forma a efectuar uma correcta Planificação e Gestão de Carreiras.

Na área da Formação, continuou-se a investir na optimização das capacidades de argumentação financeira, proporcionando à Rede Comercial formações diversas, tendo como denominador comum o elevado grau de qualidade das mesmas. Assim, alargou-se o âmbito de Técnicas de Venda e Fundos de Investimento a outros colectivos. Também ao nível da formação para os Serviços Centrais, foram ministradas diversas formações, de acordo com as necessidades previstas no Plano de Formação, donde se destaca a Formação em Produtividade (DMAS), a qual permitiu a diversos Colaboradores obterem a Certificação Internacional Green Belt e Black Belt.

Com o objectivo de contribuir para um melhor funcionamento global da nossa Instituição, em 2005 aprofundou-se o Inquérito da Voz do Cliente. Obteve-se, deste modo, informação mais concreta e substanciada da opinião que os diferentes Clientes Internos têm sobre o relacionamento com cada uma das Áreas, permitindo assim identificar mais facilmente pontos susceptíveis de serem optimizados.

Por forma a auscultarmos permanentemente o grau de satisfação dos nossos Clientes relativamente à nossa Qualidade de Serviço, foram levados a cabo diversos Inquéritos a Clientes Externos, nomeadamente da Banca Comercial de Particulares e Empresas, BBVA Gest, BBVA Fundos, Banca Hipotecária, Banca Institucional, Mercados Globais e Distribuição e BBVA Patrimónios, todos com resultados bastante satisfatórios.

Também em 2005 lançou-se o Inquérito de Clima Laboral, o qual registou uma adesão de aproximadamente 80% de toda a equipa do BBVA Portugal, permitindo assim identificar aspectos de melhoria, num clima de confiança baseado na relação aberta e na comunicação transparente.

# ACTIVIDADE DAS EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

**7.1. BBVA GEST**

**7.2. BBVA LEASIMO**

**7.3. BBVA IFC (BBVA FINANZIAMENTO)**

**7.4. BBVA FUNDOS**



## 7. ACTIVIDADE DAS EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

### • Consolidação Integral

#### 7.1 BBVA GEST – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário,S.A.

Activo Líquido	5.448.824 €
Situação Líquida	4.913.536 €
Capital Social	1.000.000 €
Resultado Líquido	1.667.236 €
Participação do BBVA	100%

A BBVA GEST, nos últimos anos, tem vindo a reforçar a sua posição na Indústria de Fundos de Investimento (FIM) em Portugal, representando 2005 claramente um ano de forte crescimento e de consolidação da estratégia levada a cabo pelo Grupo BBVA em termos de oferta de soluções de investimento e de poupança inovadoras e diferenciadoras que acrescentem valor aos seus clientes.

Em 2005, os activos sob gestão e administração da BBVA GEST totalizaram 698 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 30% face a Dezembro de 2004 e que compara muito favoravelmente com o crescimento total da Indústria de FIM, que foi de 15,88%.

A BBVA GEST iniciou o ano de 2005 com uma quota de mercado de 2,17%, tendo, em 31/12/05, atingido uma quota de mercado de 2,47% registando, assim, um crescimento de 30 p.b. face ao ano anterior.

BBVA GEST	PATRIMÓNIO SOB GESTÃO A 31.12.2005
BBVA CASH - FUNDO DE TESOURARIA	156.994.152,54
BBVA LIQUIDEZ - FUNDO DE TESOURARIA	115.311.838,40
<b>FUNDO DE TESOURARIA EURO</b>	<b>272.305.990,94</b>
BBVA TAXA FIXA EURO	5.660.057,18
FUNDO OBRIGAÇÕES TAXA FIXA EURO	5.660.057,18
BBVA TAXA VARIÁVEL	54.732.806,47
FUNDO OBRIGAÇÕES TAXA INDEXADA EURO	54.732.806,47
BBVA PPA - Fundo Índice (PSI20)	5.063.549,32
<b>FUNDO ÍNDICE</b>	<b>5.063.549,32</b>
BBVA MISTO	4.297.829,73
FUNDO MISTO PREDO.OBRIGAÇÕES	4.297.829,73
BBVA BOLSA EURO	11.452.709,26
<b>FUNDO AÇÕES EURO</b>	<b>11.452.709,26</b>
BBVA MULTIFUNDO EQUILIBRADO - F.F.	2.815.079,22
<b>FUNDO FUNDOS MISTOS</b>	<b>2.815.079,22</b>
FUNDO GARANTIDO EXTRA 5 BBVA	48.939.835,44
FUNDO CAPITAL GARANTIDO IBEX BBVA	23.573.690,59
F.CAPITAL GARANTIDO IBEX BBVA II	9.967.150,85
F.CAP.GARANTIDO BBVA RANKING PLUS	28.789.771,80
F.C.G.BBVA EXTRA 5 AÇÕES	9.287.389,57
F.C.G.BBVA 100 IBEX POSITIVO	22.862.301,31
F.C.G.TOP DIVIDENDO BBVA	30.993.194,83
F.C.G.TOP DIVIDENDO II BBVA	9.074.203,70
<b>FUNDO CAPITAL GARANTIDO</b>	<b>183.487.538,09</b>
BBVA IMOBILIARIO - FEI	99.892.654,00
BBVA MULTIFUNDO ALTERNATIVO - FEI	21.148.082,83
BBVA GESTAO FLEXIVEL TODO-O-TERRENO	37.401.744,20
<b>FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO</b>	<b>158.442.481,03</b>
<b>PATRIMÓNIO TOTAL SOB GESTÃO</b>	<b>698.258.041,24</b>

O desenvolvimento de quatro vectores basilares: inovação, valor acrescentado, diferenciação e transparência, permitiram que a BBVA GEST ao longo do ano se tenha posicionado como uma gestora agressiva em termos da oferta de novos produtos inovadores e de valor acrescentado, estratégia essa consubstanciada no forte aumento de quota de mercado que alcançou relativamente aos anos anteriores.

Destacam-se como linhas de acção desenvolvidas e implementadas pela gestora, as seguintes:

- Lançamento de novos produtos aproveitando as alterações normativas resultantes do novo Dec. Lei 252/2003 de FIM com a convicção de que deste modo, contribui decisivamente para fomentar a Indústria de Fundos em Portugal:

- F.C.G. BBVA RANKING PLUS:
- BBVA G.F.TODO-O-TERRENO- FEI:
- F.C.G. BBVA EXTRA 5 AÇÕES:
- F.C.G. BBVA 100 IBEX POSITIVO:
- F.C.G. TOP DIVIDENDO BBVA:
- F.C.G. TOP DIVIDENDO II BBVA:

Prosseguiu com a sua estratégia de lançamento de fundos abertos de capital garantido, categoria que tinha inaugurado no ano de 2003, com o lançamento do Fundo Garantido Extra 5 BBVA, dando, assim, continuidade à colocação de produtos de valor acrescentado para os clientes. De facto, Os fundos capital garantido são, uma das linhas de produto que verificam maior sucesso junto do investidor / aforrador pelo facto de estes lhes reconhecerem a maximização de satisfação das suas necessidades quanto a garantia de capital e maximização da rentabilidade. Neste sentido, colocou à disposição dos seus clientes:

- F.C.G. BBVA EXTRA 5 ACÇÕES:
  - F.C.G. BBVA 100 IBEX POSITIVO:
  - F.C.G. TOP DIVIDENDO BBVA:
  - F.C.G. TOP DIVIDENDO II BBVA:
- Implementou, para alguns dos Fundos que lançou, uma política de comissionamento de gestão variável e que incide apenas quando o Fundo obtém rentabilidades positivas.
  - Efectuou a revisão do seu Sistema de Gestão da Qualidade, procedendo à alteração e adaptação dos procedimentos integrantes do mesmo, assegurando desta forma que se mantém apropriado, adequado e eficaz quanto à estratégia levada a cabo pela gestora e que responde às necessidades do cliente visando a sua satisfação e garantindo a conformidade com os requisitos do cliente e regulamentares aplicáveis.
  - Desenvolveu um programa de formação para as redes distribuidoras em parceria com a Universidade Nova de Lisboa de forma a maximizar a optimização do diálogo financeiro da distribuição de Fundos BBVA em Portugal.

Implementou ferramentas de distribuição de Fundos: Perfilador e Simulador de evolução de fundos.

Para 2006, a BBVA GEST manterá o seu posicionamento de crescimento orientando a sua actividade para o cliente de valor acrescentado, maximizando a sua satisfação, procurando continuar a contribuir para o desenvolvimento e incremento da Indústria de Fundos em Portugal

## **7.2 BBVA LEASIMO – Sociedade de Locação Financeira, S.A.**

Activo Líquido	98.062.698 €
Situação Líquida	10.700.778 €
Capital Social	7.500.000 €
Resultado Líquido	1.137.244 €
Participação do BBVA	100%

A BBVA Leasimo, responsável pelas operações de locação financeira originadas pela rede de balcões do BBVA Portugal, articula a sua actividade com as restantes empresas do grupo, apoiando-se na sua rede de distribuição e incluindo os seus serviços no conjunto de soluções diferenciadas e flexíveis que o grupo disponibiliza junto dos seus clientes.

A queda acentuada do investimento, conjugada com a integração progressiva da actividade dentro da estrutura do BBVA, com vista à sua posterior integração, traduziram-se numa quebra na concretização de novos contratos, quer em termos de volume quer em termos de valor. Assim a BBVA Leasimo concretizou 373 novos contratos, 327 de leasing mobiliário, no valor de 12.401 milhares de euros e 46 de leasing imobiliário, no valor de 7.136 milhares de euros.

No total do financiamento assistiu-se a um reforço da componente imobiliária, que passou a representar 61%, valor que compara com 57% em 2004.

O Resultado Líquido do exercício foi de € 1.137.244 o que compara com € 875.818 do ano anterior, representando um acréscimo de 29,8%.

### **7.3 BBVA Instituição Financeira de Crédito, S.A.**

Activo Líquido	262.023.388 €
Situação Líquida	29.212.328 €
Capital Social	29.903.045 €
Resultado Líquido	1.332.535 €
Participação do BBVA	50,10%

O exercício de 2005 representou para os accionistas da Sociedade, um ano de consolidação das profundas alterações iniciadas em 2004, consubstanciadas no reforço da capacidade competitiva e na expansão do negócio na esfera da intervenção especializada na área automóvel e pela implementação das Normas Internacionais Auditoria-IAS.

O aproveitamento das sinergias operativas, o estabelecimento de novos acordos com grupo de concessionários e a dinamização de negócios multimarcas foram igualmente assumidos como prioridades estratégicas para 2005.

O enquadramento competitivo em que se desenvolveu esta actividade traduziu-se por um crescimento de 1,6% nas vendas dos veículos ligeiros, pela concorrência agressiva no que respeita ao “pricing” e pelo aumento do risco de crédito e maiores níveis de endividamento das famílias.

A estratégia comercial em 2005, teve como base o modelo de instituição especializada no negócio de financiamento e aquisição de bens, e abandono do modelo assente no financiamento de serviços, com especial enfoque no sector automóvel, em torno dos três subsegmentos da cadeia de valor, para os quais manteve a aposta no desenvolvimento de ofertas mais adequadas :

- Importadores/Distribuidores
- Concessionários Stands
- Clientes Finais

A tendência do sector de distribuição automóvel aponta para uma crescente abordagem da multimarca do mercado, sendo assim é natural que a sociedade desenvolvesse as suas competências comerciais e operacionais nesse sentido, com especial destaque para o financiamento de viaturas novas e semi-novas, para o qual foi desenvolvida uma plataforma de subscrição e processamento de negócio próprio. Neste domínio salienta-se os esforços que têm sido feitos no desenvolvimento de plataforma de subscrição de negócio via telefone e Internet.

A oferta de produtos de financiamento ao Cliente baseou-se nas três modalidades disponíveis no mercado – Crédito, Leasing e A.L.D - complementada pela disponibilização de serviços como o cartão de combustível, seguro automóvel e de protecção ao Crédito.

A sociedade dedica-se, exclusivamente, ao canal Ponto de Venda (concessionários e stands). A estrutura baseia-se em equipas de Gestores Comerciais, organizadas em subsegmento de negócios:

- Rede Comercial Marcas e Acordos e algumas parcerias com marcas ou seus representantes no negócio de financiamento, que são exemplos o Grupo Santogal e Grupo Sorel.
- Rede Comercial Multimarcas Novos, que servem de base às equipas comerciais que operam junto dos prescritores de zona e de apoio aos concessionários e clientes finais dentro da sua zona de intervenção.

Em 31 de Dezembro de 2005, os activos líquidos da sociedade totalizavam 262 milhões de euros, o que representou um crescimento na ordem dos 32% face ao ano passado. Os capitais próprios ascenderam a 29 milhões de euros, para um rácio de solvabilidade de cerca de 12%.

A nova produção, medida pelo capital financiado ascendeu a 156 milhões de euros, tendo sido realizados 7.853 novos contratos.

O crédito concedido sob gestão ascendeu a 242 milhões de euros e o rácio de mora situou-se nos 1,75%, o que representou um decréscimo de cerca de 125 p.b. face ao ano de 2004. Salienta-se o facto do rácio de cobertura se situar num patamar bastante confortável de cerca de 155%, resultado do esforço de provisionamento que ascendeu a 1,1 milhões de euros.

A margem financeira diminuiu 26% em resultado do aumento da concorrência do sector automóvel (diminuição dos spreads). Contudo esta diminuição foi compensada pelo aumento da margem por serviços.

O rácio de eficiência situou-se em cerca de 67,5%, reflectindo uma diminuição de 150 p.b., em resultado do aumento da margem ordinária e redução dos gastos de exploração. O resultado líquido ascendeu a €1.332.535, o que traduz um crescimento de 100% face a 2004.

## Consolidação Por Equivalência Patrimonial

### 7.4 BBVA FUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Activo Líquido	4.267.596 €
Situação Líquida	3.750.879 €
Capital Social	1.000.000 €
Resultado Líquido	1.559.537 €
Participação do BBVA	100%

Fundos Sob Gestão:	Uni: mil euros
Fundos BBVA	164.868
Fundo Pensões (FP) CLP	89.264
BBVA PPR/E	43.096
BBVA Solidez PPR/E	11.553
CVI PPR/E	1.728
BBVA PME's	1.639
FP Aberto BBVA Protecção 2015	3.391
FP Aberto BBVA Protecção 2020	691

A BBVA Fundos assume-se como a área instrumental do Grupo BBVA Portugal orientada ao negócio de pensões, inserindo-se assim na área de serviços de previsão social. A gestora possui duas linhas de negócio, designadamente a área de empresas e a de particulares, oferecendo produtos vocacionados para cada uma das mesmas.

A BBVA Fundos encerrou o exercício com um volume de activos sob gestão de 316 milhões de Euros, evidenciando assim um crescimento anual de 36%.

Igualmente segundo dados do ISP, a BBVA Fundos subiu uma posição no ranking de entidades gestoras a operar no mercado português, num universo de 27 operadores que se manteve estável em 2005, com uma quota de mercado actual de 1.7%, ou seja um crescimento de 14 pontos básicos em termos globais. Ocupa agora a 9ª posição no ranking global, mantendo-se como a primeira a surgir logo após as gestoras associadas aos grupos bancários e financeiros locais dominantes.

Em termos de linhas de negócio, a BBVA Fundos possui actualmente sob sua gestão 8 fundos de pensões, dos quais 3 são do tipo poupança reforma educação, 2 pertencem à categoria de fundos fechados e os restantes 3 à de fundos de pensões abertos.

2005 foi um bom ano para os fundos de pensões portugueses. De acordo com o ultimo relatório disponível produzido pela Watson Wyatt Portugal, entidade externa e independente que conduz estudos de performance deste tipo de instrumentos, os fundos geridos pela BBVA Fundos obtiveram resultados medianos de retorno em torno dos 5.5%. A Gestora regista um perfil de risco mediano mais conservador que o mercado em geral, pautado por opções estratégicas nesse sentido.

O ano de 2005 foi marcado pela supressão de benefícios fiscais na subscrição para os produtos PPR, contudo o mercado reagiu a este enquadramento, oferecendo quer mais alternativas em termos de diversidade de produtos quer reduzindo o seu comissionamento. No que se refere à actividade da BBVA Fundos, as subscrições de produtos PPR decresceram substancialmente, tendo contudo sido compensadas pelas subscrições em novos fundos, fora da categoria PPR.

Relativamente a estes novos produtos, merece uma especial referência o posicionamento comercial da Gestora durante 2005, lançando a comercialização na rede de agências BBVA de dois novos Fundos de Pensões Abertos, de características absolutamente inovadoras no mercado Português, os Fundos Protecção. Num ano de especial dificuldade marcado por mais uma alteração fiscal no regime de poupança individual de longo prazo, os Fundos em causa captaram mais de 4 milhões de euros relativos a 1200 clientes individuais, tendo sido igualmente registado muito interesse nos mesmos por parte de empresas, no âmbito de implementação de planos de contribuição definida e concretizadas várias adesões colectivas aos Fundos.

Tal como em 2005, os objectivos para 2006 são ambiciosos em termos de crescimento e sustentam-se na manutenção de uma estratégia comercial agressiva no segmento de retail, assente quer na promoção de fundos de pensões de 2º e 3º pilar quer na comercialização de produtos do regime PPR. A BBVA Fundos manterá as suas linhas de apoio à rede de distribuição, recorrendo a programas continuados e generalizados de formação, desenvolvendo politicas de promoção e ferramentas comerciais e de informação com esse objectivo. Serão mantidas e potenciadas as campanhas coordenadas com o Grupo com o objectivo de fazer crescer quer a vinculação da base de clientes quer o aumento de negócio em termos absolutos.

# ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO GRUPO



## **8. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO GRUPO**

Dando cumprimento ao disposto no Decreto Lei n.º 36/92 de 28 de Março, e de acordo com as instruções Técnicas de consolidação de contas do Banco de Portugal, procedemos à consolidação de contas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., na qualidade de empresa-mãe.

A análise económica e financeira ao nível de Grupo (Consolidado) assume um carácter muito mais expressivo na medida em que as diferentes subsidiárias desenvolvem uma actividade centrada exclusivamente nos produtos correspondentes à sua especialidade, e que se integram na gama de produtos e serviços que o banco proporciona aos seus clientes.

Sendo entidades distintas do banco tanto por imperativo legal como por razões de especialização, estas sociedades actuam em estreita colaboração com as diferentes áreas do banco e dependem da sua rede de distribuição, pelo que só a análise do conjunto permite revelar os resultados alcançados por essa conjugação de actividades.

De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 de 19 de Julho, do Parlamento Europeu e do Conselho, o BBVA deve, a partir de 1 de Janeiro de 2005, elaborar as suas contas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade. O Aviso 1/2005 do Banco de Portugal contempla o recurso a um regime transitório para as demonstrações financeiras do exercício de 2005, que permitem a elaboração destas demonstrações de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA). Nessa conformidade o BBVA, utilizando este regime transitório, apresenta as suas contas consolidadas em NCA.

Com o objectivo de assegurar a comparabilidade foram preparadas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2004 convertidas para NCA, sem prejuízo de, por forma a permitir manter valores de referência, apresentar igualmente os valores dessas demonstrações de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB).

### **Introdução - Condicionantes da actividade**

A actividade das instituições financeiras em Portugal foi condicionada por uma economia interna que permaneceu no limiar da estagnação, com um investimento claramente em contracção, com um consumo privado ainda dinâmico mas em desaceleração e com um consumo público limitado por compromissos inadiáveis de saneamento das contas públicas.

Apesar deste contexto o sistema bancário tem apresentado uma evolução positiva do volume de negócios, a que não é alheia a manutenção das taxas de juro em níveis mínimos, e a capacidade de diversificação e inovação patentes nos produtos financeiros disponibilizados.

Em 2005 verificou-se uma ligeira tendência de aceleração do crédito interno, principalmente nos últimos meses do ano. Segundo dados do Banco de Portugal o crescimento anual do crédito ao sector não monetário, exceptuando a Administração Pública (ajustado pelos efeitos de titularização), registou um crescimento de 7,4% em Dezembro, valor que compara com 6,5% em Dezembro de 2004, reflectindo a evolução mais dinâmica do crédito às sociedades não financeiras, que começam a beneficiar de balanços mais saneados e de retoma de projectos de investimento. O crédito concedido a particulares, apoiado ainda por baixas taxas de juro, apresenta-se praticamente estável (9,8% em Dezembro de 2005 face a 9,2% em Dezembro de 2004), apesar de ser visível uma ligeira tendência de desaceleração do consumo, influenciado negativamente pelo aumento da taxa de desemprego e pela contenção salarial. Em contrapartida, o crédito à habitação apresenta

uma evolução positiva, 11,1% em Dezembro de 2005 valor que compara com 10,5% em Dezembro de 2004. As novas modalidades de crédito à habitação, nomeadamente no que respeita à possibilidade de dilatação dos prazos máximos de amortização dos empréstimos, permitiu esta evolução.

A captação de depósitos de empresas não financeiras e particulares residentes apresentou em Dezembro de 2005 um crescimento, em termos homólogos, de 6%, registando um acréscimo face à evolução de 3% de 2004. Este acréscimo verifica-se pela variação positiva do rendimento, apesar da concorrência de produtos de desintermediação financeira mais atractivos em termos de rentabilidade, de que são exemplo os fundos de investimento e os produtos estruturados.

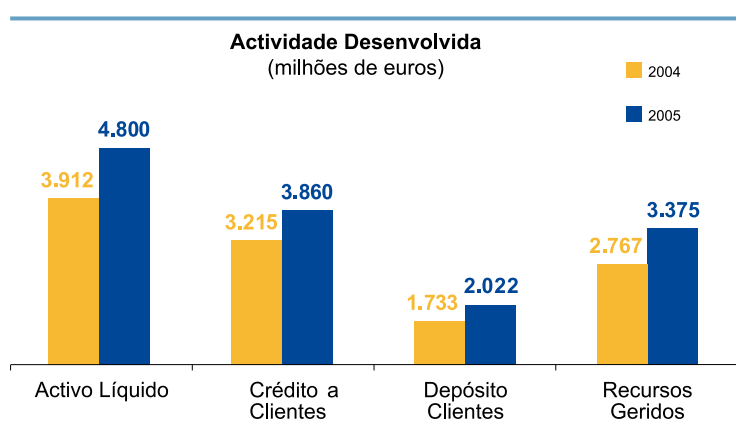
Os mercados financeiros continuaram a evoluir positivamente em 2005, acompanhando o crescente dinamismo da economia mundial, contribuindo para uma maior rentabilidade do sector bancário através da progressão significativa das comissões. A dinamização da actividade, que se traduziu num aumento do volume de negócio, permitiu contrariar a pressão negativa da elevada concorrência e dos baixos níveis de taxas de juro sobre a margem financeira. Permaneceu o esforço de reestruturação ao nível das organizações e dos procedimentos que, aliado a uma evolução pouco acentuada das amortizações, permitiu continuar a reduzir os custos de exploração. Apesar do aumento do volume de crédito concedido e de uma situação macroeconómica restritiva o rácio de cobrança duvidosa para empresas não financeiras e particulares residentes permanece em níveis historicamente baixos atingindo, segundo dados do Banco de Portugal, 1,87% em Dezembro de 2005.

É neste contexto de elevada exigência que as prioridades estratégicas definidas pela implementação do Plano Director (2003/2005) do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), permitiram um crescimento selectivo da base de negócio, orientado para o segmento de clientes de maior valor, disponibilizando produtos inovadores personalizados e competitivos.

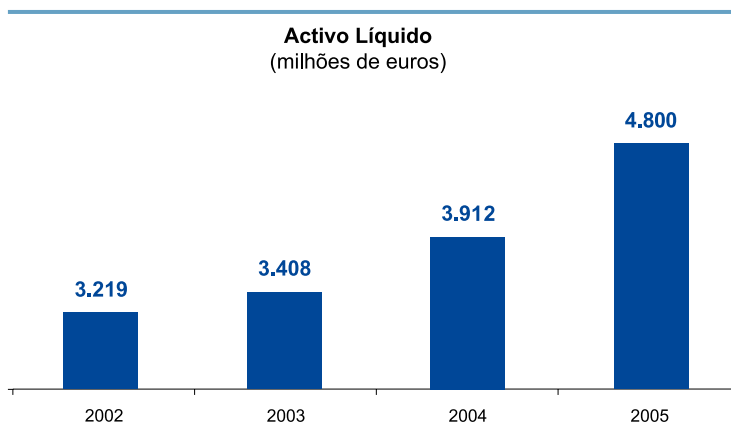
## Actividade

### Activo

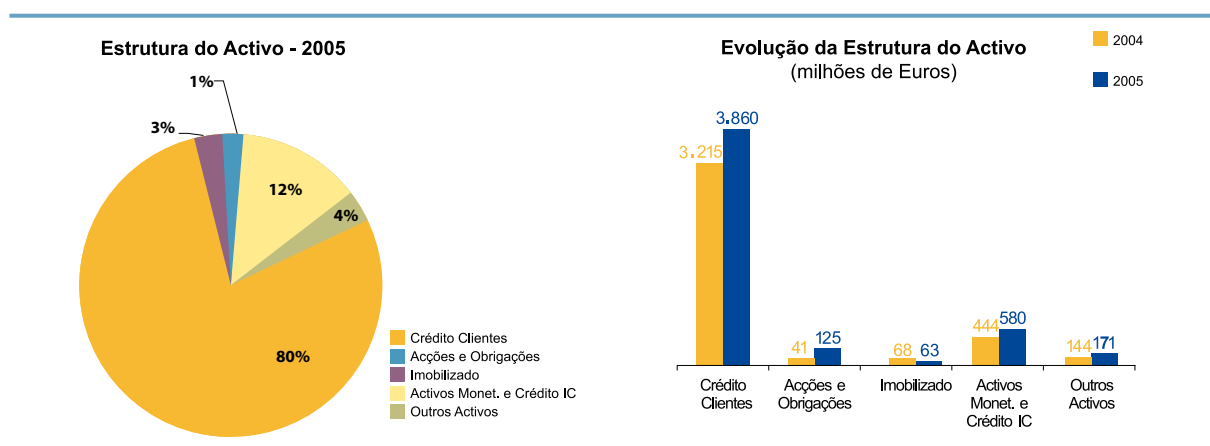
No último ano do Plano Director, o BBVA continua a apresentar uma evolução muito positiva no seu ritmo de actividade, quer ao nível do crédito concedido a clientes quer relativamente aos recursos geridos.



A estratégia de crescimento prosseguida permitiu uma progressão sustentada da evolução do negócio que se reflectiu num aumento anual de 888 milhões do Activo Líquido que, no final de 2005, ascendeu a 4.800 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 22,7% face ao ano anterior.

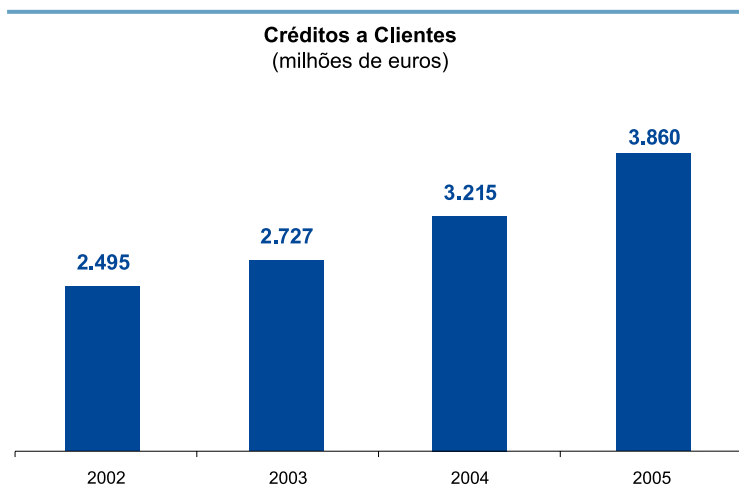


Ao analisarmos a estrutura do Activo, 80% do seu valor corresponde a Crédito a Clientes. A componente activos monetários e crédito sobre instituições de crédito, com um peso relativo de 12%, permanece praticamente inalterada face ao ano transacto. É de salientar a evolução da carteira e da actividade de trading, que progrediu, em termos de peso relativo na estrutura do Activo, de 1% para 3%.



## Crédito a Clientes

O crédito concedido a clientes cifrou-se em 3.860 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005, o que representa um crescimento de 20,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.



Para a progressão do Crédito Total contribuiu a excelente evolução do Crédito à habitação, que aumentou 25,8% face a idêntico período do ano anterior, ascendendo a 1.216 milhões de euros em 2005. A aposta na diferenciação e na melhoria permanente dos padrões de qualidade, foram decisivos para o sucesso desta área de negócio.

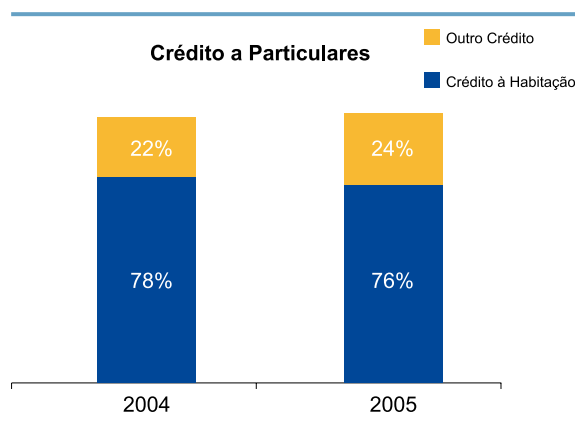
De salientar que esta evolução compara com um crescimento anual estimado pelo Banco de Portugal, de 11,1% no mercado de habitação (valores corrigidos de titularização), taxa de crescimento superior à observada no ano anterior.

No que respeita à repartição por segmentos, é igualmente visível o peso preponderante do segmento do crédito à habitação, que representa 31,4% do crédito total concedido.

Unidade: milhares de euros

CRÉDITO POR SEGMENTOS	2005	%	2004	%	Var 05/04 (%)
Crédito a Empresas	2.220.154	57,26	1.913.398	59,10	16,03
Crédito a Particulares	1.591.954	41,05	1.243.560	38,41	28,02
• Crédito Habitação	1.216.407	31,37	966.943	29,87	25,80
• Outro Crédito a Particulares	375.547	9,68	276.617	8,54	35,76
Outros Créditos	65.526	1,69	80.384	2,49	-18,48
<b>Total do Crédito (bruto)</b>	<b>3.877.634</b>	<b>100,00</b>	<b>3.237.342</b>	<b>100,00</b>	<b>19,78</b>

O Crédito concedido a particulares atingia os 1.592 milhões de euros em Dezembro de 2005, registando uma taxa de crescimento anual de 28,0%. A componente mais importante deste crescimento, reflectindo a prioridade definida pelo Plano Director, foi o Crédito à Habitação, apesar do restante crédito a Particulares, mercê do dinamismo da política comercial, ter atingido um crescimento de 35,8% face ao ano anterior, fixando-se em 376 milhões de euros em Dezembro de 2005.



Apesar do crescimento do crédito concedido, os níveis de morosidade permanecem significativamente baixos, permitindo baixar o rácio de crédito vencido, calculado de acordo com a Carta Circular 99/03 de 5 de Novembro do Banco de Portugal, de 0,88% em 2004 para 0,64% em 2005, traduzindo a prossecução de uma exigente política de análise, selectividade e controle de risco.

O crédito vencido cifrou-se assim em 24.894 milhares de euros em Dezembro de 2005, valor que compara com 28.483 milhares de euros em idêntico período do ano anterior. O grau de cobertura de crédito em incumprimento evoluiu de 156% no ano de 2004 para 136% em Dezembro de 2005.

Unidade: milhares de euros

CRÉDITO POR SEGMENTOS	2005	2004	Var 05/04 (%)
Crédito e juros vencidos	24.894	28.483	-12,60
Mais de 90 dias (a)	22.103	25.469	-13,21
Crédito Cobrança duvidosa reclassif. como vencido (b)	2.520	2.302	9,49
Crédito em incumprimento(a+b)	24.623	27.771	-11,33
Crédito vencido/Crédito total	0,64%	0,88%	
Mais de 90 dias/Crédito total	0,57%	0,79%	
Crédito em incumprimento/Crédito total	0,64%	0,86%	
Cobertura do crédito vencido	134,70%	152,02%	
Cobertura do crédito vencido há mais 90 d.	151,71%	170,01%	
Cobertura do crédito em incumprimento	136,19%	155,92%	

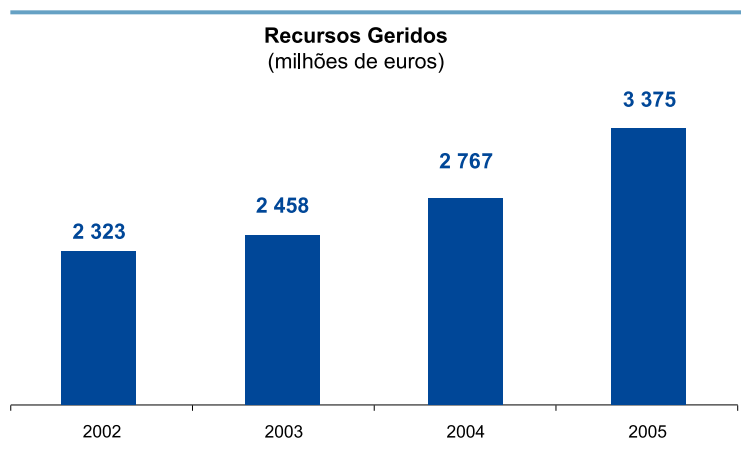
Ao efectuar a análise do crédito concedido por prazo de vencimento verifica-se que 25% estão concentrados no escalão de prazo mais curto, até 3 meses, ou no prazo mais longo, onde a concentração é de cerca de 41%. Apesar desta concentração, a evolução verificada em 2005 face ao ano anterior traduz uma redução significativa no crédito concedido no prazo mais curto e um aumento considerável no prazo a mais de 1 ano.

Unidade: milhares de euros

CRÉDITO POR PRAZO VENCIMENTO	2005	%	2004	%	Var (%)
Até 3 meses	954.391	24,61	1.116,937	31,41	-6,15
De 3 meses a 1 ano	537.392	13,86	404.316	12,49	32,91
De 1 a 5 anos	782.949	20,19	531.380	16,42	47,34
Mais de 5 anos	1.578.008	40,70	1.256.226	38,80	25,62
Vencidos	24.894	0,64	28.483	0,88	-12,60
Total do Crédito (bruto)	3.877.634	100,00	3.237.342	100,00	19,78

## Recursos de Clientes

O comportamento dos Recursos de Clientes em 2005 foi globalmente muito positivo, aumentando de 2.767 milhões de euros em 2004 para 3.375 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005, o que traduz um crescimento de 22,0%.

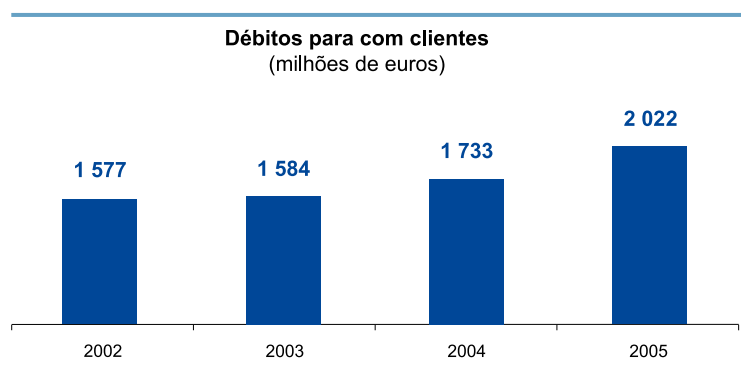


Para este assinalável desempenho concorreu, de forma decisiva, o comportamento dos Fundos de Investimento que, com um crescimento de 31,4%, apresentaram uma quota de mercado que alcança os 2,47%. Os Fundos Garantidos e os Fundos Especiais de Investimento, com quotas de mercado de 33,98% e 9,18%, respectivamente, são duas das categorias de fundos que mais contribuíram para este crescimento.

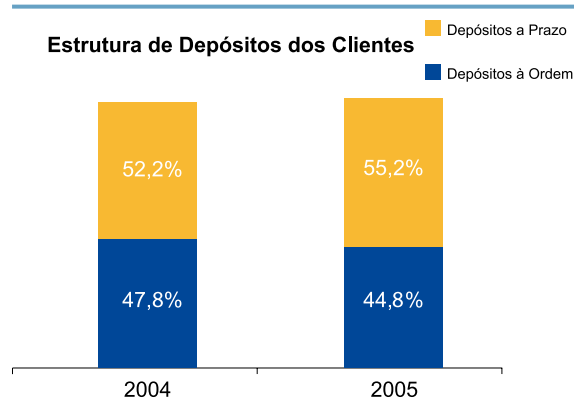
Unidade: milhares de euros

RECURSOS GERIDOS	2005	2004	Var (%)
Depósitos de Clientes	2.022.488	1.733.498	16,7
Fundos de Investimento	705.057	536.491	31,4
Outros Recursos fora de Balanço	647.084	496.609	30,3
<b>Total de Recursos Geridos</b>	<b>3.374.629</b>	<b>2.766.598</b>	<b>22,0</b>

A procura permanente de novas soluções de aplicação de poupanças, que aliassem a criatividade com a segurança e a rentabilidade, traduziram-se num assinalável dinamismo dos Depósitos de Clientes que cresceram 16,7%.

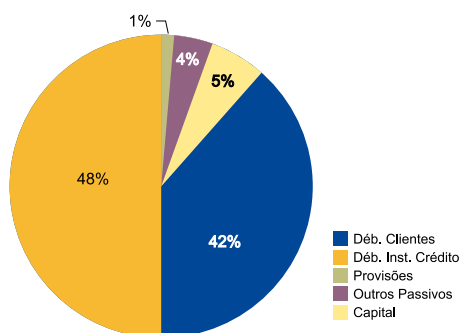


Quando se analisa a estrutura dos Depósitos verifica-se que os Depósitos a Prazo, principal componente dentro dos depósitos, cresceram 23,5% face a Dezembro de 2004, aumentando o seu peso relativo e passando a representar 55% no total dos Depósitos. Os Depósitos à Ordem, apresentaram um crescimento de 9,2%.

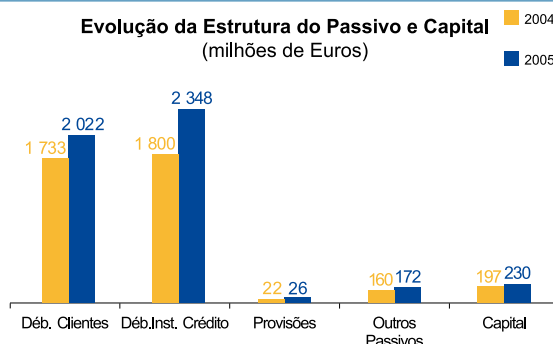


Em virtude do crescimento dos recursos obtidos de Clientes com expressão no balanço (Depósitos e Débitos representados por Títulos) ter crescido a um ritmo inferior ao do Crédito, o rácio de transformação desses recursos apresentou uma evolução de 185% em 2004 para 191% em 2005.

**Estrutura do Passivo e Capital - 2005**



**Evolução da Estrutura do Passivo e Capital** (milhões de Euros)



Relativamente à estrutura de financiamento, os recursos provenientes de débitos junto de Instituições de Crédito representavam 48% do total de recursos, seguidos pelos recursos provenientes de Depósitos de Clientes, que corresponderam a 42% do total. O financiamento obtido por via das Instituições de Crédito foi efectuado quase totalmente por débitos a prazo, ou com pré-aviso, cerca de 99%.

### **Análise da Conta de Resultados**

Em 2005, os resultados consolidados situaram-se em 13.038 milhares de euros, o melhor resultado de sempre do BBVA Portugal, evidenciando um assinalável crescimento de 94,4% quando comparado com idêntico período do ano anterior e homogeneizado com normas IAS.

Unidade: milhares de euros

CONTA DE RESULTADOS	2004 PCSB	2004 NCA	2005	Δ M€	Δ%
(+) Juros e rendimentos similares	131.198	131.250	144.938	13.688	10,4%
(-) Juros e encargos similares	73.886	73.120	85.697	12.577	17,2%
<b>(=) Margem Financeira</b>	<b>57.312</b>	<b>58.130</b>	<b>59.241</b>	<b>1.111</b>	<b>1,9%</b>
(+) Rend. de Capital (Dividendos)	1.680	1.680	519	-1.161	-69,1%
(+) Result.Serviços e Comissões	28.395	30.139	35.305	5.166	17,1%
(+) Outros Resultados Exploração	16.552	12.515	12.074	-441	-3,5%
<b>(=) Produto Bancário</b>	<b>103.938</b>	<b>102.464</b>	<b>107.139</b>	<b>4.675</b>	<b>4,6%</b>
(-) Custos c/ Pessoal e Administrativo	71.443	81.606	76.861	-4.745	-5,8%
(-) Amortizações	9.419	5.124	5.088	-36	-0,7%
(-) Provisões e Imparidade	3.300	3.300	6.484	3.184	96,4%
(+) (Resultados Extraordinários)	-8.625				
<b>(=) Resultado Bruto antes de Impostos</b>	<b>11.152</b>	<b>12.434</b>	<b>18.706</b>	<b>6.272</b>	<b>50,4%</b>
(-) Impostos s/lucros	1.011	5.449	5.003	-446	-8,2%
(-) Impostos correntes	1.011	1.332	1.808	476	35,7%
(-) Impostos diferidos		4.117	3.195	-922	-22,4%
<b>(=) Resultado Líquido</b>	<b>10.141</b>	<b>6.985</b>	<b>13.703</b>	<b>6.718</b>	<b>96,2%</b>
(-) Interesses Minoritários	331	271	665	394	145,4%
<b>(=) Resultado Consolidado</b>	<b>9.810</b>	<b>6.714</b>	<b>13.038</b>	<b>6.324</b>	<b>94,2%</b>

### Margem Financeira

O forte crescimento da actividade, conjugado com uma ligeira recuperação das taxas de juro e com o impacto positivo do incremento dos depósitos, permitiram uma evolução positiva de 1,9% na Margem Financeira, apesar de permanecerem os factores que condicionam negativamente a evolução do resultado financeiro, de que são exemplo o reduzido diferencial entre as taxas de juro activas e passivas, a concorrência acrescida na captação de recursos e a crescente competitividade, nomeadamente em áreas preferenciais de negócio para o BBVA como na área de crédito à habitação.

As comissões líquidas atingiram 35.305 milhares de euros, montante que traduz um crescimento de 17% face ao ano anterior. Suportadas pelo dinamismo comercial e pela diversidade e qualidade de soluções apresentadas, importa destacar a evolução das comissões associadas a mercados, investment banking, fundos de investimento, gestão de patrimónios e à intermediação de seguros.

## Comissões

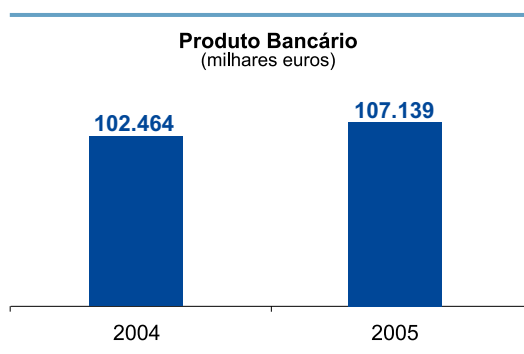
Unidade: milhares de euros

COMISSÕES LÍQUIDAS	2005	%	2004	%	Var (%)
De Operações de Crédito	3.077	8,7	5.798	19,2	-46,9
De Garantias e Avais	2.532	7,2	2.475	8,2	2,3
De Cobrança e Pagamento	5.859	16,6	2.045	6,8	186,5
De Gestão de Activos	11.165	31,6	8.680	28,8	28,6
Outras	12.672	35,9	11.141	37,0	13,7
<b>Total</b>	<b>35.305</b>	<b>100,0</b>	<b>30.139</b>	<b>100,0</b>	<b>17,1</b>

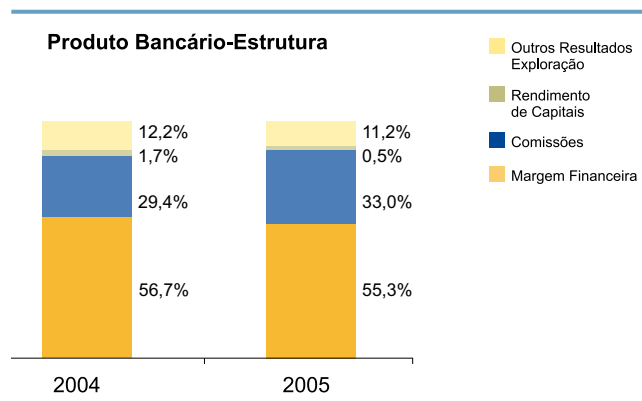
Ao analisar a composição das comissões verifica-se que uma das comissões mais representativas é a de Gestão de Activos, que detêm 31,6% do total das comissões e que apresenta um crescimento de 28,6%. Destacam-se igualmente as comissões de Cobrança e Pagamento que contribuem com 16,6% para o montante total de comissionamento e que registaram um crescimento anual de 186,6%.

## Produto Bancário

O Produto Bancário ascendeu a 107.139 milhares de euros, valor que representa um aumento de 4,6% face a 2004.

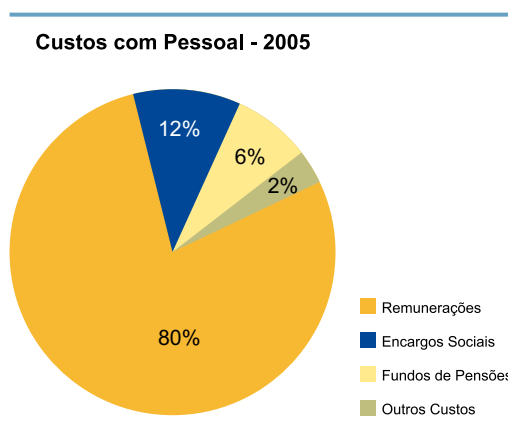


De entre os factores que contribuem para o Produto Bancário, destaca-se o maior peso da Margem Financeira, apesar de um ligeiro decréscimo, e o aumento da importância relativa das Comissões, que registaram uma progressão significativa.



## Custos de Estrutura

A persistência de políticas consistentes de controle de custos e racionalização de investimentos, que se traduziram numa descida de 6,5% nos Custos de Estrutura, foram acompanhadas pela aposta na formação, na qualidade de atendimento personalizado e na capacidade de assessoria.



Os custos com pessoal, influenciados por um número inferior de reformas antecipadas, apresentaram uma trajetória descendente com uma variação negativa de 4,7%.

Os Outros Custos Administrativos totalizaram 32,5 milhões de euros, valor que traduz um diminuição de 7,3% face a idêntico período do ano anterior.

Unidade: milhares de euros

OUTROS CUSTOS ADMINISTRATIVOS	2005	%	2004	%	Var (%)
Fornecimento de Terceiros	1.997	6,1	1.993	5,7	0,2
Rendas e Alugueres	3.038	9,4	2.890	8,3	5,1
Comunicações e Despesas de Expedição	4.019	12,4	4.050	11,6	- 0,8
Deslocações Estrangeiro e Representação	1.702	5,2	1.615	4,6	5,4
Publicidade e Publicações	2.751	8,5	2.452	7,0	12,2
Avenças e Honorários	1.566	4,8	1.092	3,1	43,4
Conservação e Reparação	967	3,0	1.255	3,6	- 22,9
Seguros	457	1,4	664	1,9	-31,2
Judiciais, Contencioso, Notariado	943	2,9	883	2,5	6,8
Outros serviços de Terceiros	15.011	46,3	18.099	51,7	-17,1
<b>Total</b>	<b>32.451</b>	<b>100,0</b>	<b>34.993</b>	<b>100,0</b>	<b>-7,3</b>

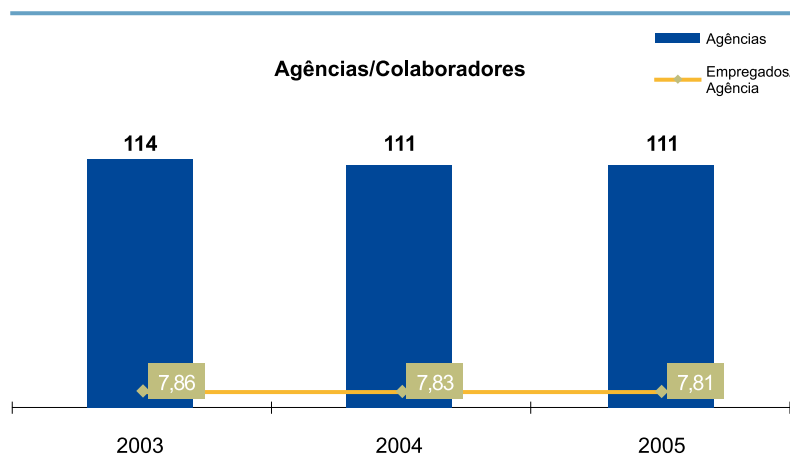
Este decréscimo dos Custos de Estrutura implicou que o rácio de eficiência, entendido como a percentagem do produto bancário consumida pelos custos de estrutura, tenha diminuído 8,1%, fixando-se em 76,5%. Se considerarmos os custos de funcionamento, em relação com o produto bancário regista-se uma quebra de 7,9%, fixando-se este rácio de eficiência em 71,7%.

Unidade: milhares de euros

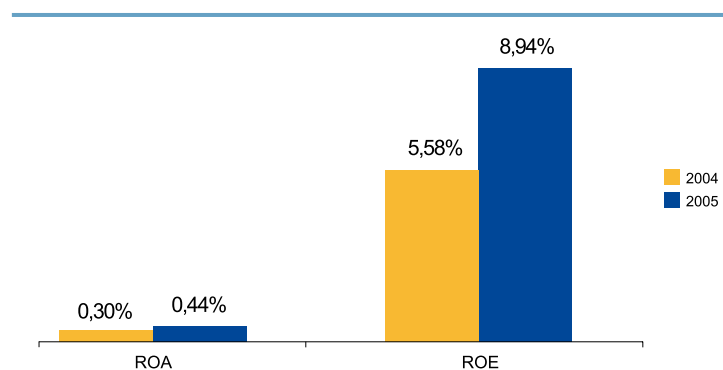
CUSTOS DE ESTRUTURA	2005	%	2004	%	Var (%)
Custos com Pessoal (a)	44.410	54,2	46.614	53,8	- 4,7
Outros Custos Administrativos (b)	32.451	39,6	34.992	40,3	-7,3
Custos de Funcionamento (a+b)	76.861	93,8	81.606	94,1	- 5,8
Amortizações (c)	5.089	6,2	5.124	5,9	- 0,7
Custos de Estrutura (a+b+c)	81.950	100,0	86.730	100,0	- 5,5
Custos de Pessoal em % Produto Bancário (*)	41,5%		45,5%		- 4,0
Custos de Funcionamento em % Produto Bancário	71,7%		79,6%		- 7,9
Custos de Estrutura em % Produto Bancário (*)	76,5%		84,6%		- 8,1

(\*) calculado de acordo com a instrução nº16/2004.

A política de racionalização de recursos humanos traduziu-se numa redução de 2 colaboradores fixando o seu número, no final de 2005, em 867. Mantendo-se a rede de Agências, obteve-se um registo positivo na eficiência da organização.



A orientação estratégica prosseguida no âmbito do Plano Director, privilegiando a qualidade e a inovação, permitiu um crescimento significativo do volume de negócios. O contributo positivo do Produto Bancário a diminuição dos Custos de Estrutura e a redução das provisões específicas, possível pela manutenção de baixos níveis de incumprimento, por uma criteriosa política de selectividade de crédito e pelo empenho investido no seu acompanhamento e recuperação, permitiu que o Resultado Consolidado atingisse um valor de 13 milhões euros, o melhor resultado de sempre do BBVA Portugal, evidenciando um assinalável crescimento quando comparado com idêntico período do ano anterior e homogeneizado com normas IAS.



Em consequência, a rentabilidade líquida média dos capitais próprios (ROE), em termos anualizados, foi de 8,94% o que compara com 5,58% no período homólogo. Por sua vez, a Rentabilidade líquida do Activo médio (ROA) ascendeu a 0,44% em 2005 face a 0,30% em 2004.

Seguindo a Instrução Nº 16/2004 do Banco de Portugal, os indicadores de rentabilidade em Dezembro de 2005 e os correspondentes ao período homólogo do ano anterior, são os seguintes: %

Rentabilidade	Unidade: milhares de euros	
	2005	2004
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios Médios	8,94%	5,58%
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	2,51%	2,80%
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido Médios	0,44%	0,30%

O exercício de 2005, confirma a adequação da estratégia implementada no âmbito do Plano Director para o triénio 2003/2005, consolidando os objectivos definidos de reposicionamento comercial, crescimento sustentado e criação de valor.

A orientação prosseguida de enfoque em segmentos específicos de mercado, como o sector imobiliário e as médias e grandes empresas, e na captação de recursos, principalmente através da vertente dos fundos de investimento, permitiu um crescimento selectivo, assente na qualidade dos serviços prestados, em propostas diferenciadoras e numa relação personalizada.

O esforço permanente desenvolvido ao longo do último triénio, de melhorar a qualidade de serviço, de reforçar o assessoramento e de disponibilizar produtos e serviços cada vez mais competitivos, promovendo a reorganização da rede e dinamizando a capacidade comercial, através da utilização de ferramentas de gestão e de formação especializada, teve como corolário uma evolução muito positiva da actividade obtendo, em simultâneo, ganhos de eficiência e rentabilidade.

Privilegiando uma estratégia de crescimento rentável, assistiu-se a um expressivo aumento da actividade e a significativos ganhos de penetração no mercado em sectores considerados prioritários, como o segmento do Crédito à Habitação e dos Fundos de Investimento.

A capacidade de inovação aliada a uma dinâmica comercial reforçada, conduziram a um crescimento no volume de negócios superior ao dobro do sistema financeiro, o que se traduziu numa maior penetração no mercado e num crescimento assinalável dos resultados, permitindo ao BBVA Portugal apresentar, no exercício de 2005, o melhor resultado de sempre.

O BBVA Portugal prosseguirá em 2006 com uma estratégia orientada para a qualidade e inovação, reforçando a capacidade competitiva e prosseguindo com elevado empenho na promoção e reforço dos padrões de eficiência e rentabilidade.

# RECONHECIMENTO PÚBLICO



## **9. RECONHECIMENTO PÚBLICO**

Às pessoas e entidades que permitiram a consecução das metas e objectivos definidos para este exercício, nomeadamente às autoridades Monetárias e Financeiras, aos nossos clientes, a todos os quadros e colaboradores, assim como aos restantes titulares dos Órgãos Sociais, quer o Conselho de Administração deixar expressos os seus agradecimentos pela colaboração demonstrada.

O Conselho de Administração

Lisboa, 1 de Fevereiro de 2006

# ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- **INFORMAÇÃO SOBRE OS ACCIONISTAS**
- **RELATÓRIO DOS AUDITORES**
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:  
CONSOLIDADAS**
- **CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS:  
CONSOLIDADAS**
- **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FICAL:  
CONTAS CONSOLIDADAS**
- **ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL**



## **10. ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

### **Informação sobre os accionistas**

De acordo com os Artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se seguidamente a relação dos titulares de acções da Sociedade que fazem parte dos Órgãos Sociais:

Accionista: José Eduardo Vera Cruz Jardim

Nº de Acções Detidas : 50

Órgão Social: Presidente do Conselho de Administração

O referido accionista não é detentor de qualquer obrigação emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. e manteve constante, após a sua aquisição e até ao final do exercício de 2005, a sua posição de accionista.

De acordo com o ponto 4 do referido Artigo 448º, informa-se que o accionista BBVA Luxinvest, S.A. é detentor de 113.094.800 acções, correspondendo a 90,4758% do capital social da sociedade e que o accionista Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. é detentor de 11.905.050 acções, correspondendo a 9,5240% do capital social da sociedade.



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Inscrição na OROC nº 43  
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha  
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6ª  
1050-094 Lisboa  
Portugal

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

#### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. ("Banco"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005, que evidencia um total de 4.799.644 mEuros e capitais próprios de 230.030 mEuros, incluindo um resultado líquido de 13.038 mEuros, a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e a Demonstração das alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

#### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades legalmente autónomas que operam sob um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representações e filiais. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de auditoria, contabilidade, consultoria no sector ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), não a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membros possuem qualquer responsabilidade limitada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membros. Cada uma das sociedades membros é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matrícula na CRC de Lisboa e NIPC 501 726 211  
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6ª, 1050-094 Lisboa  
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - [www.deloitte.com/pt](http://www.deloitte.com/pt)

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 51 - 1º, 4150-146 Porto - Tel: +(351) 225 439 200 - Fax: +(351) 225 439 600

Member of  
Deloitte Touche Tohmatsu



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Inscrição na OROC nº 43  
Registo na CMVM nº 231

Página 2 de 2

### Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. em 31 de Dezembro de 2005, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

### Ênfase

5. Conforme divulgado na Nota 2.1. do Anexo às demonstrações financeiras, em 2005 o Banco adoptou as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 9/2005 e nº 23/2004, do Banco de Portugal. Em termos gerais, as NCA correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia (IFRS), com algumas excepções, incluindo o regime de provisionamento e a valorimetria do crédito concedido e o reconhecimento das responsabilidades com pensões dos colaboradores. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano de Contas para o Sistema Bancário - PCSB) para as NCA, o Banco seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 - Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2004, pelo que a informação financeira referida àquela data e ao exercício de 2004, anteriormente apresentada de acordo com o PCSB, foi reexpressa para as NCA, para efeitos de comparabilidade. As divulgações relativas ao impacto de transição para as NCA são apresentadas na Nota 41.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2006

  
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

**Demonstrações Financeiras**

**Contas Consolidadas**

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ATIVO	2005		2004		Notas	PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA		Notas	2005		2004	
	Activo bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	(Pro-forma)		(Pro-forma)						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	62.443	-	62.443	66.618	5	Passivos financeiros cedidos para negociação	8	4.480	4.002			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	74.834	-	74.834	67.553	6	Recursos de outras instituições de crédito	19	2.348.009	1.800.303			
Activos financeiros cedidos para negociação	14.363	-	14.363	12.836	7	Recursos de clientes e outros empréstimos	20	2.022.486	1.733.498			
Activos financeiros disponíveis para venda	111.620	(596)	111.024	28.347	10	Derivados de cobertura	8	6.322	974			
Aplicações em instituições de crédito	442.230	-	442.230	290.314	11	Provisões	21	26.054	21.848			
Crédito a clientes	3.877.634	(17.340)	3.860.294	3.215.395	12	Passivos por impostos correntes	16	950	151			
Derivados de cobertura	3.229	-	3.229	128	8	Passivos por impostos diferidos	16	2.679	3.490			
Activos não correntes cedidos para venda	4.532	(1.358)	3.174	4.313	13	Outros passivos subordinados	22	60.000	69.000			
Outros activos tangíveis	133.330	(71.557)	61.773	65.569	14	Outros passivos	23	88.860	82.273			
Activos intangíveis	17.414	(15.852)	1.562	2.178	15	Total do passivo		4.569.614	3.715.659			
Activos por impostos correntes	244	-	244	323	18	Capital	25	180.000	125.000			
Activos por impostos diferidos	14.256	-	14.256	12.449	16	Prémios de emissão	25	7.008	7.008			
Outros activos	154.332	(4.114)	150.218	126.502	17	Reservas de reavaliação	26	2.743	4.951			
						Outras reservas e resultados transitados	26	32.064	43.308			
						Resultado do exercício atribuível aos accionistas do Banco	26	13.038	6.714			
						Interesses minoritários	27	14.577	9.765			
						Total da situação líquida		230.030	196.768			
						Total do passivo e da situação líquida		4.799.644	3.912.425			

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

**BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS**

**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004**

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Nota	2005	2004 (Pro-forma)
Juros e rendimentos similares	28	144.938	131.251
Juros e encargos similares	29	(85.697)	(73.120)
<b>Margem financeira</b>		<b>59.241</b>	<b>58.131</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	30	519	1.680
Rendimentos de serviços e comissões	31	38.211	34.218
Encargos com serviços e comissões	31	(2.906)	(4.078)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	32	941	1.960
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	33	(3)	(544)
Resultados de reavaliação cambial	34	941	845
Resultados de alienação de outros activos	35	(888)	(726)
Outros resultados de exploração	36	11.083	10.980
<b>Produto bancário</b>		<b>107.139</b>	<b>102.466</b>
Custos com pessoal	37	(44.410)	(46.614)
Gastos gerais administrativos	38	(32.451)	(34.992)
Amortizações do exercício	14 e 15	(5.089)	(5.124)
Provisões líquidas de reposições e anulações	21	(4.542)	331
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	21	(1.428)	(2.682)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	21	-	45
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	21	(512)	(995)
<b>Resultado antes de impostos e de interesses minoritários</b>		<b>18.707</b>	<b>12.435</b>
Impostos sobre lucros			
Correntes	16	(1.808)	(1.332)
Diferidos	16	(3.196)	(4.117)
		<b>(5.004)</b>	<b>(5.449)</b>
<b>Resultado consolidado antes de interesses minoritários</b>		<b>13.703</b>	<b>6.986</b>
Interesses minoritários	27	(665)	(272)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos accionistas do Banco</b>		<b>13.038</b>	<b>6.714</b>
Acções em circulação		160.000.000	125.000.000
Resultado por acção		0,08149	0,05371

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2005</u>	<u>2004</u> <i>(Pró-forma)</i>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de juros e comissões	180.271	157.366
Pagamentos de juros e comissões	(94.386)	(76.451)
Pagamentos ao pessoal, fundo de pensões e fornecedores	(119.031)	(92.049)
(Pagamento) / recebimento de imposto sobre o rendimento	(924)	(1.478)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	7.134	13.809
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<u>(26.936)</u>	<u>1.197</u>
<b>(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:</b>		
Activos financeiros detidos para negociação	1.564	9.198
Activos financeiros disponíveis para venda	(82.408)	(14.195)
Aplicações em instituições de crédito	(151.397)	4.139
Crédito a clientes	(639.313)	(428.427)
Derivados de cobertura	(4.204)	(128)
Activos não correntes detidos para venda	803	(506)
Outros activos	1.820	(2.550)
	<u>(873.135)</u>	<u>(432.469)</u>
<b>Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:</b>		
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	(436)	4.953
Recursos de outras instituições de crédito	544.770	335.035
Recursos de clientes e outros empréstimos	290.643	148.745
Outros passivos	9.239	(2.813)
	<u>844.216</u>	<u>485.920</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>(55.855)</u>	<u>54.648</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(450)	(6.439)
Recebimentos de dividendos	519	4.639
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>69</u>	<u>(1.800)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Aumento de capital	35.000	-
Participação de minoritários no aumento de capital da BBVA IFIC	3.992	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>38.992</u>	<u>-</u>
Aumento / (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(16.794)	52.848
Caixa e seus equivalentes no início do período	154.071	101.223
Caixa e seus equivalentes no fim do período	137.277	154.071

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGALL) S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004.  
(Montantes expressos em milhares de Euros)

Nota	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transferidos		Lucro do exercício	Interesses minoritários	Total
				Reservas	Resultados transferidos			
	125.000	7.008	4.951	21.010	23.185	44.195	7.553	196.781
41	-	-	-	-	(5.318)	(5.318)	1.461	(3.857)
	125.000	7.008	4.951	21.010	17.785	38.785	9.535	192.842
	-	-	-	-	7.553	7.553	-	-
26	-	-	-	-	(4.200)	(4.200)	-	(4.200)
16	-	-	-	-	1.155	1.155	-	1.155
	-	-	-	-	(17)	(17)	-	(17)
	-	-	-	-	22	22	-	22
	-	-	-	-	-	-	272	272
	125.000	7.008	4.951	21.010	22.298	43.308	6.714	196.768
	-	-	75	-	(4.140)	(4.140)	-	(3.930)
41	-	-	-	2.334	4.380	6.714	(6.714)	-
25	35.000	-	-	-	-	-	-	35.000
3	-	-	-	-	-	-	3.992	3.992
18	-	-	-	-	(19.623)	(19.623)	-	(19.623)
16	-	-	-	-	4.391	4.391	-	4.391
	-	-	-	-	(135)	(135)	-	(135)
	-	-	(2.122)	-	2.122	2.122	-	-
18	-	-	(224)	-	-	-	-	(224)
	-	-	63	-	-	-	-	63
	-	-	-	-	27	27	-	27
	-	-	-	-	-	-	13.038	13.703
	160.000	7.008	2.743	23.344	9.320	32.664	14.577	230.030

O Anexo faz parte integrante desta demonstração




BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. (BBVA Portugal ou Banco) foi constituído por escritura pública em 1991, tendo iniciado a sua actividade em 28 de Junho de 1991. O Banco está autorizado a operar de acordo com as normas aplicáveis à actividade bancária em Portugal.

O BBVA Portugal dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O BBVA Portugal dispõe de uma rede nacional de 111 balcões. Mantém também três sucursais na Madeira (duas sociedades financeiras exteriores e uma sociedade financeira internacional).

O Banco participa ainda, directa e indirectamente, no capital de um conjunto de empresas, nas quais detém posições maioritárias (Nota 3). Estas empresas constituem o Grupo BBVA Portugal.

Conforme indicado na Nota 25, o Banco é integralmente detido pelo Grupo BBVA.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2005 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 9/2005 e nº 23/2004, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso nº 1/2005, existem as seguintes excepções com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas:

- i) Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (Crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser reclassificados para outras categorias e, como tal, registados pelo justo valor. Os proveitos são reconhecidos segundo a regra *pro rata temporis*, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês, nomeadamente juros e comissões;
- ii) Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos classificados como crédito e contas a receber deverão ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, de acordo com o método referido na alínea anterior;

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- iii) Provisionamento do crédito e contas a receber - mantém-se o anterior regime, sendo definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, com as alterações introduzidas pelo Aviso do Banco de Portugal nº 8/03, de 30 de Junho e pelo Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005, de 21 de Fevereiro (Nota 2.5. a)). Este regime abrange ainda as responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;
- iv) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.
- v) Benefícios a empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da Norma IAS 19 – Benefícios aos empregados.

De acordo com os Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005, de 21 de Fevereiro e nº 12/2005, de 30 de Dezembro, o reconhecimento em Resultados Transitados do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2009, com excepção da parte referente ao impacto da alteração da tábua de mortalidade e às responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, para a qual esse plano de amortização pode ir até 31 de Dezembro de 2011.

O acréscimo de responsabilidades decorrente da alteração da tábua de mortalidade em data posterior a 1 de Janeiro de 2005 pode ser adicionado ao “Corredor”. O montante acrescido ao “Corredor” resulta da aplicação das seguintes percentagens ao acréscimo de responsabilidades acima referido:

- Até 30 de Dezembro de 2006 - 100%;
- De 31 de Dezembro de 2006 a 30 de Dezembro de 2007 - 95%;
- De 31 de Dezembro de 2007 a 30 de Dezembro de 2008 - 85%;
- De 31 de Dezembro de 2008 a 30 de Dezembro de 2009 - 70%;
- De 31 de Dezembro de 2009 a 30 de Dezembro de 2010 - 55%;
- De 31 de Dezembro de 2010 a 30 de Dezembro de 2011 - 40%;
- De 31 de Dezembro de 2011 a 30 de Dezembro de 2012 - 20%; e
- A partir de 31 de Dezembro de 2012 - 0%.

Até 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), nos termos da Instrução nº 4/96, de 17 de Junho, do Banco de Portugal e demais disposições emitidas. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo BBVA Portugal apresenta pela primeira vez as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as NCA, sendo o impacto de transição explicado na Nota 41.

De acordo com a Norma IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004 apresentadas para efeitos comparativos (demonstrações financeiras pró-forma), foram elaboradas e re-expressas com base nas normas em vigor em 31 de Dezembro de 2005. Conforme permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo BBVA Portugal não reflectiu na informação comparativa as normas relativas a instrumentos financeiros (IAS 32 – “Instrumentos financeiros – divulgação e apresentação” e IAS 39 – “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração”). Neste sentido, foram utilizados os critérios de mensuração e reconhecimento em vigor para as contas consolidadas de 2004, nomeadamente os constantes do Plano de Contas para o Sector Bancário (ver Nota 2.5. f)). No entanto, os saldos relativos a instrumentos financeiros foram classificados nas diversas rubricas do balanço e da demonstração de resultados em conformidade com as disposições das Normas IAS 32 e IAS 39, de forma a facilitar a comparação com os correspondentes saldos do período corrente.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

## 2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo (Nota 3).

A nível das empresas participadas, são consideradas “filiais” aquelas nas quais o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método da integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica “Interesses minoritários”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

## 2.3. Concentrações de actividades empresariais e “goodwill”

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes. O goodwill é registado como um activo, não sendo objecto de amortização. No entanto é objecto de testes de imparidade com uma periodicidade mínima anual.

Até 1 de Janeiro de 2004, e conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o goodwill era totalmente anulado por contrapartida de reservas no ano de aquisição das participações. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o goodwill gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 permanece registado em reservas.

## 2.4. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas consolidadas são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera o Grupo BBVA Portugal (denominada “moeda funcional”), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

## 2.5. Instrumentos financeiros

### a) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

Conforme descrito na Nota 2.1., estes activos são registados de acordo com as disposições do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal. Deste modo são registados pelo valor nominal, sendo os respectivos proveitos, nomeadamente juros e comissões, reconhecidos ao longo do período das operações de acordo com o método “pro rata temporis”, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são igualmente periodificados ao longo do período de vigência dos créditos.

Os proveitos e custos associados às operações de crédito realizadas pela BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A. estão a ser reconhecidos com base no método do juro efectivo, dado que previamente à introdução das NCA esta sociedade já tinha como política reconhecer as comissões pagas a fornecedores pela angariação de operações de crédito e as subvenções recebidas de fornecedores no início das operações de crédito, ao longo das operações subjacentes, de forma proporcional ao reconhecimento dos respectivos juros.

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro), e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, são constituídas as seguintes provisões para riscos de crédito:

#### i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a entrada em incumprimento.

#### ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. São considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
  - . Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
  - . Estarem em incumprimento há mais de:
    - . Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
    - . Doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
    - . Vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- Os créditos vencidos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas aplicáveis aos créditos vencidos.

O Grupo BBVA Portugal regista ainda provisões adicionais para créditos de cobrança duvidosa, como resultado de uma análise do valor estimado de realização de um conjunto de empréstimos, não sendo esse excesso face ao níveis mínimos de provisionamento aceite fiscalmente.

iii) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões", e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% no que se refere ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

A partir de 1 de Janeiro de 2003 os reforços desta provisão deixaram de ser aceites como custo fiscal.

Adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2001 quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos do exercício em primeiro lugar aquelas que tenham sido custo fiscal do exercício da respectiva constituição.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

b) Outros activos financeiros

Os restantes activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. Estes activos são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros. Dada a restrição imposta pelo Aviso nº 1/2005, esta categoria inclui apenas valores a receber de outras instituições financeiras.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

*Reconhecimento de juros*

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados no reconhecimento inicial e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Grupo BBVA Portugal ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Cotações fornecidas por um órgão independente da função de negociação do Grupo BBVA em Madrid.

São fornecidos por esse órgão preços (bid prices) difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes e preços gerados por modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

d) Derivados e contabilidade de cobertura

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

#### Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

#### Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Banco a um determinado risco inerente à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, está sujeita ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2005 o Banco apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, o Banco prepara no início da operação documentação formal, que inclui os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Banco;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Mensalmente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados mensalmente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Banco reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de "Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da demonstração de resultados.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas onde se encontram registados esses activos e passivos.

#### Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de "trading".

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respectivamente.

#### e) Imparidade de activos financeiros

##### Activos financeiros ao custo amortizado

O Grupo BBVA Portugal efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, as Aplicações em instituições de crédito.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Concessão de facilidades ao devedor em resultado das suas dificuldades financeiras que não seriam concedidas numa situação normal;

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal nunca será recuperado na totalidade; e
- Dados indicativos de uma redução mensurável no valor estimado dos cash-flows futuros de um grupo de activos financeiros desde o seu registo inicial, embora essa redução não possa ser identificada nos activos financeiros individuais do grupo.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

#### Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.5. b), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

Para além dos indícios de imparidade definidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em activos de rendimento variável:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

As perdas por imparidade em activos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo BBVA Portugal efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

f) Políticas contabilísticas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas comparativas

Conforme referido na Nota 2.1., o Grupo BBVA Portugal optou por não reflectir na informação financeira comparativa as normas relativas a instrumentos financeiros (IAS 32 – “Instrumentos financeiros – divulgação e apresentação” e IAS 39 – “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração”). Neste sentido, foram utilizados os critérios de mensuração e reconhecimento em vigor para as contas individuais de 2004, nomeadamente os definidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário. Apresenta-se de seguida uma descrição resumida das áreas em que estes princípios contabilísticos divergem das NCA. O impacto em capital próprio da adopção destas normas em 1 de Janeiro de 2005 é apresentado na Nota 41.

Carteira de títulos

Os títulos eram classificados em função das suas características e atendendo à intenção de manutenção em carteira quando da sua aquisição, nas seguintes categorias:

- Títulos de negociação - Compreendiam os títulos adquiridos com o objectivo de venda, até um prazo que não poderia exceder seis meses. Estes títulos eram valorizados ao justo valor. As variações no justo valor eram reconhecidas em resultados, com excepção de diferenças de reavaliação referentes a acções que não integravam índices definidos pelo Banco de Portugal. Nestes casos, as mais-valias potenciais eram diferidas em “Outros passivos”.
- Títulos de investimento - Compreendiam os títulos em carteira cujo período de detenção ultrapasse, em regra, seis meses, visando a obtenção de um rendimento estável, sem o objectivo de exercer influência na gestão da entidade emissora. Estes títulos eram valorizados ao custo de aquisição, sendo as menos-valias integralmente provisionadas por contrapartida de resultados.
- Participações – Esta rubrica incluía as participações estáveis em empresas cuja percentagem do capital detido fosse igual ou inferior a 50% ou, sendo superior, não fossem estratégicas para a actividade do Grupo BBVA Portugal. Estas participações eram registadas ao custo. As provisões para menos-valias eram registadas com base nos seguintes critérios:
  - De acordo com o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho do Banco de Portugal, era obrigatório o provisionamento da totalidade das menos-valias latentes caso a empresa participada se encontrasse numa das situações previstas no Aviso, incluindo a apresentação de resultados negativos em três exercícios seguidos, ou interpolados nos últimos cinco anos, encontrar-se em falência, ter cessado a actividade ou estar em situação de insolvência ou ter sido objecto de alguma providência de recuperação da empresa.
  - De acordo com o Aviso nº 4/2002, de 25 de Junho do Banco de Portugal, as menos-valias latentes eram determinadas face à cotação média dos últimos seis meses, para empresas com acções cotadas em mercados organizados, e face a 150% do valor contabilístico dos capitais próprios da participada, para as restantes. Ao abrigo do referido Aviso eram constituídas provisões nos casos em que a menos valia latente numa participação excedia 15% do valor de balanço, devendo a provisão corresponder, pelo menos, a 40% desse excesso.

Na preparação das contas pró-forma em 31 de Dezembro de 2004, os saldos relativos a títulos e participações financeiras foram reclassificados para as categorias definidas na Norma IAS 39, em função da classificação adoptada pelo Grupo BBVA Portugal a partir de 1 de Janeiro de 2005. O valor líquido de balanço manteve-se inalterado, tendo no entanto as provisões para menos-valias nas carteiras de investimento e participações financeiras sido deduzidas ao saldo do correspondente activo.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O impacto de transição em 1 de Janeiro de 2005 resultou essencialmente do reconhecimento de mais-valias potenciais na anterior carteira de investimento (ver Nota 41).

#### Derivados e contabilidade de cobertura

De acordo com as normas do Banco de Portugal, os derivados de negociação eram registados ao justo valor, com excepção das operações de “swap” de divisas. Neste caso, o segmento a prazo das operações, deduzido do prémio ou desconto a amortizar, era incluído na reavaliação da posição cambial à vista. Os prémios ou descontos resultantes da diferença entre o câmbio à vista e o câmbio a prazo contratado eram amortizados durante o período de vida da operação, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

As operações de cobertura não eram normalmente reavaliadas, sendo os resultados reconhecidos de forma consistente com os do elemento coberto, que na maioria das situações se encontrava registado ao custo. Deste modo, no caso dos swaps de taxa de juro, eram apenas reconhecidos os juros a receber e a pagar relativos ao período em curso.

Na preparação das contas pró-forma em 31 de Dezembro de 2004, foram reclassificados para as rubricas de “Derivados de cobertura com reavaliação positiva e negativa” os juros a receber e a pagar de operações que foram classificadas como de cobertura em 1 de Janeiro de 2005. Os restantes saldos relacionados com derivados foram reflectidos nas rubricas de “Activos e Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”.

Ao nível dos resultados, na preparação das contas pró-forma em 31 de Dezembro de 2004 foram reclassificados para as rubricas “Juros de derivados de cobertura” os juros relativos a operações que estavam classificadas como de cobertura de acordo com as regras anteriores do Banco de Portugal. Os resultados gerados nas restantes operações foram registados em “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

O impacto de transição em 1 de Janeiro de 2005 resultou essencialmente da valorização ao justo valor dos derivados e do registo da variação no justo valor dos elementos cobertos. Dado tratarem-se essencialmente de operações de cobertura “back-to-back”, o impacto foi reduzido (Nota 41).

#### Outras situações

De acordo com as NCA, certas comissões e outros custos e proveitos, pagos e recebidos, relativos a operações de crédito e outros instrumentos financeiros são reconhecidos como custos ou proveitos ao longo da operação. Conforme permitido pelo normativo anterior, estes custos e proveitos eram registados no momento do seu pagamento ou recebimento, respectivamente.

O impacto de transição em 1 de Janeiro de 2005 resultou essencialmente do registo de proveitos e custos diferidos relativos a comissões recebidas e pagas em operações de crédito em vigor naquela data (Nota 41).

### 2.6. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual;

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

## 2.7. Outros activos tangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

O Banco procedeu a reavaliações de imóveis e de equipamento ao abrigo do Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro, e do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.

O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado na rubrica “Reservas de reavaliação”. O valor líquido resultante das reavaliações efectuadas só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita. Para os bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2000, a depreciação é calculada com base no método das quotas constantes. No que se refere aos adquiridos após 1 de Janeiro de 2001 passou a ser utilizado o método das quotas constantes por duodécimos.

As amortizações são calculadas e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é, de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4
Mobiliário e material	8 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Instalações interiores	5 - 10
Equipamento de segurança	8 - 10
Material de transporte	4

Os terrenos não são objecto de amortização.

Periodicamente são realizadas análises de evidência de imparidade em activos tangíveis de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O Grupo BBVA Portugal avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

## 2.8. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

### Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

### Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica "Juros e encargos similares".

## 2.9. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Grupo BBVA Portugal. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

## 2.10. Impostos sobre lucros

O Banco e as suas subsidiárias são tributados individualmente e estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e à correspondente Derrama, o que corresponde a uma taxa agregada de 27,5%.

A Sucursal Financeira Exterior da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no artigo 33º A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias resultantes de goodwill;
- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças tributárias dedutíveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que o Grupo BBVA Portugal tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo BBVA Portugal correspondem a provisões não aceites para efeitos fiscais, prejuízos fiscais reportáveis, diferimento de comissões, amortizações não aceites em resultado de reavaliações legais de activos tangíveis, valores associados às responsabilidades com pensões e reavaliações de instrumentos financeiros derivados.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

#### 2.11. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

#### 2.12. Benefícios a empregados

O Banco e a BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. subscreveram o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Adicionalmente, a BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. assumiu o compromisso pelo pagamento de complementos de pensões de reforma aos seus trabalhadores.

A BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A. e a BBVA Leasimo – Sociedade de Locação Financeira, S.A. não subscreveram o ACTV, não tendo responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma ou de complementos de pensões.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As pensões pagas ao abrigo do ACTV são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da retribuição constante da tabela do ACTV para a categoria profissional do trabalhador à data da reforma, sendo actualizadas anualmente.

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores, com as adaptações previstas nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 e nº 12/2005, conforme explicado na Nota 2.1., excepto no que diz respeito às responsabilidades assumidas pela BBVA Fundos.

A cobertura das responsabilidades é efectuada através do valor patrimonial do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal), do Fundo de Pensões Credit (Portugal), e de contratos de rendas vitalícias celebrados entre o Banco e a Gan Portugal Vida. O valor actual dos contratos de rendas vitalícias é determinado pela BBVA Fundos utilizando pressupostos actuariais iguais aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões.

O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual utilizando o método “Unit Credit Projected”, e pressupostos actuariais considerados adequados (ver Nota 18). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas em Euros, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado dos fundos de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor dos fundos de pensões, dos dois o menor, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, deverá ser reconhecido em resultados, no mínimo, um montante correspondente ao referido excesso dividido pelo diferencial entre a idade média dos colaboradores no activo e a idade normal de reforma considerada no estudo actuarial.

De acordo com o Aviso nº 12/2005, de 30 de Dezembro, o acréscimo de responsabilidades decorrente da alteração da tábua de mortalidade em data posterior a 1 de Janeiro de 2005 pode ser adicionado ao “Corredor”. O montante acrescido ao “Corredor” resulta da aplicação das seguintes percentagens ao acréscimo de responsabilidades acima referido:

- Até 30 de Dezembro de 2006 - 100%;
- De 31 de Dezembro de 2006 a 30 de Dezembro de 2007 - 95%;
- De 31 de Dezembro de 2007 a 30 de Dezembro de 2008 - 85%;
- De 31 de Dezembro de 2008 a 30 de Dezembro de 2009 - 70%;
- De 31 de Dezembro de 2009 a 30 de Dezembro de 2010 - 55%;
- De 31 de Dezembro de 2010 a 30 de Dezembro de 2011 - 40%;
- De 31 de Dezembro de 2011 a 30 de Dezembro de 2012 - 20%; e
- A partir de 31 de Dezembro de 2012 - 0%.

Estas responsabilidades incluem os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) e o subsídio de morte.

Na data de transição, foi adoptada a possibilidade permitida pelo IFRS 1, de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos (opção normalmente designada por “reset”).

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005, de 21 de Fevereiro, o aumento de responsabilidades decorrente da introdução da IAS 19 está a ser reconhecido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes anuais até 31 de Dezembro de 2009.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O referido Aviso do Banco de Portugal determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo, excepto quanto às responsabilidades ainda não amortizadas nos termos previsto no parágrafo anterior.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido na rubrica apropriada de "Custos com pessoal".

As responsabilidades com benefícios a empregados assumidas pela BBVA Fundos são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Adicionalmente, os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados nas avaliações e os valores efectivamente verificados, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são integralmente reconhecidos em capitais próprios no exercício em que são gerados, sendo registados na demonstração dos ganhos e perdas reconhecidos, de acordo com o tratamento alternativo previsto na adenda ao IAS 19 publicada em Novembro de 2005.

#### Outros benefícios de longo prazo

O BBVA Portugal tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade a pagar aos empregados que completem quinze, vinte e cinco e trinta e cinco anos de serviço efectivo, de acordo com o previsto na cláusula 150º do ACTV.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

#### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

### 2.13. Comissões

Conforme referido na Nota 2.5., as comissões recebidas ou pagas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ou custos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

As comissões de gestão de fundos de investimento cobradas aos fundos geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. são registadas no período a que respeitam, na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" (Nota 31).

### 2.14. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao valor nominal.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

#### 2.15. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Grupo BBVA Portugal considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais”, “Disponibilidades em outras instituições de crédito” e “Recursos de outras instituições de crédito – descobertos em depósitos à ordem”.

#### 2.16. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas incluem as abaixo apresentadas.

##### DETERMINAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

##### DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Grupo BBVA Portugal com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco e das suas subsidiárias sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

##### VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACCIONADOS EM MERCADOS ACTIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco e as subsidiárias valorizam ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.5.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.5., de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

##### DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS

No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avales prestados, o Banco e as suas subsidiárias cumprem os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 2.5.). No entanto, sempre que considerado necessário estas provisões são complementadas de forma a reflectir a estimativa do Grupo BBVA Portugal sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes. Esta avaliação é efectuada de forma casuística pelo Grupo BBVA Portugal com base no conhecimento específico da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

### 3. EMPRESAS DO GRUPO

São consideradas empresas subsidiárias os investimentos de carácter duradouro que correspondam a uma percentagem de participação igual ou superior a 50% e possam ser consideradas, conjuntamente com o Banco, uma unidade de decisão.

Os principais dados sobre a actividade das empresas subsidiárias do Banco, bem como o método de consolidação utilizado, podem ser resumidos como segue:

<u>Empresa</u>	<u>Actividade</u>	<u>Sede</u>	<u>Participação efectiva (%)</u>	<u>Método de consolidação</u>
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A. (BBVA Leasimo)	Locação financeira	Lisboa	100,0%	Integral
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (BBVA Fundos)	Gestão de fundos de pensões	Lisboa	100,0%	Integral
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (BBVA Gest)	Gestão de fundos de investimento	Lisboa	100,0%	Integral
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (BBVA IFIC)	Instituição financeira de crédito	Lisboa	50,1%	Integral
Kantara, Limited (Kantara) <sup>(1)</sup>	Imobiliária	Guernsey	100,0%	Integral

<sup>(1)</sup> - Conclusão do processo de liquidação durante o exercício de 2005.

Em 31 de Dezembro de 2005, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras individuais destas empresas podem ser resumidos da seguinte forma:

<u>Empresa</u>	<u>Activo líquido</u>	<u>Situação líquida</u>	<u>Resultado líquido</u>
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	98.062	10.701	1.137
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	4.268	3.751	1.560
BBVA Gest - SGFIM, S.A.	5.449	4.914	1.667
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	262.023	29.212	1.333

Durante o exercício de 2005 foi concluído o processo de liquidação da Kantara, Limited. A valia apurada nesta operação, registada nas demonstrações financeiras individuais do BBVA Portugal, no montante de 958 mEuros, foi anulada no apuramento do lucro consolidado (ver nota 26).

Em 2005, o BBVA Portugal participou no aumento de capital realizado pela BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A. no montante global de 8.000 mEuros, na proporção da sua percentagem de participação no capital desta entidade.

### 4. RELATO POR SEGMENTOS

Para dar cumprimento aos requisitos da Norma IAS 14, o Grupo BBVA Portugal adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Retail: Inclui o negócio originado na rede de agências com empresas e particulares, e ainda financiamentos à construção e gestão de patrimónios.
- Corporate: Inclui o negócio com empresas cuja facturação é igual ou superior a 100 milhões de Euros ou que pertencem a um grupo que reúne estas condições.
- Mercados: Emissão, gestão, colocação e negociação de instrumentos financeiros para cobertura de operações com clientes ou para a carteira de negociação.
- Gestão de activos: Inclui a gestão e distribuição de fundos de investimento mobiliários, imobiliários e de pensões.
- Crédito especializado: Leasing ou crédito ao consumo em que o vendedor do produto assume um papel determinante no canal de distribuição.
- Outros: Regista os custos e proveitos de estrutura não imputáveis a qualquer das áreas anteriormente descritas.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2005 e 2004, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2005						
	Retail	Corporate	Mercados	Gestão de activos	Crédito especializado	Outros	Total
Margem financeira	43.247	11.763	185	169	7.502	(3.625)	59.241
Rendimentos de instrumentos de capital	519	-	-	-	-	-	519
Resultados de serviços e comissões	15.626	3.525	8.271	5.279	250	2.354	35.305
Outros resultados de exploração e outros	<u>7.697</u>	<u>977</u>	<u>1.315</u>	<u>9</u>	<u>2.779</u>	<u>(703)</u>	<u>12.074</u>
Produto bancário	67.089	16.265	9.771	5.457	10.531	(1.974)	107.139
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(54.880)	(11.539)	(4.446)	(1.000)	(6.015)	1.019	(76.861)
Amortizações do exercício	(3.507)	(561)	(165)	(18)	(783)	(55)	(5.089)
Provisões e imparidade	<u>(4.781)</u>	<u>(178)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.780)</u>	<u>257</u>	<u>(6.482)</u>
Resultado antes de impostos	3.921	3.987	5.160	4.439	1.953	(753)	18.707
Impostos	(762)	(569)	(1.419)	(1.212)	(619)	(423)	(5.004)
Resultado consolidado antes de interesses minoritários	<u>3.159</u>	<u>3.418</u>	<u>3.741</u>	<u>3.227</u>	<u>1.334</u>	<u>(1.176)</u>	<u>13.703</u>
Interesses minoritários	-	-	-	-	(665)	-	(665)
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos accionistas do Banco	<u><u>3.159</u></u>	<u><u>3.418</u></u>	<u><u>3.741</u></u>	<u><u>3.227</u></u>	<u><u>669</u></u>	<u><u>(1.176)</u></u>	<u><u>13.038</u></u>
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	8.807	-	-	5.556	14.363
Activos financeiros disponíveis para venda	1.745	95.433	-	-	-	13.846	111.024
Aplicações em instituições de crédito	133.733	217.152	97.735	8.908	83	(15.381)	442.230
Crédito a clientes	2.173.333	1.305.282	-	-	243.795	137.884	3.860.294
Recursos de outras instituições de crédito	1.169.040	808.353	106.542	-	215.711	49.223	2.348.869
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.126.995	809.514	-	-	-	85.979	2.022.488

	2004						
	Retail	Corporate	Mercados	Gestão de activos	Crédito especializado	Outros	Total
Margem financeira	38.441	12.493	457	126	10.093	(3.479)	58.131
Rendimentos de instrumentos de capital	1.000	-	-	-	-	680	1.680
Resultados de serviços e comissões	14.793	3.022	4.308	3.739	(199)	4.477	30.140
Outros resultados de exploração e outros	<u>6.203</u>	<u>817</u>	<u>1.955</u>	<u>(74)</u>	<u>3.104</u>	<u>510</u>	<u>12.515</u>
Produto bancário	60.437	16.332	6.720	3.791	12.998	2.188	102.466
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(50.222)	(10.379)	(4.594)	(800)	(8.651)	(6.960)	(81.606)
Amortizações do exercício	(3.552)	(553)	(182)	(23)	(823)	9	(5.124)
Provisões e imparidade	<u>(5.457)</u>	<u>(2.686)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.808)</u>	<u>7.650</u>	<u>(3.301)</u>
Resultado antes de impostos	1.206	2.714	1.944	2.968	716	2.887	12.435
Impostos	(366)	(746)	(535)	(818)	(173)	(2.811)	(5.449)
Resultado consolidado antes de interesses minoritários	<u>840</u>	<u>1.968</u>	<u>1.409</u>	<u>2.150</u>	<u>543</u>	<u>76</u>	<u>6.986</u>
Interesses minoritários	-	-	-	-	(272)	-	(272)
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos accionistas do Banco	<u><u>840</u></u>	<u><u>1.968</u></u>	<u><u>1.409</u></u>	<u><u>2.150</u></u>	<u><u>271</u></u>	<u><u>76</u></u>	<u><u>6.714</u></u>
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	7.726	-	-	5.110	12.836
Activos financeiros disponíveis para venda	1.746	-	-	-	-	26.601	28.347
Aplicações em instituições de crédito	36.447	66.671	78.548	5.821	230	102.597	290.314
Crédito a clientes	1.671.784	1.241.063	-	-	185.226	117.322	3.215.395
Recursos de outras instituições de crédito	688.994	665.525	86.274	-	169.419	190.151	1.800.363
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.011.558	642.209	-	-	-	79.731	1.733.498

A totalidade da actividade do Grupo BBVA Portugal é desenvolvida em Portugal.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Caixa	17.416	16.935
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	44.966	69.541
Juros a receber	61	42
	-----	-----
	62.443	86.518
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Cheques a cobrar	62.048	61.078
Depósitos à ordem		
· No país	603	6.394
· No estrangeiro	12.183	81
	-----	-----
	74.834	67.553
	=====	=====

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Títulos		
· Instrumentos de capital	8.451	5.855
Instrumentos financeiros derivados (Nota 8)	5.912	6.981
	-----	-----
	14.363	12.836
	=====	=====

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

## 8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.5.. Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2005							
	Montante nominal			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Activos por derivados de cobertura (Nota 9)	Passivos por derivados de cobertura (Nota 9)	Total
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>								
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>								
. Operações cambiais a prazo	77.238	-	77.238	57	-	-	-	57
. Swaps								
Taxa de juro	36.518	108.757	145.275	649	(1.109)	3.192	(2.841)	(109)
Cotações	3.991	32.183	36.174	-	(21)	37	(3.481)	(3.465)
Divisas	846	-	846	755	(2)	-	-	753
. Opções								
Taxa de juro	10.759	-	10.759	198	(533)	-	-	(335)
Cotações	68.791	-	68.791	3.861	(2.780)	-	-	1.081
Forwards	41.339	-	41.339	357	-	-	-	357
. Contratos de garantia de taxa								
Caps	37.272	-	37.272	35	-	-	-	35
Floors	36.000	-	36.000	-	(35)	-	-	(35)
	<u>312.754</u>	<u>140.940</u>	<u>453.694</u>	<u>5.912</u>	<u>(4.480)</u>	<u>3.229</u>	<u>(6.322)</u>	<u>(1.661)</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>								
. Futuros								
Taxa de juro	33.506	-	33.506	-	-	-	-	-
Cotações	15.800	-	15.800	-	-	-	-	-
	<u>49.306</u>	<u>-</u>	<u>49.306</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>362.060</u>	<u>140.940</u>	<u>503.000</u>	<u>5.912</u>	<u>(4.480)</u>	<u>3.229</u>	<u>(6.322)</u>	<u>(1.661)</u>
<b>2004</b>								
	Montante nominal			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Activos por derivados de cobertura	Passivos por derivados de cobertura	Total
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>								
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>								
. Operações cambiais a prazo	4.548	-	4.548	114	-	-	-	114
. Swaps								
Taxa de juro	206.779	139.531	346.310	2.481	-	128	(765)	1.844
Cotações	-	47.911	47.911	-	-	-	(209)	(209)
Divisas	354.990	-	354.990	4.062	(4.062)	-	-	-
. Opções								
Taxa de juro	41.647	-	41.647	212	-	-	-	212
Cotações	110.144	-	110.144	79	-	-	-	79
Forwards	14.419	-	14.419	33	-	-	-	33
	<u>732.527</u>	<u>187.442</u>	<u>919.969</u>	<u>6.981</u>	<u>(4.062)</u>	<u>128</u>	<u>(974)</u>	<u>2.073</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>								
. Futuros								
Taxa de juro	6.243	-	6.243	-	-	-	-	-
Cotações	13.045	-	13.045	-	-	-	-	-
	<u>19.288</u>	<u>-</u>	<u>19.288</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>751.815</u>	<u>187.442</u>	<u>939.257</u>	<u>6.981</u>	<u>(4.062)</u>	<u>128</u>	<u>(974)</u>	<u>2.073</u>

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nominal):

	2005					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
Instrumentos financeiros derivados						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
. Operações cambiais a prazo	37.195	3.404	-	36.639	-	77.238
. Swaps						
Taxa de juro	-	-	8.500	53.557	83.218	145.275
Cotações	285	20.889	-	-	15.000	36.174
Divisas	-	-	-	846	-	846
. Opções						
Taxa de juro	-	-	5.833	4.926	-	10.759
Cotações	-	-	-	42.557	26.234	68.791
. Forwards	41.339	-	-	-	-	41.339
. Contratos de garantia de taxa						
Caps	-	-	-	36.000	1.272	37.272
Floors	-	-	-	36.000	-	36.000
	<u>78.819</u>	<u>24.293</u>	<u>14.333</u>	<u>210.525</u>	<u>125.724</u>	<u>453.694</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
. Futuros						
Taxa de juro	33.506	-	-	-	-	33.506
Cotações	15.800	-	-	-	-	15.800
	<u>49.306</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>49.306</u>
	<u>128.125</u>	<u>24.293</u>	<u>14.333</u>	<u>210.525</u>	<u>125.724</u>	<u>503.000</u>
	2004					
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Instrumentos financeiros derivados						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
. Operações cambiais a prazo	4.204	344	-	-	-	4.548
. Swaps						
Taxa de juro	88.500	59.600	106.250	50.600	41.360	346.310
Cotações	7.042	-	23.750	17.119	-	47.911
Divisas	-	-	-	354.990	-	354.990
. Opções						
Taxa de juro	-	19.848	-	21.799	-	41.647
Cotações	13.748	856	59.852	35.688	-	110.144
. Forwards	14.419	-	-	-	-	14.419
	<u>127.913</u>	<u>80.648</u>	<u>189.852</u>	<u>480.196</u>	<u>41.360</u>	<u>919.969</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
. Futuros						
Taxa de juro	6.243	-	-	-	-	6.243
Cotações	13.045	-	-	-	-	13.045
	<u>19.288</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.288</u>
	<u>147.201</u>	<u>80.648</u>	<u>189.852</u>	<u>480.196</u>	<u>41.360</u>	<u>939.257</u>

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Operações cambiais a prazo		
Instituições financeiras	77.238	4.548
Swaps		
Taxa de juro		
Instituições financeiras	145.275	246.310
Clientes	-	100.000
Cotações		
Instituições financeiras	36.174	47.911
Divisas		
Instituições financeiras	436	167.228
Clientes	410	187.762
Opções		
Taxa de juro		
Instituições financeiras	5.500	21.000
Clientes	5.259	20.647
Cotações		
Instituições financeiras	37.764	56.744
Clientes	31.027	53.400
Forwards		
Instituições financeiras	-	1.374
Clientes	41.339	13.045
Contratos de garantia de taxa		
Caps		
Instituições financeiras	18.635	-
Clientes	18.637	-
Floors		
Instituições financeiras	18.000	-
Clientes	18.000	-
Futuros		
Bolsa	49.306	19.288
	-----	-----
	503.000	939.257
	=====	=====

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

9. CONTABILIDADE DE COBERTURA

O BBVA Portugal utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos de taxa de juro e taxa de câmbio resultantes da actividade com clientes, nomeadamente, de depósitos estruturados e de operações de crédito a taxa fixa.

Apenas é aplicada Contabilidade de Cobertura se todos os requisitos abaixo forem preenchidos:

- Existe documentação formal de cobertura no início da operação;
- Espera-se que a cobertura seja eficaz e essa eficácia possa ser facilmente medida;
- A cobertura é avaliada numa base contínua, incluindo testes prospectivos e retrospectivos de efectividade ao longo do período de vida das operações.
- O grau de eficácia das relações de cobertura situa-se entre os 80% a 125%.

Em 31 de Dezembro de 2005, os saldos contabilísticos dos elementos cobertos e dos respectivos instrumentos de cobertura apresentam o seguinte detalhe:

Tipo de cobertura	Elementos cobertos				Instrumentos de cobertura		
	Montante nominal	Juros corridos	Prémios	Correcções de valor (Notas 12 e 20)	Valor contabilístico	Montante nominal	Justo valor (Nota 8)
<i>Cobertura de justo valor</i>							
Crédito a taxa fixa	48.551	230	-	2.031	50.812	48.551	2.102
Depósitos estruturados	86.934	(1.079)	(2.449)	(622)	82.783	92.389	(5.195)
	<u>135.485</u>	<u>(849)</u>	<u>(2.449)</u>	<u>1.409</u>	<u>133.595</u>	<u>140.940</u>	<u>(3.093)</u>

Durante o exercício de 2005, os resultados em operações financeiras reconhecidos nos elementos cobertos e nos respectivos instrumentos de cobertura podem ser resumidos como segue:

Tipo de cobertura	Resultados em operações financeiras (Nota 32)
<i>Cobertura de justo valor</i>	
Crédito a taxa fixa	
Elemento coberto	1.713
Instrumento de cobertura	
Swaps de taxa de juro	<u>(1.800)</u>
	(87)
Produtos Estruturados	
Elemento coberto	(350)
Instrumento de cobertura	
Swaps de taxa de juro	510
Equity swaps	<u>(173)</u>
	(13)
	<u>(100)</u>

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De dívida pública portuguesa	15.772	15.650
De outros residentes		
. Outras obrigações	84.726	995
. Obrigações de caixa	35	35
De não residentes		
. Organismos financeiros internacionais	1.247	1.247
. Outras obrigações	4.566	4.823
. Emissores públicos estrangeiros	-	499
<u>Instrumentos de capital</u>		
. Valorizados ao justo valor	685	1.537
. Valorizados ao custo histórico	4.249	4.249
	111.280	29.035
Juros a receber	511	80
Receitas com rendimento diferido	( 171 )	( 233 )
	111.620	28.882
Imparidade (Nota 21)	( 596 )	( 535 )
	111.024	28.347

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica “Instrumentos de capital” inclui 685 mEuros e 1.537 mEuros relativos a unidades de participação do Fundo de Investimento de Capital Garantido Aberto Fundo de Capital Garantido IBEX BBVA II, gerido pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2005, os instrumentos de capital valorizados ao custo histórico têm a seguinte composição:

	Participação efectiva (%)	Custo de aquisição	Imparidade	Valor de balanço
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	5,199%	3.318	-	3.318
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	0,485%	244	( 10 )	234
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	0,091%	600	( 499 )	101
Outros	--	87	( 87 )	-
		4.249	( 596 )	3.653
		=====	====	=====

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2005 e 2004 na Imparidade é apresentado na Nota 21.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Empréstimos		
. no país	214.193	173.868
. no estrangeiro	-	575
Depósitos		
. no estrangeiro	226.578	114.926
	-----	-----
	440.772	289.369
	-----	-----
Juros a receber	1.479	983
Receitas com rendimento diferido	( 15 )	-
	-----	-----
Provisões para risco-país (Nota 21)	-	( 38 )
	-----	-----
	442.230	290.314
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Até três meses	404.007	253.024
De três meses a um ano	21.560	15.918
De um a cinco anos	15.205	20.427
	-----	-----
	440.772	289.369
	=====	=====

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2005 e 2004 nas provisões para risco país é apresentado na Nota 21.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

## 12. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Crédito não titulado:		
Crédito interno		
. Empresas e administrações públicas		
Empréstimos	880.993	593.885
Créditos em conta corrente	638.913	788.510
Descobertos em depósitos à ordem	4.673	4.084
Créditos tomados - factoring	36.410	53.568
Operações de locação financeira	259.907	207.012
Outros créditos	4.556	1.213
. Particulares		
Habitação	1.237.855	964.678
Outros créditos	199.587	179.905
Crédito ao exterior	372.499	296.517
	<u>3.635.393</u>	<u>3.089.372</u>
Crédito titulado:		
Papel comercial	157.975	60.888
Desconto e outros créditos titulados	48.393	54.883
	<u>206.368</u>	<u>115.771</u>
	<u>3.841.761</u>	<u>3.205.143</u>
Correcções de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 9)	2.031	-
	<u>3.843.792</u>	<u>3.205.143</u>
Juros a receber:		
Crédito não titulado	9.540	4.062
Juros recebidos:		
Crédito titulado	( 174 )	( 78 )
Comissões associadas ao custo amortizado:		
Despesas com encargo diferido	8.429	-
Receitas com rendimento diferido	( 8.843 )	( 307 )
	<u>3.852.744</u>	<u>3.208.820</u>
Crédito e juros vencidos	24.890	28.484
	<u>3.877.634</u>	<u>3.237.304</u>
Provisões (Nota 21):		
. Para crédito e juros vencidos	( 15.089 )	( 17.291 )
. Para créditos de cobrança duvidosa	( 2.237 )	( 4.618 )
. Para risco-país	( 14 )	-
	<u>( 17.340 )</u>	<u>( 21.909 )</u>
	<u>3.860.294</u>	<u>3.215.395</u>
	=====	=====

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2005 e 2004 nas provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco país é apresentado na Nota 21.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, para fazer face aos riscos de realização do crédito concedido, o Grupo BBVA Portugal dispõe em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 de uma provisão para riscos gerais de crédito no montante de 25.708 mEuros e 21.389 mEuros, respectivamente, registada na rubrica "Provisões" do passivo (Nota 21).

Em 31 de Dezembro de 2005, o crédito a clientes e as garantias prestadas incluem operações garantidas pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Madrid), nos montantes de aproximadamente 591.000 mEuros e 212.000 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2004, o crédito a clientes e as garantias prestadas incluem operações garantidas pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Madrid), nos montantes de aproximadamente 527.000 mEuros e 198.000 mEuros, respectivamente.

Estes montantes não são considerados para efeitos do apuramento do rácio de solvabilidade.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o prazo residual dos créditos a clientes, excluindo o crédito vencido e o papel comercial, apresentava a seguinte estrutura:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Até três meses	1.126.424	1.159.951
De três meses a um ano	314.747	271.906
De um a dois anos	650.841	515.374
Mais de dois anos	1.591.774	1.197.024
	-----	-----
	3.683.786	3.144.255
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a composição da carteira de créditos a clientes por sectores de actividade, excluindo o crédito vencido e o papel comercial, é a seguinte:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Agricultura	9.315	4.839
Alimentos, bebidas e tabaco	1.700	1.764
Comércio	1.521.134	1.430.076
Construção	14.010	11.477
Engenharia	62.356	25.910
Madeira e cortiça	1.684	1.601
Serviços	34.190	21.915
Têxtil	1.590	640
Transportes e comunicações	6.400	5.032
Particulares:		
- Habitação	1.212.820	962.848
- Consumo	234.361	206.575
Outros	584.226	471.578
	-----	-----
	3.683.786	3.144.255
	=====	=====

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

**13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA**

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Activos não correntes detidos para venda		
· Imóveis	3.361	4.274
· Equipamentos e viaturas	342	458
· Outros	829	829
	4.532	5.561
Imparidade (Nota 21)		
· Imóveis	( 428 )	( 144 )
· Equipamentos e viaturas	( 101 )	( 275 )
· Outros	( 829 )	( 829 )
	( 1.358 )	( 1.248 )
	3.174	4.313

O movimento nesta rubrica durante os exercícios de 2005 e 2004 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2004							31 de Dezembro de 2005		
	Valor		Aquisições	Alienações	Utilização de Imparidade	Dotações de Imparidade	Reposição de Imparidade	Valor		Valor líquido
	Bruto	Imparidade						Bruto	Imparidade	
Activos recebidos em dação em pagamento										
Imóveis	4.275	(144)	1.019	(1.933)	19	(303)	-	3.361	(428)	2.933
Equipamento e viaturas	457	(275)	1.682	(1.797)	207	(126)	93	342	(101)	241
Outros	829	(829)	-	-	-	-	-	829	(829)	-
	5.561	(1.248)	2.701	(3.730)	226	(429)	93	4.532	(1.358)	3.174

	31 de Dezembro de 2003							31 de Dezembro de 2004		
	Valor		Aquisições	Alienações	Utilização de Imparidade	Dotações de Imparidade	Reposição de Imparidade	Valor		Valor líquido
	Bruto	Imparidade						Bruto	Imparidade	
Activos recebidos em dação em pagamento										
Imóveis	3.811	(257)	1.286	(822)	-	-	113	4.275	(144)	4.131
Equipamento e viaturas	996	(176)	1.082	(1.621)	-	(208)	109	457	(275)	182
Outros	829	(829)	-	-	-	-	-	829	(829)	-
	5.636	(1.262)	2.368	(2.443)	-	(208)	222	5.561	(1.248)	4.313

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

#### 14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2005 e 2004 foi o seguinte:

Descrição	31 de Dezembro de 2004			Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Imparidade (Nota 21)	Regularizações	Alienações e abates	Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade (Nota 21)							
Imóveis:										
. De serviço próprio	75.314	(17.097)	(1.960)	1.211	131	(1.183)	1.115	-	(3.875)	53.656
. Despesas em edifícios arrendados	10.080	(8.380)	-	52	(36)	(320)	-	-	-	1.396
Activos tangíveis em curso										
. Imóveis de serviço próprio	93	-	-	2	(95)	-	-	-	-	-
	<u>85.487</u>	<u>(25.477)</u>	<u>(1.960)</u>	<u>1.285</u>		<u>(1.503)</u>	<u>1.115</u>		<u>(3.875)</u>	<u>55.052</u>
Equipamento:										
. Mobiliário e material	7.924	(7.031)	-	73	-	(325)	-	-	-	641
. Máquinas e ferramentas	5.282	(4.968)	-	61	-	(127)	-	-	-	248
. Equipamento informático	17.849	(15.691)	-	712	709	(1.334)	-	165	(36)	2.374
. Instalações interiores	12.509	(10.296)	-	279	-	(423)	-	-	-	2.069
. Material de transporte	2.704	(1.260)	-	156	-	(523)	-	-	(238)	839
. Equipamento de segurança	3.571	(3.152)	-	162	-	(117)	-	-	-	464
	<u>49.839</u>	<u>(42.398)</u>		<u>1.443</u>	<u>709</u>	<u>(2.849)</u>		<u>165</u>	<u>(274)</u>	<u>6.635</u>
Outros activos tangíveis:										
. Património artístico	77	-	-	-	-	-	-	-	-	77
. Outros	79	(78)	-	12	-	(4)	-	-	-	9
	<u>135.482</u>	<u>(67.953)</u>	<u>(1.960)</u>	<u>2.720</u>	<u>709</u>	<u>(4.356)</u>	<u>1.115</u>	<u>165</u>	<u>(4.149)</u>	<u>61.773</u>
Descrição	31 de Dezembro de 2003			Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Imparidade (Nota 21)	Regularizações	Alienações e abates	Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade (Nota 21)							
Imóveis:										
. De serviço próprio	79.571	(16.886)	(1.762)	462	49	(1.240)	(198)	(99)	(3.640)	56.257
. Despesas em edifícios arrendados	10.224	(8.403)	-	175	-	(432)	-	247	(111)	1.700
Activos tangíveis em curso										
. Imóveis de serviço próprio	108	-	-	94	(49)	-	-	(60)	-	93
	<u>89.903</u>	<u>(25.289)</u>	<u>(1.762)</u>	<u>731</u>		<u>(1.672)</u>	<u>(198)</u>	<u>88</u>	<u>(3.751)</u>	<u>58.050</u>
Equipamento:										
. Mobiliário e material	8.142	(6.891)	-	58	-	(365)	-	-	(51)	893
. Máquinas e ferramentas	5.185	(4.666)	-	97	-	(302)	-	-	-	314
. Equipamento informático	16.810	(14.780)	-	1.034	-	(906)	-	-	-	2.158
. Instalações interiores	11.881	(9.958)	-	807	-	(418)	-	-	(99)	2.213
. Material de transporte	3.007	(1.343)	-	747	-	(659)	-	-	(308)	1.444
. Equipamento de segurança	3.422	(3.116)	-	242	-	(127)	-	-	(2)	419
	<u>48.447</u>	<u>(40.754)</u>		<u>2.985</u>		<u>(2.777)</u>			<u>(460)</u>	<u>7.441</u>
Outros activos tangíveis:										
. Património artístico	76	-	-	1	-	-	-	-	-	77
. Outros	77	(61)	-	1	-	(16)	-	-	-	1
	<u>138.503</u>	<u>(66.104)</u>	<u>(1.762)</u>	<u>3.718</u>		<u>(4.465)</u>	<u>(198)</u>	<u>88</u>	<u>(4.211)</u>	<u>65.569</u>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica “Imóveis de serviço próprio” inclui imóveis não afectos à actividade do Banco nos montantes de 2.812 mEuros e 5.005 mEuros, respectivamente, aos quais estão associadas imparidades nos montantes de 842 mEuros e 1.960 mEuros, respectivamente.

Estes imóveis são reconhecidos contabilisticamente ao custo de aquisição ou valor de realização, dos dois o menor, sendo registadas imparidades sempre que o valor de avaliação seja inferior ao respectivo valor líquido contabilístico.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

## 15. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2005 e 2004 foi o seguinte:

Descrição	31 de Dezembro de 2004		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Regularizações	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas					
<i>Activos intangíveis</i>							
Trespases	374	(270)	-	-	(104)	-	-
Despesas de constituição	21	(21)	-	-	-	-	-
Custos plurianuais	8.880	(8.880)	-	-	-	-	-
Software	2.660	(1.712)	877	143	(629)	(61)	1.278
Outros activos intangíveis	4.539	(4.539)	-	-	-	-	-
Activos intangíveis em curso	1.126	-	38	(852)	-	(28)	284
	<u>17.600</u>	<u>(15.422)</u>	<u>915</u>	<u>(709)</u>	<u>(733)</u>	<u>(89)</u>	<u>1.562</u>

Descrição	31 de Dezembro de 2003		Adopção das NCA's em 01/01/2004 (Nota 41)	Aquisições	Amortizações do exercício	Regularizações	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas					
<i>Activos intangíveis</i>							
Trespases	1.224	(1.189)	-	-	(38)	107	104
Despesas de constituição	362	(315)	(47)	-	-	-	-
Custos plurianuais	9.678	(9.611)	(67)	-	-	-	-
Software	42.668	(34.293)	(7.350)	544	(621)	-	948
Outros activos intangíveis	4.539	(4.539)	-	-	-	-	-
Activos intangíveis em curso	2.104	-	(1.445)	467	-	-	1.126
	<u>60.575</u>	<u>(49.947)</u>	<u>(8.909)</u>	<u>1.011</u>	<u>(659)</u>	<u>107</u>	<u>2.178</u>

## 16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 eram os seguintes:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Activos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	11.683	10.368
· Por prejuízos fiscais reportáveis	2.573	2.081
	-----	-----
	14.256	12.449
	-----	-----
Passivos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	( 2.579 )	( 3.490 )
	-----	-----
	11.677	8.959
	=====	=====
Activos por impostos correntes	244	323
	-----	-----
Passivos por impostos correntes		
· Imposto sobre o rendimento a pagar	( 956 )	( 151 )
	-----	-----
	( 712 )	172
	=====	=====

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2005 e 2004 foi o seguinte:

	2005					
	Saldo em 31.12.04	Adopção da IAS 39 em 01.01.2005 (Nota 41)	Variação em Resultados	Variação em Resultados Transitados	Variação em Reservas	Saldo em 31.12.2005
. Activos intangíveis	2.819	-	(1.348)	-	-	1.471
. Prémio de antiguidade	361	-	-	-	-	361
. Subsídio de morte	877	-	-	-	-	877
. Provisões não aceites fiscalmente:						
Provisões para crédito vencido	121	-	(8)	-	-	113
Provisões para cobrança duvidosa	974	-	(565)	-	-	409
Provisões para riscos gerais de crédito	2.735	-	1.702	-	-	4.437
Provisão para aplicações financeiras	124	-	-	-	-	124
Provisões para imóveis	539	-	(307)	-	-	232
Provisões para outras aplicações	34	-	-	-	-	34
Provisões para outros riscos e encargos	96	-	(25)	-	-	71
. Pensões						
Reformas antecipadas	1.153	-	(1.400)	1.390	-	1.143
SAMS	(44)	-	(131)	495	-	320
Desvios actuariais	(2.847)	-	-	569	-	(2.278)
Contribuição efectuada	-	-	(1.937)	1.937	-	-
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(229)	-	19	-	-	(210)
. Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(41)	425	536	-	-	920
. Valias fiscais	206	-	(206)	-	-	-
. Prejuízos fiscais reportáveis	2.081	-	492	-	-	2.573
. Comissões	-	1.401	(364)	-	-	1.037
. Correções no justo valor dos elementos cobertos	-	(346)	346	-	-	-
. Valorização dos activos disponíveis para venda	-	(20)	-	-	63	43
	<u>8.959</u>	<u>1.460</u>	<u>(3.196)</u>	<u>4.391</u>	<u>63</u>	<u>11.677</u>

	2004				
	Saldo em 31.12.03	Adopção das NCA's em 01.01.2004 (Nota 41)	Variação em Resultados	Variação em Resultados Transitados	Saldo em 31.12.04
. Activos intangíveis	-	2.455	364	-	2.819
. Prémio de antiguidade	-	361	-	-	361
. Subsídio de morte	-	877	-	-	877
. Provisões não aceites fiscalmente:					
Provisões para crédito vencido	-	1.621	(1.500)	-	121
Provisões para cobrança duvidosa	-	137	837	-	974
Provisões para riscos gerais de crédito	-	1.717	1.018	-	2.735
Provisão para aplicações financeiras	-	-	124	-	124
Provisões para imóveis	-	485	54	-	539
Provisões para outras aplicações	-	61	(27)	-	34
Provisões para outros riscos e encargos	-	57	39	-	96
. Pensões					
Reformas antecipadas	-	2.535	(1.382)	-	1.153
SAMS	-	82	(126)	-	(44)
Desvios actuariais	-	(1.796)	(1.051)	-	(2.847)
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	-	(249)	20	-	(229)
. Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	-	(302)	261	-	(41)
. Valias fiscais	-	-	206	-	206
. Prejuízos fiscais reportáveis	-	3.880	(1.799)	-	2.081
. Subsídio de férias e férias relativos a 2003	-	-	(1.155)	1.155	-
	<u>-</u>	<u>11.921</u>	<u>(4.117)</u>	<u>1.155</u>	<u>8.959</u>

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>Impostos correntes</u>	( 1.808 )	( 1.332 )
	-----	-----
<u>Impostos diferidos</u>		
Registo e reversão de diferenças temporárias	( 3.688 )	( 2.318 )
Prejuízos fiscais reportáveis	492	( 1.799 )
	-----	-----
	( 3.196 )	( 4.117 )
	-----	-----
Total de impostos reconhecidos em resultados	( 5.004 )	( 5.449 )
	=====	=====
Lucro antes de impostos e de interesses minoritários	18.707	12.435
	-----	-----
Carga fiscal	26,75%	43,82%
	=====	=====

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco e das suas subsidiárias relativas aos anos de 2002 a 2005 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável a eventuais correcções.

Contudo, na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correcção com impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2005 e 2004 pode ser demonstrada como segue:

	<u>2005</u>		<u>2004</u>	
	<u>Taxa</u>	<u>Total</u>	<u>Taxa</u>	<u>Total</u>
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		<u>18.707</u>		<u>12.435</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	27,50%	5.144	27,50%	3.420
Custos não aceites fiscalmente:				
Seguros	0,41%	79	0,62%	75
Reintegrações	0,25%	48	0,24%	30
Multas e outras penalidades	0,12%	22	0,18%	23
Provisões	0,00%	-	0,73%	91
Custo com o subsídio de férias de 2003	0,00%	-	7,93%	986
Custos com pensões	0,00%	-	8,95%	1.113
Outros	1,40%	261	1,81%	225
Benefícios fiscais				
Dividendos	(0,38%)	(71)	(3,06%)	(380)
Criação líquida de emprego	(0,20%)	(37)	(0,30%)	(37)
Sucursal Financeira Exterior	(0,06%)	(12)	(0,08%)	(10)
Donativos	(0,03%)	(6)	(0,05%)	(6)
Outros	(0,06%)	(12)	(0,28%)	(35)
Tributação autónoma	0,67%	125	0,86%	107
Mais e menos valias	(2,36%)	(442)	(0,78%)	(97)
Outros	(0,51%)	(95)	(0,45%)	(56)
	<u>26,75%</u>	<u>5.004</u>	<u>43,82%</u>	<u>5.449</u>

O Banco e as suas subsidiárias não reconhecem impostos diferidos activos sempre que não seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que possibilitem a respectiva utilização.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

17. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>Outras disponibilidades</u>	25	19
<u>Outros activos</u>		
Outros metais preciosos	19	21
<u>Devedores e outras aplicações</u>		
Devedores por operações sobre futuros	1.614	1.278
Devedores por alienação de equipamento Sector Público Administrativo	206	173
. IVA a recuperar	14.417	6.212
. Imposto do selo a regularizar	-	57
Bonificações a receber	42	111
Outros devedores diversos	6.397	6.086
	-----	-----
	22.676	13.917
	-----	-----
<u>Rendimentos a receber</u>		
Comissões pela angariação de operações de crédito	-	4.340
Outras comissões	5.209	3.849
Outros juros	-	3
Outros	118	62
	-----	-----
	5.327	8.254
	-----	-----
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Fundo de Pensões (Notas 18 e 41)	78.490	98.113
Campanha de incentivo FIM Extra 5	1.621	2.098
Seguros	629	205
Outras	797	610
	-----	-----
	81.537	101.026
	-----	-----
<u>Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 18)</u>		
. Corredor	23.745	5.745
. Corredor do Aviso nº12/2005	20.318	-
	-----	-----
	44.063	5.745
	-----	-----
<u>Encargos a pagar</u>		
Comissões associadas a operações de crédito	( 11 )	( 70 )
<u>Outras contas de regularização</u>		
Operações cambiais a liquidar	66	115
Operações activas a regularizar	630	912
	-----	-----
	696	1.027
	-----	-----
	154.332	129.939
	-----	-----
<u>Imparidade – Outros activos</u>		
Outros devedores diversos (Nota 21)	( 4.114 )	( 3.437 )
	-----	-----
	150.218	126.502
	=====	=====

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica “IVA a recuperar” corresponde essencialmente ao imposto sobre o valor acrescentado a recuperar decorrente da actividade da BBVA IFIC.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica “Outros devedores diversos” inclui um saldo de 1.456 mEuros, originado pela cessão a uma instituição financeira Portuguesa dos créditos do BBVA Portugal sobre uma entidade em processo especial de recuperação de empresas. Este montante não vence juros e será pago ao BBVA Portugal em Agosto de 2006.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica “Rendimentos a receber - comissões”, inclui 1.816 mEuros e 1.042 mEuros, respectivamente, relativos a valores a receber da BBVA Broker, Correduria de Seguros Y Reasseguros, pela colocação de seguros através da rede comercial do BBVA Portugal.

A rubrica “Despesas com encargo diferido – Fundo de Pensões” corresponde ao impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004 em virtude da adopção do “IAS 19 – Benefícios a empregados”, o qual está a ser reconhecido em Resultados Transitados através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes anuais até 31 de Dezembro de 2009.

A rubrica “Despesas com encargo diferido - Campanha de incentivo FIM Extra 5” corresponde ao valor ainda não amortizado do custo da campanha de incentivo à subscrição do Fundo de Investimento Mobiliário de Capital Garantido Aberto Fundo Garantido Extra 5 BBVA, gerido pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., o qual está a ser diferido ao longo de um período de seis anos contados a partir do final do período de subscrição (Nota 36).

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica “Comissões de angariação de operações de crédito” corresponde às comissões pagas pela BBVA IFIC a fornecedores, essencialmente concessionários, pela angariação de operações de crédito, as quais eram reconhecidas como custo ao longo das operações de crédito subjacentes, de forma proporcional ao reconhecimento dos respectivos juros. No exercício de 2005, estas comissões passaram a ser reconhecidas com base no método do juro efectivo, encontrando-se registadas na rubrica “Crédito a clientes” (Nota 12).

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2005 e 2004 na Imparidade é apresentado na Nota 21.

#### 18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

As responsabilidades do BBVA Portugal, da BBVA Gest e da BBVA Fundos com pensões de reforma por velhice, sobrevivência e por invalidez encontram-se cobertas por Fundos de Pensões. A gestão destes Fundos, bem como a elaboração das avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são da responsabilidade da BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades com referência a 31 de Dezembro de 2005 e 2004 são os seguintes:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>Pressupostos financeiros</u>		
Taxa de desconto	4,5%	4,85%
Taxa de rendimento de longo prazo	4,5%	4,85%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	2%	2%
<u>Pressupostos demográficos</u>		
Tábua de mortalidade	TV – 88/90	TV – 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80 a 50%	EVK 80 a 50%
Tábua de turnover	MSSL a 50%	MSSL a 50%
Idade de reforma	65	65
Percentagem de casados	85%	85%
Método de avaliação	“Projected Unit Credit”	

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o número de participantes abrangidos pelo plano de pensões é o seguinte:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Empregados no activo	788	792
Reformados e pensionistas	680	683
	-----	-----
	1.468	1.475
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o valor actual das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e com assistência médica e as respectivas coberturas são as seguintes:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
A. Responsabilidades:		
Serviços passados:		
- Empregados no activo	80.255	57.790
- Reformados e pensionistas	166.791	151.349
	-----	-----
	247.046	209.139
	-----	-----
Assistência médica:		
- Empregados no activo	5.259	3.689
- Reformados e pensionistas	10.824	9.457
	-----	-----
	16.083	13.146
	-----	-----
	263.129	222.285
	-----	-----
B. Cobertura das responsabilidades:		
Valor patrimonial dos Fundos	213.271	167.916
Contratos de rendas vitalícias	9.081	7.788
Contribuições a entregar (Nota 23)	40.777	46.581
	-----	-----
	263.129	222.285
	-----	-----
C. Excesso / Insuficiência	-	-
	=====	=====

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento no valor actual das responsabilidades por serviços passados ocorrido durante os exercícios de 2005 e 2004 foi o seguinte:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Responsabilidades no início do exercício	222.285	180.040
Alteração de pressupostos:		
. Taxa de desconto - 1 de Janeiro de 2004	-	29.746
. Tábua de mortalidade - 31 de Dezembro de 2005	20.376	-
. Taxa de desconto - 31 de Dezembro de 2005	15.691	-
Custo do serviço corrente	4.048	3.599
Custo dos juros	8.473	10.239
(Ganhos) e perdas actuariais	3.354	7.261
Reformas antecipadas efectuadas no período	-	2.171
Pensões pagas pelos fundos de pensões	( 11.298 )	( 10.959 )
Contribuição dos colaboradores	201	191
Outros	-	( 3 )
	-----	-----
Responsabilidades no fim do exercício	263.129	222.285
	=====	=====

A cobertura das responsabilidades do Grupo BBVA Portugal é efectuada através do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal), do Fundo de Pensões Credit (Portugal), e de contratos de rendas vitalícias celebrados entre o Banco e a Gan Portugal Vida. O valor actual dos contratos de rendas vitalícias é determinado pela BBVA Fundos utilizando pressupostos actuariais iguais aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões. O movimento ocorrido na cobertura das responsabilidades foi o seguinte:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Saldo inicial:		
. Valor patrimonial dos Fundos	167.916	153.356
. Contratos de rendas vitalícias	7.788	8.357
. Contribuições a entregar	46.581	14.633
	-----	-----
	222.285	175.897
	-----	-----
Contribuições a efectuar (Nota 23)	40.777	46.581
Contribuições efectuadas	241	71
Contribuições dos colaboradores	201	191
Rendimento esperado dos fundos de pensões	9.948	8.539
Pensões pagas pelos fundos de pensões	( 11.298 )	( 10.959 )
(Ganhos) e perdas actuariais/financeiras	975	1.519
Arredondamentos	-	( 3 )
	-----	-----
Saldo final	263.129	222.285
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a carteira dos Fundos de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Unidades de Participação de Fundos geridos por entidades do Grupo	16.786	5.033
Acções	55	48
Obrigações	-	327
	-----	-----
	16.841	5.408
	=====	=====

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nas rubricas de custos diferidos e de desvios actuariais diferidos relacionados com a introdução das NCA durante os exercícios de 2004 e 2005 foi o seguinte:

	Custos diferidos NCA	Corredor	Corredor do Aviso nº 12/2005	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2004 (Nota 41)	98.113	-	-	98.113
(Ganhos) / Perdas actuariais e financeiras:				
- financeiras	-	(1.510)	-	(1.510)
- actuariais	-	7.255	-	7.255
Saldos em 31 de Dezembro de 2004 (Nota 17)	98.113	5.745	-	103.858
Amortização efectuada por contrapartida de resultados transitados	(19.623)	-	-	(19.623)
(Ganhos) / Perdas actuariais e financeiras:				
- financeiras	-	623	-	623
- actuariais	-	2.866	-	2.866
Impacto da alteração da taxa de desconto	-	14.511	-	14.511
Impacto da alteração da tábua de mortalidade	-	-	20.318	20.318
Saldos em 31 de Dezembro de 2005 (Nota 17)	78.490	23.745	20.318	122.553

O custo do exercício com pensões de reforma e responsabilidades com saúde inclui o custo do serviço corrente, o custo dos juros relativo à totalidade das responsabilidades e os custos com acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas, deduzidos do rendimento esperado dos Fundos de Pensões:

	2005	2004
Custo do serviço corrente	4.048	3.599
Custo dos juros	8.473	10.239
Acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas	-	2.171
Rendimento esperado dos Fundos de Pensões	( 9.957 )	( 8.561 )
Outros	-	8
Custo do exercício (Nota 37)	2.564	7.456

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
À vista		
Depósitos à ordem		
· Instituições de crédito no país	4.552	3.852
· Instituições de crédito no estrangeiro	6.838	5.171
	-----	-----
	11.390	9.023
	-----	-----
A prazo ou com pré-aviso		
Recursos a muito curto prazo	-	22.025
Depósitos a prazo e outros recursos		
· Instituições de crédito no estrangeiro	2.330.404	1.765.976
	-----	-----
	2.330.404	1.788.001
	-----	-----
	2.341.794	1.797.024
	-----	-----
Juros a pagar	7.075	3.339
	-----	-----
	2.348.869	1.800.363
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os prazos residuais dos recursos de outras instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Até três meses	813.964	848.697
De três meses a um ano	372.414	184.911
De um a cinco anos	905.416	763.416
Mais de cinco anos	250.000	-
	-----	-----
	2.341.794	1.797.024
	=====	=====

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Depósitos		
· À ordem	904.169	827.447
· A prazo	1.082.250	860.926
· De poupança	30.067	36.985
Outros recursos de clientes		
· Cheques e ordens a pagar	3.728	4.170
· Outros	151	194
	-----	-----
	2.020.365	1.729.722
	-----	-----
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 9)	( 622 )	-
	-----	-----
	2.019.743	1.729.722
	-----	-----
Encargos a pagar		
· Juros de recursos de clientes	3.116	3.776
	-----	-----
Despesas com encargo diferido		
· Juros de recursos de clientes	( 371 )	-
	-----	-----
	2.022.488	1.733.498
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Até três meses	1.683.913	1.394.490
De três meses a um ano	246.401	307.242
De um a cinco anos	78.817	27.990
Mais de cinco anos	11.234	-
	-----	-----
	2.020.365	1.729.722
	=====	=====

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

## 21. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade durante os exercícios de 2005 e 2004 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2004	Adopção da IAS 39	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2005
<i>Provisões para créditos sobre clientes e aplicações em instituições de crédito:</i>							
- Créditos de cobrança duvidosa (Nota 12)	4.618	-	4.057	(5.601)	-	(837)	2.237
- Crédito e juros vencidos (Nota 12)	17.291	-	9.892	(6.896)	(6.289)	1.091	15.089
- Risco-país (Notas 11 e 12)	38	-	51	(75)	-	-	14
	<u>21.947</u>	<u>-</u>	<u>14.000</u>	<u>(12.572)</u>	<u>(6.289)</u>	<u>254</u>	<u>17.340</u>
<i>Provisões:</i>							
- Riscos gerais de crédito (Nota 12)	21.389	-	6.678	(2.167)	-	(192)	25.708
- Outros riscos e encargos	394	-	55	(24)	-	(120)	305
- Riscos bancários gerais	65	-	-	-	(24)	-	41
	<u>21.848</u>	<u>-</u>	<u>6.733</u>	<u>(2.191)</u>	<u>(24)</u>	<u>(312)</u>	<u>26.054</u>
<i>Imparidade</i>							
- Imparidade de outros activos financeiros:							
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	535	87	-	-	(26)	-	596
- Imparidade de outros activos:							
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	1.248	-	371	(93)	(226)	58	1.358
Outros activos tangíveis (Nota 14)	1.960	-	-	(1.115)	-	-	845
Outros activos (Nota 17)	3.437	-	1.378	(29)	(672)	-	4.114
	<u>6.645</u>	<u>-</u>	<u>1.749</u>	<u>(1.237)</u>	<u>(898)</u>	<u>58</u>	<u>6.317</u>
	<u>50.975</u>	<u>87</u>	<u>22.482</u>	<u>(16.000)</u>	<u>(7.237)</u>	<u>-</u>	<u>50.307</u>

	Saldos em 31-12-2003	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2004
<i>Provisões para créditos sobre clientes e aplicações em instituições de crédito:</i>						
- Créditos de cobrança duvidosa (Nota 12)	7.539	1.093	(8.851)	-	4.837	4.618
- Crédito e juros vencidos (Nota 12)	30.073	40.071	(28.563)	(19.893)	(4.397)	17.291
- Risco-país (Nota 11)	1.106	107	(1.175)	-	-	38
	<u>38.718</u>	<u>41.271</u>	<u>(38.589)</u>	<u>(19.893)</u>	<u>440</u>	<u>21.947</u>
<i>Provisões:</i>						
- Riscos gerais de crédito (Nota 12)	22.301	3.717	(3.859)	-	(770)	21.389
- Outros riscos e encargos	253	34	(223)	-	330	394
- Riscos bancários gerais	65	-	-	-	-	65
	<u>22.619</u>	<u>3.751</u>	<u>(4.082)</u>	<u>-</u>	<u>(440)</u>	<u>21.848</u>
<i>Imparidade</i>						
- Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	801	34	(79)	(221)	-	535
- Imparidade de outros activos:						
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	1.262	208	(222)	-	-	1.248
Outros activos tangíveis (Nota 14)	1.762	1.009	(811)	-	-	1.960
Outros activos (Nota 17)	2.880	817	(6)	(254)	-	3.437
	<u>5.904</u>	<u>2.034</u>	<u>(1.039)</u>	<u>(254)</u>	<u>-</u>	<u>6.645</u>
	<u>68.042</u>	<u>47.090</u>	<u>(43.789)</u>	<u>(20.368)</u>	<u>-</u>	<u>50.975</u>

## 22. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o saldo desta rubrica corresponde a um empréstimo subordinado no montante de 69.000 mEuros, concedido pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A., através do contrato de mútuo directo subordinado celebrado em 30 de Março de 2001. Este empréstimo tem vencimento em 30 de Março de 2011 e vence juros à taxa Euribor a três meses (anterior à data de início de cada período de contagem de juros) acrescida de 0,6 pontos percentuais.

O Banco de Portugal autorizou, através de carta de Abril de 2001, que os recursos obtidos através deste empréstimo sejam considerados para efeito de cálculo dos fundos próprios complementares do BBVA Portugal dentro dos limites estabelecidos nos nºs 6º e 7º do Aviso 12/92, de 29 de Dezembro.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

23. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>Credores e outros recursos</u>		
Credores por operações sobre futuros	570	875
Sector Público Administrativo		
· Retenção de impostos na fonte	2.376	2.744
· Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.230	132
· Contribuições para a Segurança Social	302	303
Cobranças por conta de terceiros	19	19
Contribuições para outros sistemas de saúde	165	156
Credores diversos		
· Contribuições a entregar – Fundo de Pensões (Nota 18)	40.777	46.581
· Fornecedores de imobilizado	10.297	6.960
· Outros credores	4.243	4.277
	-----	-----
	59.979	62.047
	-----	-----
<u>Encargos a pagar</u>		
Por gastos com pessoal		
· Provisão para férias e subsídio de férias	4.506	4.246
· Prémio de antiguidade	4.003	3.491
· Subsídio de morte	3.383	3.189
· Remunerações variáveis	3.169	1.965
· Outros	268	147
Por gastos gerais administrativos	827	698
Comissões a pagar por angariação de operações de crédito	795	647
Rappel por angariação de operações de crédito	791	399
Comissões por operações sobre instrumentos financeiros	130	46
Taxa para o ISP	23	10
Por capitais próprios e equiparados	12	11
Subvenções (juros suportados pelo fornecedor)	-	654
Outros	532	461
	-----	-----
	18.439	15.964
	-----	-----
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
Comissões sobre garantias prestadas	358	303
	-----	-----
<u>Outras contas de regularização</u>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	1.923	-
Mais valias em bens de locação financeira	604	693
Posição cambial	69	115
Outras operações a regularizar	7.494	3.151
	-----	-----
	10.090	3.959
	-----	-----
	88.866	82.273
	=====	=====

A rubrica “Prémio de antiguidade” corresponde ao montante estimado dos encargos com o pagamento dos prémios de antiguidade previstos na cláusula 150º do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o sector bancário. Este montante é determinado pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica “Subvenções (juros suportados pelo fornecedor)” correspondia às subvenções recebidas de fornecedores pela BBVA IFIC no início das operações de crédito, as quais eram reconhecidas como proveito ao longo das operações de crédito subjacentes, de forma proporcional ao reconhecimento dos respectivos juros. No exercício de 2005, estas subvenções passaram a ser reconhecidas com base no método do juro efectivo, encontrando-se registadas na rubrica “Crédito a clientes” (Nota 12).

A rubrica “Mais-valias em bens de locação financeira” corresponde às diferenças positivas entre o valor dos contratos de locação financeira efectuados sobre bens recuperados e o valor contabilístico dos respectivos bens na data de realização do novo contrato. Estes montantes são reconhecidos como proveitos de forma escalonada ao longo do período de vida dos novos contratos de locação.

#### 24. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</u>		
Garantias e avales prestados	517.705	501.986
Aceites e endossos	1.695	2.813
Créditos documentários abertos	4.751	5.270
Outros passivos eventuais	198	17
	-----	-----
	524.349	510.086
	=====	=====
<u>Compromissos perante terceiros</u>		
Contratos a prazo de depósitos	1.485	205.947
Por linhas de crédito		
· Compromissos irrevogáveis	253.885	279.824
· Compromissos revogáveis	1.493.783	1.454.353
Por subscrição de títulos	300.000	99.461
Responsabilidades a prazo de contribuições para		
o Fundo de Garantia de Depósitos	600	-
Responsabilidade potencial para com		
o Sistema de indemnização aos investidores	743	728
Passivos eventuais	1.574	1.674
Outros	336	939
	-----	-----
	2.052.406	2.042.926
	=====	=====
<u>Responsabilidades por prestação de serviços</u>		
Depósito e guarda de valores	4.264.084	3.576.870
Valores recebidos para cobrança	50.277	43.049
Valores administrados pela instituição		
· Fundos mobiliários geridos pela BBVA Gest	698.258	529.271
· Fundos de pensões geridos pela BBVA Fundos	316.230	232.893
· Outros	136.635	101.173
Rendas vincendas e valores residuais	116.664	118.124
Outras	74.772	50.139
	-----	-----
	5.656.920	4.651.519
	=====	=====

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente nos bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no regime Geral das Instituições de Crédito. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo do exercício a que dizem respeito (Nota 36). O BBVA Portugal efectuou o pagamento em numerário da totalidade das contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos relativamente aos exercícios de 2005 e 2004, não tendo feito uso da faculdade de não realizar o pagamento de 50% do referido valor, através da assunção de um compromisso irrevogável pelo montante não entregue.

O saldo da rubrica “Sistema de indemnização aos investidores” corresponde ao montante do compromisso irrevogável assumido pelo Banco, nos termos da legislação aplicável, de entregar àquele Sistema em caso de accionamento, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

## 25. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a estrutura accionista é a seguinte:

	2005		2004	
	N ° de <u>Acções</u>	%	N ° de <u>acções</u>	%
BBVA Luxinvest, S.A., com sede no Luxemburgo	144.761.344	90,48%	113.094.800	90,48%
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	15.238.506	9,52%	11.905.083	9,52%
Outros	150	0,00%	117	0,00%
	-----	-----	-----	-----
	160.000.000	100,00%	125.000.000	100,00%
	=====	=====	=====	=====

Durante o exercício de 2005, na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 9 de Fevereiro de 2005, o Banco realizou um aumento de capital através da emissão de 35.000.000 acções pelo valor nominal de 1 Euro, as quais foram emitidas ao par e integralmente realizadas.

Durante o exercício de 2000, o Banco realizou um aumento do capital social no montante de 55.168 mEuros com um prémio de emissão de 7.008 mEuros.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

**26. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO**

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>Reservas de reavaliação</u>		
· Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda	( 129 )	-
De investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	634	634
· Reservas de reavaliação do imobilizado	2.196	4.317
· Reservas por impostos diferidos		
De activos financeiros disponíveis para venda	42	-
	-----	-----
	2.743	4.951
	-----	-----
Outras reservas e resultados transitados	32.664	43.308
	-----	-----
Lucro do exercício	13.038	6.714
	-----	-----
	48.445	54.973
	=====	=====

Reservas de reavaliação

*Reservas de reavaliação do imobilizado*

Provêm das reavaliações do imobilizado efectuadas pelo BBVA Portugal ao abrigo das disposições legais e apenas podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o efeito das reavaliações do imobilizado corpóreo, efectuadas ao abrigo do Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro, e do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, pode ser demonstrado da seguinte forma:

	<u>2005</u>			<u>2004</u>		
	<u>Valor bruto</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Reserva de reavaliação</u>	<u>Valor bruto</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Reserva de reavaliação</u>
Imóveis	3.707	( 1.511 )	2.196	3.945	( 638 )	3.307
Equipamento	-	-	-	1.709	( 699 )	1.010
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	3.707	( 1.511 )	2.196	5.654	( 1.337 )	4.317
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

*Reservas de justo valor*

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Resultados transitados

Em 2004, na sequência da autorização concedida pelo Banco de Portugal através da carta nº 246/05/DSBDR, de 11 de Janeiro, o Banco registou por contrapartida da rubrica "Resultados transitados", uma provisão no montante de 4.200 mEuros, destinada a fazer face à remuneração do mês de férias e ao subsídio de férias dos seus empregados. O efeito fiscal foi igualmente reconhecido em "Resultados Transitados".

Lucro do exercício

A determinação do resultado líquido consolidado nos exercícios de 2005 e 2004 pode ser demonstrada da seguinte forma:

	2005	2004
Resultado individual	9.336	20.263
	-----	-----
Resultados imputáveis ao BBVA Portugal:		
- BBVA Gest	1.667	1.308
- BBVA Fundos	1.560	847
- BBVA Leasimo	1.137	876
- BBVA IFIC	668	273
- Kantara	-	749
	-----	-----
	5.032	4.053
	-----	-----
Anulação de dividendos:		
- BBVA Gest	-	( 5.761 )
- BBVA Fundos	-	( 3.800 )
- BBVA Leasimo	-	( 8.042 )
	-----	-----
	-	( 17.603 )
	-----	-----
Valia gerada na liquidação da Kantara	( 958 )	-
Anulação de resultados gerados entre empresas	( 372 )	-
Outros	-	1
	-----	-----
Lucro consolidado do exercício	13.038	6.714
	=====	=====

27. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica corresponde integralmente à participação de minoritários na BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (ver Nota 3).

Nos exercícios de 2005 e 2004, a parcela do lucro apurado pela BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A. atribuível aos accionistas minoritários ascendeu a 665 mEuros e 272 mEuros, respectivamente.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

**28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Juros de disponibilidades	691	490
Juros de aplicações em instituições de crédito	9.429	7.736
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	104.623	97.805
. Crédito ao exterior	10.651	5.522
Juros de crédito vencido	1.287	1.201
Juros de activos financeiros detidos para negociação:		
. Instrumentos derivados	9.979	-
Juros de activos financeiros disponíveis para venda:		
. Títulos	3.950	900
Juros de derivados de cobertura	688	17.491
Outros juros	52	105
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado:		
. Operações de crédito	2.326	-
. Aplicações em instituições de crédito	1	-
Outras comissões recebidas:		
. Operações de crédito	1.261	1
	-----	-----
	144.938	131.251
	=====	=====

Em 2004, tal como referido na Nota 2.5., os “Juros de derivados de cobertura” correspondem aos juros relativos a operações que estavam classificadas como de cobertura de acordo com as regras anteriores do Banco de Portugal.

**29. JUROS E ENCARGOS SIMILARES**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
. no país	1.363	1.572
. no estrangeiro	43.190	33.335
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	26.714	20.988
Juros de passivos financeiros de negociação		
. instrumentos financeiros derivados	8.256	-
Juros de derivados de cobertura	778	15.323
Juros de passivos subordinados (Nota 22)	1.920	1.896
Outros juros e encargos similares	7	6
Outras comissões pagas:		
. operações de crédito	3.469	-
	-----	-----
	85.697	73.120
	=====	=====

Em 2004, tal como referido na Nota 2.5., os “Juros de derivados de cobertura” correspondem aos juros relativos a operações que estavam classificadas como de cobertura de acordo com as regras anteriores do Banco de Portugal.

Em 2005 e 2004, as “Outras comissões pagas – operações de crédito” incluem 2.666 mEuros e 644 mEuros relativos a comissões e a rappel pagos a fornecedores pela angariação de operações de crédito pela BBVA IFIC.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

**30. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL**

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
. SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	494	1.655
. Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	25	25
	-----	-----
	519	1.680
	===	====

**31. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES**

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por garantias prestadas	3.372	3.489
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	1.055	1.038
Por outras operações sobre instrumentos financeiros	93	101
Por serviços prestados		
. Administração de valores	11.165	6.491
. Gestão de cartões	3.790	3.861
. Depósito e guarda de valores	5.029	4.348
. Operações de crédito	1.494	2.335
. Montagem de operações	1.440	542
. Cobrança de valores	1.266	1.524
. Transferência de valores	115	151
. Outros serviços prestados	321	469
Por operações realizadas por conta de terceiros	1.839	2.232
Por gestão de fundos	5.400	3.902
Outras comissões recebidas		
. por operações de crédito	-	2.109
. outras	1.832	1.626
	-----	-----
	38.211	34.218
	=====	=====
<u>Encargos com serviços e comissões</u>		
Por garantias recebidas	654	1.014
Por compromissos assumidos por terceiros	408	91
Por serviços bancários prestados por terceiros		
. Depósito e guarda de valores	422	664
. Operações de crédito	26	29
. Cobrança de valores	12	44
. Outros	192	665
Por operações realizadas por terceiros	909	1.252
Outras comissões pagas	283	319
	-----	-----
	2.906	4.078
	=====	=====

Em 2005 e 2004, a rubrica “Comissões de depósito e guarda de valores” inclui 4.376 mEuros e 3.709 mEuros, respectivamente, correspondentes às comissões de banco depositário dos fundos de investimento mobiliário geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. e dos fundos de pensões geridos pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2005 e 2004, a rubrica “Comissões por serviços prestados – administração de valores” inclui 7.718 mEuros e 3.006 mEuros, respectivamente, correspondentes à remuneração do BBVA Portugal pela angariação de operações para o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Espanha).

Em 2005 e 2004, a rubrica “Outras comissões recebidas” inclui 787 mEuros e 521 mEuros, respectivamente, relativos à remuneração do BBVA Portugal pela colocação através da rede comercial do Banco, de seguros por conta da BBVA Broker, Correduria de Seguros Y Reaseguros.

**32. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Activos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
. Emitidos por residentes	( 1.692 )	1.729
. Emitidos por não residentes	348	193
Instrumentos financeiros derivados		
. Swaps		
Swaps de divisas	3.288	1.681
Swaps de taxa de juro	13	-
Equity swaps	( 340 )	( 1.636 )
. Futuros		
Sobre taxas de juro	789	647
Sobre cotações	( 1.314 )	( 504 )
. Opções		
Sobre taxas de juro	1.818	-
Sobre cotações	( 1.869 )	( 150 )
	-----	-----
	1.041	1.960
	-----	-----
Derivados de cobertura:		
. Swaps		
Swaps de taxa de juro	( 1.290 )	-
Equity swaps	( 173 )	-
	-----	-----
	( 1.463 )	-
	-----	-----
Correcções de valor de activos/passivos objecto de operações de cobertura (Nota 9)	1.363	-
	-----	-----
	941	1.960
	===	=====

**33. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda:		
Títulos		
. Emitidos por residentes	( 3 )	( 17 )
. Emitidos por não residentes	-	( 527 )
	--	----
	( 3 )	( 544 )
	==	====

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

34. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Reavaliação da posição cambial à vista	998	845
Reavaliação da posição cambial a prazo	( 57 )	-
	-----	-----
	941	845
	===	===

35. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Resultados em activos não financeiros		
· Outros activos tangíveis	( 986 )	( 815 )
· Activos não correntes detidos para venda	98	101
Outros	-	( 12 )
	-----	-----
	( 888 )	( 726 )
	===	===

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

36. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
. Reembolso de despesas	5.747	4.712
. Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.819	4.957
. Recuperação de créditos incobráveis	3.701	3.352
. Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	328	288
. Recuperação de créditos por venda da carteira (BBVA IFIC)	769	-
. Rendas de locação operacional	21	99
. Outros	528	2.610
	-----	-----
	14.913	16.018
	-----	-----
<u>Outros encargos de exploração</u>		
Outros impostos:		
. Impostos directos	526	5
. Impostos indirectos	109	469
Outros encargos e perdas operacionais:		
. Quotizações e donativos	185	68
. Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 24)	580	764
. Outros encargos e gastos operacionais:		
Campanha de incentivo FIM Extra 5	477	473
Regularizações associadas a contratos de crédito	589	129
Abate de obras em edifícios arrendados	-	250
Outros	1.364	2.880
	-----	-----
	3.830	5.038
	-----	-----
Outros resultados de exploração	11.083	10.980
	=====	=====

A rubrica “Campanha de incentivo FIM Extra 5” corresponde aos custos reconhecidos durante os exercícios de 2005 e 2004, relativos à campanha de incentivo à subscrição do Fundo de Investimento Mobiliário de Capital Garantido Aberto Fundo Garantido Extra 5 BBVA, gerido pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., o qual está a ser diferido ao longo de um período de seis anos contados a partir do final do período de subscrição (Nota 17).

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

37. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Salários e vencimentos		
· Órgãos de Gestão e Fiscalização	163	157
· Empregados	35.182	32.439
	-----	-----
	34.186	32.257
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
· Fundos de Pensões (Nota 18)	2.564	7.456
· Outros	5.713	5.395
	-----	-----
	8.277	12.851
	-----	-----
Encargos sociais facultativos	197	194
	-----	-----
Outros custos com pessoal		
· Indemnizações contratuais	325	709
Outros	266	264
	-----	-----
	591	973
	-----	-----
	44.410	46.614
	=====	=====

O número médio de colaboradores do Grupo em 2005 e 2004 apresenta a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Quadros directivos	86	99
Chefias e gerência	198	130
Quadros técnicos	404	409
Administrativos	171	206
Outros	5	3
	-----	-----
	864	847
	====	====

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

38. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Com fornecimentos	1.994	1.919
Com serviços		
. Rendas e alugueres	3.035	2.890
. Comunicações	4.016	4.061
. Deslocações, estadas e representação	1.689	1.604
. Publicidade e edição de publicações	2.738	2.559
. Conservação e reparação	923	1.027
. Transportes	216	219
. Seguros	438	657
. Serviços especializados		
Informática	5.981	6.623
Avenças e honorários	1.544	1.077
Mão de obra eventual	458	582
Judiciais, contencioso e notariado	849	684
Segurança e vigilância	301	285
Informações	18	39
Bancos de dados	12	7
Outros serviços especializados	4.274	4.060
. Outros serviços de terceiros	3.965	6.699
	-----	-----
	<b>32.451</b>	<b>34.992</b>
	=====	=====

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

39. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Grupo todas as empresas controladas pelo Grupo BBVA e os órgãos de gestão.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito</b>		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	6.277	3.671
<b>Activos financeiros detidos para negociação</b>		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	4.165	3.037
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>		
BBVA Global Finance, Ltd	1.695	1.695
<b>Aplicações em instituições de crédito</b>		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	184.370	84.559
<b>Crédito a clientes</b>		
Automercantil - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, Lda	50.890	41.766
<b>Derivados de cobertura (Activo)</b>		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	691	-
<b>Outros activos</b>		
BBVA Broker, Correduria de Seguros Y Reaseguros	1.816	1.042
<b>Passivos financeiros detidos para negociação</b>		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	972	2.424
<b>Recursos de outras instituições de crédito</b>		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	2.115.237	1.613.075
BBVA Privanza Bank (Jersey), Ltd	-	1.400
Finanzia Banco de Crédito, S.A.	210.747	150.885
<b>Recursos de clientes e outros empréstimos</b>		
BBVA Broker, Correduria de Seguros Y Reaseguros	11.757	-
<b>Derivados de cobertura (Passivo)</b>		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	6.096	760
<b>Outros passivos subordinados</b>		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	69.000	69.000
<b>Outros passivos</b>		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	473	-
BBVA Gestión, S.A., SGIC	77	140
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
BBVA Global Finance, Ltd	67	67
BBVA Privanza Bank (Jersey), Ltd	-	9
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	3.125	1.646
<b>Juros e encargos similares</b>		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	39.133	32.317
BBVA Privanza Bank (Jersey), Ltd	7	55
Finanzia Banco de Crédito, S.A.	4.018	1.158
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	7.718	3.006
BBVA Broker, Correduria de Seguros Y Reaseguros	787	521
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
BBVA Gestión, S.A., SGIC	246	253
<b>Extrapatrimoniais (Derivados)</b>		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	298.518	706.461

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

#### 40. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

##### Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

A política de gestão do risco em cada uma das entidades tem por objectivo gerir e controlar activamente a exposição à incerteza e está alinhada com os objectivos globais do Grupo BBVA.

Neste sentido, o Grupo BBVA Portugal tem vindo a dotar-se dos elementos tanto qualitativos (estrutura, sistemas e procedimentos), como quantitativos (metodologias e ferramentas) considerados necessários.

O Grupo BBVA Portugal dispõe de uma estrutura organizativa que, assente em princípios de uma gestão de riscos avançada, preserva a independência da função, mantendo a proximidade às áreas de negócio onde se originam os riscos.

##### Risco cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

No Grupo BBVA Portugal, a gestão do risco cambial é da responsabilidade da Área de Mercados do BBVA Portugal, para a qual são transferidas, em tempo real, todas as posições originadas nas restantes áreas de negócio.

Desta forma, no Grupo BBVA Portugal o risco cambial é exclusivo do Banco, uma vez que os balanços das outras entidades apenas incorporam activos e passivos em Euros.

Estão definidos e são diariamente controlados, os limites para posições abertas, o “Stop Loss” e o Value at Risk (VaR) para este tipo de risco.

Em 31 de Dezembro de 2005, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	Moeda					Total
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra	Franco Suíço	Outras	
<i>Activo</i>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	62.285	86	35	20	17	62.443
Disponibilidades em outras instituições de crédito	72.108	668	945	483	630	74.834
Activos financeiros detidos para negociação	14.363	-	-	-	-	14.363
Activos financeiros disponíveis para venda	111.024	-	-	-	-	111.024
Aplicações em instituições de crédito	400.513	36.311	3.933	335	1.138	442.230
Crédito a clientes	3.842.424	17.684	1	95	90	3.860.294
Derivados de cobertura	3.167	62	-	-	-	3.229
	<u>4.505.884</u>	<u>54.811</u>	<u>4.914</u>	<u>933</u>	<u>1.875</u>	<u>4.568.417</u>
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação	4.480	-	-	-	-	4.480
Recursos de outras instituições de crédito	2.338.615	9.653	-	225	376	2.348.869
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.964.239	51.475	4.770	733	1.271	2.022.488
Derivados de cobertura	6.166	156	-	-	-	6.322
Passivos subordinados	69.000	-	-	-	-	69.000
	<u>4.382.500</u>	<u>61.284</u>	<u>4.770</u>	<u>958</u>	<u>1.647</u>	<u>4.451.159</u>
<b>Gap de Liquidez</b>	<u>123.384</u>	<u>(6.473)</u>	<u>144</u>	<u>(25)</u>	<u>228</u>	<u>117.258</u>

Tal como é visível no quadro acima, o BBVA Portugal apresenta uma reduzida exposição a este tipo de risco.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial de qualquer das entidades do Grupo BBVA Portugal não poder satisfazer os seus compromissos, dada a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

No Grupo BBVA Portugal cabe ao Comité de Activos e Passivos o estabelecimento das linhas orientadoras da gestão do risco de liquidez, para que exista uma adequada gestão dos recebimentos e pagamentos no tempo.

Cabe ao BBVA Portugal assegurar a liquidez das restantes entidades do grupo, as quais com excepção da BBVA IFIC, se financiam exclusivamente junto do Banco.

A BBVA IFIC resulta de uma parceria entre o BBVA Portugal e o Finanzia Banco de Crédito, S.A., em Espanha. Este último concedeu, em 2005 por quatro anos, à BBVA IFIC uma linha de crédito até ao montante de 220 milhões de Euros.

O BBVA Portugal cobre as suas necessidades de fundos junto da casa mãe em Madrid, quer através de operações de mercado monetário a curto prazo, quer através de empréstimos a médio e longo prazo. Em paralelo, os excedentes de fundos são colocados na casa mãe em condições de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2005, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	Prazos residuais contratuais							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros	
<b>Activo</b>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	62.443	-	-	-	-	-	-	62.443
Disponibilidades em outras instituições de crédito	74.834	-	-	-	-	-	-	74.834
Activos financeiros detidos para negociação	-	357	348	2.947	650	8.451	1.610	14.363
Activos financeiros disponíveis para venda	-	516	17.050	63.781	24.999	4.934	340	111.620
Aplicações em instituições de crédito	136.971	267.031	21.560	15.204	-	-	1.464	442.230
Crédito a clientes	643.586	655.615	326.346	896.761	1.344.343	-	10.983	3.877.634
Derivados de cobertura	-	-	27	492	294	-	2.416	3.229
	<u>917.834</u>	<u>923.519</u>	<u>365.331</u>	<u>979.185</u>	<u>1.370.286</u>	<u>13.385</u>	<u>16.813</u>	<u>4.586.353</u>
<b>Passivos</b>								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	726	-	2.652	41	-	1.061	4.480
Recursos de outras instituições de crédito	16.005	591.888	372.414	1.111.547	250.000	-	7.015	2.348.869
Recursos de clientes e outros empréstimos	907.897	776.015	246.401	78.817	11.235	-	2.123	2.022.488
Derivados de cobertura	-	-	259	3.076	-	-	2.987	6.322
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	69.000	-	-	69.000
	<u>923.902</u>	<u>1.368.629</u>	<u>619.074</u>	<u>1.196.092</u>	<u>330.276</u>	<u>-</u>	<u>13.186</u>	<u>4.451.159</u>
<b>Gap de liquidez</b>	<u>(6.068)</u>	<u>(445.110)</u>	<u>(253.743)</u>	<u>(216.907)</u>	<u>1.040.010</u>	<u>13.385</u>	<u>3.627</u>	<u>135.194</u>

<sup>1)</sup> - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar, valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos e as correcções de valor efectuadas no âmbito da aplicação de Contabilidade de Cobertura.

Os "gaps" negativos até cinco anos reflectem o peso do crédito à habitação, operações tradicionalmente de longo prazo, nos activos do BBVA.

Ao nível do passivo, a situação também é influenciada pelo elevado montante de depósitos à ordem classificados como recursos à vista, tal como exigido pelos IFRS, mas que na prática apresentam características de passivos estruturais. De igual forma, a experiência revela que uma componente importante dos depósitos a prazo é sucessivamente renovada, pelo que poderia igualmente ser equiparada a passivos estruturais. Considerando os aspectos acima referidos e a fonte de recursos a que o BBVA Portugal tem acesso, poder-se-á concluir por um risco de liquidez praticamente negligenciável.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade (risco de reapreciação), face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva), face a variações na relação entre as curvas de mercado que afectam as distintas actividades bancárias (risco de base), bem como pela existência de opções implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos cash-flows futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

No Grupo BBVA Portugal, a exposição ao risco de taxa de juro é analisada sob uma dupla perspectiva: resultados e valor económico.

Em 31 de Dezembro de 2005, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	Não sujeito a taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	62.443	62.443
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	74.834	74.834
Activos financeiros detidos para negociação				
- Títulos	8.451	-	-	8.451
- Instrumentos financeiros derivados	-	19.239	22.116	41.355
Activos financeiros disponíveis para venda	4.338	747	105.939	111.024
Aplicações em instituições de crédito	-	5.205	437.025	442.230
Crédito a clientes	-	166.581	3.693.713	3.860.294
Derivados de cobertura	-	83.889	57.051	140.940
	<u>12.789</u>	<u>275.661</u>	<u>4.453.121</u>	<u>4.741.571</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	20.609	20.461	41.070
Recursos de outras instituições de crédito	-	45.500	2.303.369	2.348.869
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	84.267	1.938.221	2.022.488
Derivados de cobertura	-	1.508	139.432	140.940
Passivos subordinados	-	-	69.000	69.000
	-	<u>151.884</u>	<u>4.470.483</u>	<u>4.622.367</u>
	<u>12.789</u>	<u>123.777</u>	<u>(17.362)</u>	<u>119.204</u>

Os montantes apresentados relativamente a instrumentos financeiros derivados, de negociação e de cobertura, correspondem ao somatório dos montantes nocionais das respectivas operações.

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como, todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, dentro daquele prazo.

A exposição ao risco de taxa de juro evidenciada no quadro acima corresponde essencialmente a operações de crédito ao consumo a taxa fixa contratadas pelo Banco, para as quais não são contratadas operações de cobertura junto do Mercado.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2005, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros <sup>(1)</sup>	Total
<b>Activo</b>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	62.443	-	-	-	-	-	-	62.443
Disponibilidades em outras instituições de crédito	74.731	103	-	-	-	-	-	74.834
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
- Títulos	-	-	-	-	-	8.451	-	8.451
- Instrumentos financeiros derivados	-	22.116	-	-	19.239	-	-	41.355
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	105.598	748	-	4.338	340	111.024
Aplicações em instituições de crédito	226.578	197.417	11.562	5.209	-	-	1.464	442.230
Crédito a clientes	643.586	2.501.030	538.114	140.954	25.627	-	10.983	3.860.294
Derivados de cobertura	-	15.000	42.051	72.594	11.295	-	-	140.940
	<u>1.007.338</u>	<u>2.735.666</u>	<u>697.325</u>	<u>219.505</u>	<u>56.161</u>	<u>12.789</u>	<u>12.787</u>	<u>4.741.571</u>
<b>Passivo</b>								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
- Instrumentos financeiros derivados	-	16.472	3.988	1.636	18.974	-	-	41.070
Recursos de outras instituições de crédito	16.005	1.682.935	597.414	45.500	-	-	7.015	2.348.869
Recursos de clientes e outros empréstimos	916.805	783.447	235.845	73.032	11.236	-	2.123	2.022.488
Derivados de cobertura	-	70.983	68.448	1.509	-	-	-	140.940
Passivos subordinados	-	69.000	-	-	-	-	-	69.000
	<u>932.810</u>	<u>2.622.837</u>	<u>905.695</u>	<u>121.677</u>	<u>30.210</u>	<u>-</u>	<u>9.138</u>	<u>4.622.367</u>
	<u>74.528</u>	<u>112.829</u>	<u>(208.370)</u>	<u>97.828</u>	<u>25.951</u>	<u>12.789</u>	<u>3.649</u>	<u>119.204</u>

<sup>1)</sup> - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar, valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos e as correcções de valor efectuadas no âmbito da aplicação de Contabilidade de Cobertura.

De acordo com a política de gestão de riscos em vigor no Grupo BBVA Portugal, a gestão da exposição ao risco de taxa de juro assume maior relevância para operações de taxa fixa com prazo superior a um ano.

Considerando o volume de recursos à vista sob a forma de Depósitos à Ordem não remunerados, pouco sensíveis às variações das taxas de juro, o quadro acima evidencia uma muito reduzida exposição ao risco de taxa de juro.

Acresce que os mecanismos de transferência aos clientes dos efeitos nos mercados são automáticos nas operações indexadas, por exemplo, créditos a médio e longo prazo e mais lentos nas operações de curto prazo, muitas delas sucessivamente renegociadas, caso dos depósitos a prazo por exemplo.

#### Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do activo do Grupo BBVA, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou colectivas de honrar os seus compromissos para com o Banco.

A gestão do risco de crédito no Grupo BBVA fundamenta-se numa abordagem global que abarca cada uma das fases do processo: análise, autorização, seguimento e, se for o caso, recuperação.

O segundo pilar no qual assenta a gestão do risco no Grupo BBVA é representado pelas normas, políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, que constituem um suporte básico para uma gestão eficiente.

Com o objectivo de poder assegurar uma adequada gestão do risco, o modelo definido de gestão do risco de crédito, suportado numa organização matricial, está integrado na estrutura geral de controlo do BBVA Portugal e envolve todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco mediante a atribuição de funções e utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

O Grupo BBVA dispõe de um sistema de rating interno das operações de crédito a empresas. Este sistema prevê uma classificação de "AAA" – Excelente a "C" – Mau.

Em 31 de Dezembro de 2005, o crédito a clientes concedido pelo Banco e classificado de acordo com o sistema de rating interno pode ser resumido como segue:

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Áreas de negócio/ rating interno	Crédito vivo em 31-12-2005
Banca corporativa e comercial:	
AA	75.343
A	203.620
BBB	423.206
BB	497.697
B	223.774
C	2.804
Outros	
Crédito à habitação	1.212.820
Sector Público Administrativo	69.315
Crédito ao consumo	68.361
Cartões de crédito	7.409
Outros	751.132
	<u>3.535.481</u>

Os principais colaterais recebidos no âmbito das operações de crédito são hipotecas sobre imóveis, títulos e depósitos. No que diz respeito ao crédito à habitação concedido pelo Banco, a relação entre o montante em dívida e o valor de mercado dos imóveis dados em garantia apresenta a seguinte decomposição:

Montante em dívida / garantia	Crédito vivo	%
<=75%	797.627	65,77%
entre 75 e 90%	322.212	26,57%
Mais de 90%	92.981	7,66%
	<u>1.212.820</u>	<u>100%</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, a antiguidade dos créditos vencidos pode ser resumida como segue:

Até 3 meses	2.417
De 3 a 6 meses	846
De 6 a 12 meses	1.548
De 1 ano a 3 anos	7.820
De 3 anos a 5 anos	11.933
Juros vencidos	326
	<u>24.890</u>

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

### Risco de mercado

A actividade do Grupo BBVA Portugal realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- a) Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- b) Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- c) Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que afectam todos os instrumentos negociados no mercado.

A política do Grupo BBVA Portugal nesta matéria, consiste em concentrar na área de mercados do BBVA Portugal os riscos gerados em qualquer das outras entidades, sempre que estes assumam um carácter relevante.

O VaR constitui a variável básica para medir e controlar o risco de mercado na Área de Mercados do BBVA Portugal. O VaR corresponde à perda máxima, com um determinado nível de confiança, que se pode produzir nas exposições de mercados de uma carteira para um certo horizonte temporal.

A metodologia utilizada pelo BBVA Portugal assenta na Matriz de co-variâncias a qual consiste em resumir a informação histórica dos mercados numa matriz de co-variâncias dos factores de risco para, a partir dela e das sensibilidades da carteira aos factores de risco, inferir no pressuposto de distribuição normal, a perda máxima para um dia com um nível de confiança de 99%.

No grupo BBVA são seguidos dois métodos para o cálculo da matriz de covariâncias:

- VaR sem alisamento exponencial, para o qual a matriz de covariâncias se obtém equiponderando a informação diária do último ano transcorrido;
- VaR com alisamento exponencial, para o qual a matriz de covariâncias é estimada dando mais peso à informação, dos mercados, mais recente, actualmente é utilizada a primeira.

Nas opções a metodologia genérica consiste em calcular o VaR Vega (de volatilidade) aplicando a cada posição existente as volatilidades das volatilidades implícitas, calculadas a partir de séries históricas disponíveis para as opções sobre os principais subjacentes. Por exemplo, para posições em opções sobre taxa de juro, aplica-se a volatilidade histórica de volatilidades implícitas "at the money" de caps, floors e swaps.

Os valores apurados para este indicador podem ser resumidos como segue:

VaR máximo	98
VaR médio	34
VaR mínimo	1
VaR em 31/12/2005	11

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Justo valor

O justo valor tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, como acontece, por exemplo, em Depósitos estruturados colocados nos clientes, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos, assentes na técnica de desconto de cash-flows, utilizando a curva de taxas do mercado.

As principais considerações sobre o justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”: Dado o prazo curto destes activos, entende-se que o valor contabilístico é uma razoável estimativa do seu justo valor.
- “Aplicações e recursos de outras instituições de crédito: O apuramento do justo valor pressupõe que as operações são liquidadas nas datas de vencimento e são actualizados os “cash-flows”, utilizando a curva de taxas formada nos últimos dias do ano. Tendo em conta as maturidades das operações e o tipo de taxa de juro, estima-se que a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico não seja significativa.
- “Crédito a clientes”: No que diz respeito aos créditos a longo prazo, nomeadamente habitação e consumo, o método utilizado incluiu a determinação de uma taxa de desconto para cada operação, tendo em consideração as condições médias de entrada deste tipo de operações em Dezembro de 2005 de forma a calcular o seu valor actual. Com base neste pressuposto, estima-se que o justo valor exceda em cerca de 8.800 mEuros o valor contabilístico das operações de crédito à habitação e ao consumo, excluindo as operações de crédito a colaboradores e as operações de crédito à habitação a taxa fixa.
- “Recursos de clientes e outros empréstimos”: Os depósitos com prazo superior a um ano estão cobertos com derivados e as variações no justo valor já estão registadas em virtude da aplicação de Cobertura. Para os depósitos com prazo inferior a um ano, assume-se o valor contabilístico como uma razoável estimativa do justo valor.
- “Activos e passivos financeiros detidos para negociação”, “Activos disponíveis para venda” e “derivados de cobertura”: Tratam-se de instrumentos já registados na contabilidade ao justo valor, calculado de acordo com preços de mercado, se existem, ou com recurso a modelos internos.
- Passivos subordinados: Empréstimo subordinado no montante de 69.000 mEuros para “Lower TIER II” obtido junto da casa matriz com um spread de 60 *basis points*. Atendendo ao prazo residual e às actuais condições de mercado para este tipo de operações, o valor contabilístico é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Em 2005, os impactos reconhecidos nas demonstrações financeiras em resultado da utilização de técnicas de valorização são os seguintes:

Instrumentos financeiros	Variações no justo valor	
	Resultados em operações financeiras	Capitais próprios
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	38	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	(2)
Crédito a clientes	1.713	-
Derivados de cobertura (Activos e passivos)	(1.463)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(350)	-
	(62)	(2)

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

#### 41. ADOÇÃO DAS NORMAS DE CONTABILIDADE AJUSTADAS

O impacto da adopção das Normas de Contabilidade Ajustadas pode ser resumido como segue:

Nota	Capital próprio		Resultado 2004	Interesses minoritários 2004
	31/12/2004	31/12/2003		
<b>Saldos de acordo com o PCSB</b>	<b>202.724</b>	<b>196.781</b>	<b>9.810</b>	<b>331</b>
<b>Impacto das normas adoptadas a partir de 1 de Janeiro de 2004</b>				
Activos intangíveis (Nota 15)	(a) (10.321)	(8.909)	(1.434)	22
Subsídio de morte	(b) (3.189)	(3.189)	-	-
Prémio de antiguidade	(c) (1.314)	(1.314)	-	-
Responsabilidades com pensões	(d) -	(2.366)	2.366	-
Impostos diferidos (Nota 16)	(e) 8.959	11.921	(4.037)	(80)
Arredondamentos	-	-	3	(1)
	<b>(5.865)</b>	<b>(3.857)</b>	<b>(3.102)</b>	<b>(59)</b>
	<b>196.859</b>	<b>192.924</b>	<b>6.708</b>	<b>272</b>
Responsabilidades com pensões - BBVA Fundos	(93)	(82)	6	-
<b>Saldos de acordo com NCA - contas pró-forma</b>	<b>196.766</b>	<b>192.842</b>	<b>6.714</b>	<b>272</b>
<b>Impacto da adopção do IAS 39 em 1 de Janeiro de 2005</b>				
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(f) (5.108)			
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados:				
De cobertura	(g) (1.197)			
De negociação	(g) (351)			
Aplicação da contabilidade de cobertura - valorização do elemento coberto	(g) 1.259			
Valorização da carteira de títulos	7			
Impostos diferidos (Nota 16)	(h) 1.460			
<b>Sub-total de ajustamentos em 1 de Janeiro de 2005</b>	<b>(3.930)</b>			
<b>Saldos de acordo com NCA em 1 de Janeiro de 2005</b>	<b>192.836</b>			

- (a) O Grupo BBVA Portugal passou a não capitalizar as despesas relacionadas com melhorias de software já em utilização, tal como previsto no IAS 38 – Activos intangíveis. De acordo com o PCSB, estas despesas eram capitalizadas e amortizadas ao longo de três anos.
- (b) O valor actual das responsabilidades relativas a subsídio de morte, calculado com referência a 1 de Janeiro de 2005, ascendia a 3.189 mEuros, tendo sido integralmente reconhecido em “Resultados Transitados”. Dado não se encontrar disponível informação com referência a 1 de Janeiro de 2004, o Banco reflectiu a totalidade do ajustamento por contrapartida de resultados transitados com referência a esta data, não tendo efectuado qualquer correcção ao nível da demonstração de resultados pró-forma do exercício de 2004. De acordo com o PCSB, os custos relativos ao subsídio de morte eram reconhecidos quando do respectivo pagamento.
- (c) O acréscimo de responsabilidades resultante da alteração dos pressupostos actuariais utilizados no cálculo do valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade, determinado com referência a 1 de Janeiro de 2005, ascendeu a 1.314 mEuros, tendo sido integralmente reconhecido em “Resultados Transitados”. Dado não se encontrar disponível informação com referência a 1 de Janeiro de 2004, o Banco reflectiu a totalidade do ajustamento por contrapartida de resultados transitados com referência a esta data, não tendo efectuado qualquer correcção ao nível da demonstração de resultados pró-forma do exercício de 2004.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- (d) O Grupo registou na rubrica “Outros activos – Despesas com encargo diferido”, os valores anteriormente diferidos de acordo com o PCSB, bem como os acréscimos de responsabilidades com pensões decorrentes da adopção da Norma IAS 19 – “Benefícios a empregados” relativos ao BBVA Portugal e à BBVA Gest. O montante total registado nesta rubrica ascendeu a 98.113 mEuros, apresentando a seguinte composição:

**Impacto em 1 de Janeiro de 2004:**

Alteração dos pressupostos:	
- alteração da taxa de desconto em 1 de Janeiro de 2004	(29.658)
Anulação dos desvios actuariais por alteração de pressupostos	
- alteração dos pressupostos em 2001	(727)
- alteração dos pressupostos em 2002	(8.826)
- alteração dos pressupostos em 2003	(2.248)
Anulação do corredor e dos desvios actuariais acima do corredor	(32.244)
Custos com reformas antecipadas ainda não amortizados	(23.128)
Responsabilidades ainda não reconhecidas	(3.694)
Outros	46
	<u>(100.479)</u>

**Impacto no lucro pró-forma de 2004** 2.366

**Valor total a diferir (Notas 17 e 18)** (98.113)

Adicionalmente, a adopção do IAS 19 originou um impacto positivo no lucro pró-forma de 2004 no montante de 2.366 mEuros, o qual foi compensado através de resultados transitados.

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados foram os seguintes:

	<u>31.12.2003</u> (PCSB)	<u>01.01.2004</u> (NCA)
Método actuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK80 tomada a 50%	EVK80 tomada a 50%
Taxa de rotação	MSSL tomada a 50%	MSSL tomada a 50%
Taxa de rendimento do Fundo	6%	4,85%
Taxa de desconto	6%	4,85%
Taxa de crescimento salarial	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	2%	2%

De acordo com o PCSB, os acréscimos de responsabilidades com reformas antecipadas e os desvios actuariais acima do corredor estavam a ser amortizado pelo prazo de 10 anos.

Os acréscimos de responsabilidades por alteração de pressupostos registados em 2002 resultaram de o BBVA Portugal ter passado a incluir no cálculo das responsabilidades com pensões, os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) relativos às pensões em pagamento e ter efectuado a supressão da tabela de turnover para os empregados admitidos antes de 1994, deduzido do efeito da alteração das bases técnicas utilizadas no cálculo do valor actual dos contratos de renda vitalícia existentes para cobertura de responsabilidades com pensões. De acordo com o PCSB, estes desvios actuariais estavam a ser amortizados pelo prazo de dez anos.

Os acréscimos de responsabilidades por alteração de pressupostos registados em 2003 resultaram de o BBVA Portugal ter passado a incluir no cálculo das responsabilidades com pensões, os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) relativos aos serviços passados dos trabalhadores no activo. De acordo com o PCSB, estes desvios actuariais estavam a ser amortizados pelo prazo de dez anos.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De acordo com o PCSB, o reconhecimento do valor actual em 31 de Dezembro de 1994 das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo não financiadas até essa data, cuja data presumível de reforma tenha ocorrido, ou venha a ocorrer, depois de 31 de Dezembro de 1997, estava a ser efectuado ao longo de um período de 20 anos, de acordo com o permitido através do nº 1 c) ii do aviso 12/2001 do Banco de Portugal. O valor das responsabilidades ainda não reconhecidas em 1 de Dezembro de 2004 ascendia a 3.694 mEuros.

O impacto positivo no lucro pró-forma do exercício de 2004 corresponde à diferença entre os custos com pensões apurados de acordo com as regras do "IAS 19 – Benefícios a empregados" e os custos com pensões reconhecidos nesse exercício de acordo com o PCSB.

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 de 21 de Fevereiro, o reconhecimento em resultados transitados do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as Normas de Contabilidade Ajustadas, pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes anuais até 31 de Dezembro de 2009. O impacto da transição, no montante de 98.113 mEuros será integralmente reconhecido no prazo de 5 anos.

- (e) De acordo com as normas anteriores e a prática no sector bancário em Portugal, não eram registados impostos diferidos. Os impostos diferidos registados correspondem às seguintes situações:
- impostos diferidos já existentes na data da transição relativos a provisões não aceites fiscalmente, reavaliações de imobilizado não aceites fiscalmente, reavaliação de instrumentos financeiros derivados, prejuízos fiscais reportáveis e diferenças entre o tratamento fiscal e o contabilístico de custos relativos a pensões. Os impostos diferidos associados a estas situações originaram um impacto positivo nos "Resultados Transitados" de 8.228 mEuros; e
  - impacto fiscal dos ajustamentos de transição apurados com referência a 1 de Janeiro de 2004, o que originou um impacto positivo nos "Resultados Transitados" de 3.693 mEuros.

Adicionalmente, e tal como referido na Nota 26, em 2004, na sequência da autorização concedida pelo Banco de Portugal através da carta nº 246/05/DSBDR, de 11 de Janeiro, o Banco registou por contrapartida da rubrica "Resultados transitados", uma provisão no montante de 4.200 mEuros, destinada a fazer face à remuneração do mês de férias e ao subsídio de férias dos seus empregados. De acordo com o PCSB, o efeito fiscal foi reconhecido através da redução do imposto corrente no exercício de 2004. Com a adopção do IAS 12 – Impostos sobre lucros, nos eventos reconhecidos directamente em capitais próprios, o respectivo efeito fiscal também é reconhecido em capitais próprios. Logo, a carga fiscal do exercício de 2004 foi acrescida em 1.155 mEuros por contrapartida do crédito a "Resultados transitados" de igual montante.

- (f) Conforme referido na Nota 2.5., de acordo com as NCA o Grupo BBVA Portugal passou a diferir as comissões cobradas e pagas na originação de operações de crédito ao longo do período das respectivas operações. Deste modo, foi efectuado o levantamento das comissões cobradas e pagas associadas às operações de crédito vivas em 1 de Janeiro de 2005, tendo sido calculado e registado o correspondente proveito diferido de 5.108 mEuros, que originou um impacto negativo de igual montante em "Resultados transitados". No que se refere à BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A., o impacto deste ajustamento foi reduzido, dado que previamente à introdução das NCA esta sociedade já tinha como política reconhecer as comissões pagas a fornecedores pela angariação de operações de crédito e as subvenções recebidas de fornecedores no início das operações de crédito, ao longo das operações subjacentes, de forma proporcional ao reconhecimento dos respectivos juros.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004  
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- (g) Conforme referido na Nota 2.5. f), de acordo com o PCSB os derivados de cobertura não eram reavaliados, sendo apenas reconhecidos os acréscimos de juros a receber e a pagar. Com a adopção do IAS 39, todos os derivados passaram a ser valorizados ao justo valor, o que originou um impacto negativo de 1.548 mEuros em “Resultados transitados”. Este impacto foi compensado parcialmente pelo registo das variações no justo valor das operações de crédito com taxa fixa e dos depósitos estruturados objecto de cobertura, cujo impacto positivo ascendeu a 1.259 mEuros. O impacto negativo de 1.548 mEuros registado em Resultados transitados inclui 351 mEuros relativos a derivados contratados para cobertura de risco, mas que não constituem coberturas eficazes de acordo com os requisitos da Norma IAS 39.
- (h) Corresponde ao impacto fiscal dos ajustamentos de transição resultantes da adopção do IAS 39.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

MARTINEZ, CARVALHEDA, PLÁCIDO E ASSOCIADO  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Pcta Conde de Arnoso, 1-A, 5º B  
2610 - 043 AMADORA

Telefone: 21 4707780  
Telefax: 21 4707789

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005, que evidencia um total de 4.799.644.054 euros e um total de capital próprio de 230.029.714 euros, incluindo um resultado líquido de 13.037.767 euros, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, e o resultado consolidado das suas operações e dos fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

MARTINEZ, CARVALHEDA, PLÁCIDO E ASSOCIADO  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Peta Conde de Arroso, 1-A, 5º B  
2610 - 043 AMADORA

Telefone: 21 4707780  
Telefax: 21 4707789

- a verificação das operações de consolidação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, em 31 de Dezembro de 2005, e o resultado consolidado das suas operações e dos fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o Sector Bancário,

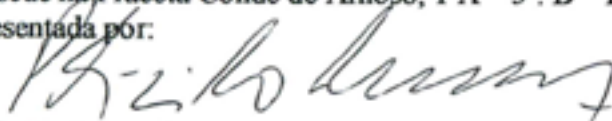
#### ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

Nos termos legais e regulamentares do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco, no presente exercício, passaram a ser apresentadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2006

MARTINEZ, CARVALHEDA, PLÁCIDO E ASSOCIADO, SROC  
Com sede na Praceta Conde de Arroso, 1 A - 5º. B - Buraca, 2720 123 Amadora  
Representada por:



Plácido Norberto dos Inocentes - ROC nº. 772

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

**BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**

### RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

#### CONTAS CONSOLIDADAS

Exmos. Senhores Accionistas,

O Conselho Fiscal, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete a V.Ex.as. o seu relatório e parecer sobre as Contas Consolidadas do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, da responsabilidade do Conselho de Administração e referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

#### 1 - RELATÓRIO

Do Conselho de Administração, obtivemos todos os elementos e informações necessárias à apreciação e acompanhamento das actividades desenvolvidas pelo conjunto das empresas do Grupo, o que agradecemos.

Efectuamos as verificações julgadas necessárias ao processo de consolidação das contas, que compreendem o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os respectivos Anexos que foram elaboradas de acordo com as instruções do Banco de Portugal e em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

Apreciamos as referidas Demonstrações Financeiras consolidadas, com referência a 31 de Dezembro de 2005 e o respectivo Relatório do Conselho de Administração bem como o Relatório de Fiscalização e a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que deverão ser integrados no contexto deste relatório e com os quais concordamos.



## 2 - PARECER

Assim, como resultado das verificações e apreciações efectuadas, em nossa opinião o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e seus Anexos e o Relatório do Conselho de Administração, satisfazendo as disposições legais, traduzem adequadamente a situação financeira consolidada do BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), SA., e o resultado consolidado das suas operações, pelo que somos de parecer que sejam aprovadas as Contas Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, bem como o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2006

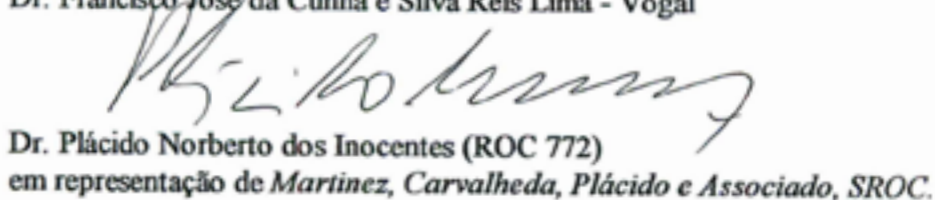
### O CONSELHO FISCAL



Dr. Luís Fernando Sampaio Pinto Bandeira - Presidente



Dr. Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima - Vogal



Dr. Plácido Norberto dos Inocentes (ROC 772)  
em representação de *Martinez, Carvalheda, Plácido e Associado, SROC.*

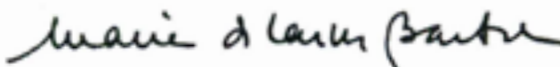
**ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL**

**CERTIFICO  
QUE A PRESENTE FOTOCOPIA ESTÁ  
CONFORME O ORIGINAL**

--- O documento ocupa seis folhas, diz respeito a cópias retiradas do Livro de Actas da Assembleia Geral do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. , o qual se encontra devidamente aberto e selado, as quais têm aposto o meu carimbo profissional e foram por mim numeradas e rubricadas.

Lisboa, 21 de Junho de 2006

O Advogado



**MARIA DO CARMO BARBOSA**

**ADVOGADA**

C.F. 195 428 893 Cód.3301 Cód.Prof.º 8123  
TEL: 213 117 359 FAX: 213 117 587  
Av. Liberdade, nº 222 - 4º 1250 - 148 LISBOA

(Artigo 1º, nº 3, do Decreto-Lei 28/2000 de 13 de Março)

GRATUITO

Acto único em 11 de Maio

Das sete dias do mês de Maio do ano em referência, pelas onze horas, no seu sede social sito em Avenida de la Libertad número duzentos e vinte e dois, reuniu a Assembleia Geral Univeral de "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Paraguay), SA", sociedade anónima com capital social de cento e sessenta e seis mil e seiscentos e setenta e sete pesos, inscrita no Registro Comercial de Asunción sob o número on mil trezentos e oito.

Assim a saber o Senhor Presidente de Mesa de Assembleia Geral, Dr. Adolfo de las Heras Brito, secretariado pelo Dr. Juan de Carlos Barrios, tendo o Sr. Presidente verificado estar devidamente representada e habilitada o capital social, porquanto o Dr. José Ponle de Silva, legal do Conselho de Administración, apresentou e mostrou de poderes de representação, tendo exibido as respectivas cartas-mandato, as quais ficaram devidamente autenticadas, assinadas pelo acionista "BBVA Luxinvest, SA", - anteriormente denominada "Canal Internacional Holding, SA", - detentora de cento e quarenta e seis mil e quarenta e seis pesos e quarenta e seis centavos, "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, SA", detentor de quinze mil e duzentos e cinquenta e oito mil, quinhentas e seis pesos e, ainda os acionistas Dr. Juan de Carlos Brito, Dr. José Ponle de Silva e Dr. José Luis Barrios, cada um, detentor de cinquenta e seis pesos.

Neste supradicho, a Assembleia reuniu-se de acordo com o requisito do artigo cinquenta e quatro do Código de Sociedades Comerciais, dispunha de se abster, e observância de formalidades legais, nomeadamente, e de convocatória.

Estavam ainda presentes todos os membros do actual

MARIA DO CARMO BARBOSA  
C.F. 195 429 803 Cod. 3301 Cód. Prof. nº 9103  
TEL. 213 217 000 FAX 213 217 547  
AV. LISBOA, 222 - 1.º ANDAR - 1050-108 LISBOA

Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da BBVA

Atento o exposto, o Senhor Presidente do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal convocou para a Assembleia Geral Ordinária de 2005, tendo o Dr. José António da Silva em nome dos acionistas "BBVA Luxinvest, SA", "Pauco Pithas Viraya Açupurcio, SA", Dr. Jerónimo de Sousa Silva, Dr. José António Monteiro e Dr. José Vitor Jardim, manifestado vontade de reunir e deliberar sobre o seguinte Ordem de trabalhos:

UM - Discutir e Deliberar sobre o Relatório de Gestões e as Contas relativas ao exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e cinco, incluindo a respectiva consolidação prevista no Decreto-Lei número 36/92 de 28 de Março;

DOIS - Discutir e Deliberar sobre a Proposta de Gestão do Resultado;

TRÊS - Proceder à queima geral de administração e fiscalização de sociedade;

QUATRO - Proceder à eleição dos órgãos sociais para o triénio 2006/2008.

O Senhor Presidente de Mesa, introduziu a Assembleia para início das obras à Ordem de Trabalhos, com a sequência de discussões os pontos número Um do mesmo, passando a palavra ao Dr. José António da Silva, o qual esclareceu que todos os elementos relativos ao exercício se encontravam explicitos no Relatório apresentado, sendo todas as contas ao mesmo, tendo a palavra à disposição dos presentes para prestar qualquer informação.

Qualquer tendo pretendido usar da palavra, o Sr. Presidente de Mesa colocou à votação o Relatório de Gestões e as Contas do exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e cinco, incluindo a respectiva consolidação de contas relativas às sociedades representadas pelo grupo, de acordo com o Decreto-Lei número 36/92 de 28 de Março, propondo como metodologia de

notas que a estaq. fosse efetuado simultaneamente.

Dado que há mais prazos opoite, passando-se a 1.ª de Junho, tendo o ponto 4.º de Ordem de trabalhos da reunião de 2005 sido por unanimidade.

Quando se se segue, no discurso do ponto 2.º de Ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da mesa informa que deu entrada no mês, uma proposta submetida pelo Conselho de administração, em o seguinte teor:

"Resposta:

O Conselho de administração propõe que o resultado líquido do exercício findo em Junho e mês de Dezembro de 2005 seja o seguinte, no valor de € 9.335.934,30 (nove mil, trezentos e trinta e cinco mil, novecentos e trinta e quatro euros e trinta e quatro centavos), seja feita a seguinte repartição:

- € 934.735,16 (novecentos e trinta e quatro mil, setecentos e trinta e cinco euros e dezasseis centavos) para "Reserva Legal"

- € 8.401.199,14 (oito mil, quatrocentos e um mil, cento e noventa e nove euros, cento e setenta e quatro centavos) para "Resultado Transitado"

O Senhor Presidente da mesa coloca a proposta que acabou de discutir de discussão, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Quando se se segue, no discurso do ponto 3.º de Ordem de trabalhos, o Dr. José Luís de Silva, em nome do acionista "BBVA Lux Invest SA" e "Banca Bilbas Vizcaya Argentina, SA", procedem à leitura do seguinte proposta:

Queria e aprovar o Relatório, balanço e contas, incluindo as consolidações, do Conselho de administração e o Relatório e parecer do Conselho fiscal relativamente ao exercício de 2005 e as contas consolidadas, propondo que este conselho fiscal aprova um voto de confiança a estes dois órgãos

MARIA DO CARMO BARBOZA  
ADVOGADA

C.F. 195 428 803 C063001 Ode Prof nº 8529  
TEL 212 147 399 FAX 212 147 397  
Av. Liberdade, nº 227 - 4º 1250 - 148 LISBOA

sociais, sem como a todos os seus membros.  
O Senhor Presidente de Mesa colocou a proposta presente da  
da à discussão de Assembleia e, seguidamente, votada,  
sendo a mesma lida por unanimidade.

Em seguida de se pedir, na discussão do ponto que se  
de Adm e Trabalho, foi deliberado por unanimidade,  
nomear para o biênio 2006/2008, a seguinte composição  
dos órgãos sociais:

Mesa de Assembleia Geral:

Presidente: Dr. Adelfo Jorge Pinheiro de Castro Brito,  
casado, residente no lue do Vigoroso, número oito-  
centos e vinte e oito, Lisboa.

Secretária: Dr. Maria do Carmo de Azevedo Barbosa, solteira,  
maior, residente no lue Infante Dom Henrique, número 16,  
quinta andar direito, em Lisboa.

Conselho de Administração:

Presidente: Sr. José Eduardo Vero Cruz Jardim, que também  
usa, José Vero Jardim, casado, residente no lue Antilho-  
mê 1, número cinquenta e um - later de Baptista, 3º B,  
quarta andar, direito, em Lisboa.

Administrador-Delegado: Sr. José Manuel Dória Garcia,  
casado, de nacionalidade espanhola, com domicílio no  
Avenida de Liberdade, número duzentos e vinte e dois, em  
Lisboa.

Delegado: Sr. Vitalino Manuel Hafis Amar, casado, de nacionali-  
dade espanhola, residente em Madrid, no Calle Velazquez,  
número treze e sete, segundo A.

- Sr. Segundo Duarte Martin, casado, de nacionalidade  
espanhola, com domicílio no Avenida de Liberdade, número  
duzentos e vinte e dois em Lisboa.

- Sr. Fran Madriaga Aza, casado, de nacionalidade espan-  
hola, com domicílio no Paseo de la Castellana, número oitenta  
e um, em Madrid.

- Dr. Guillermo Viterino Pumarats, de Palma Carlos, que tam-  
bem usa Guillermo de Palma Carlos casado, residente na

Rua Helena Ulrix, número nove, quinto andar, esquina  
com Lisboa

- Dr. José Joaquim Ponte de Silva, casado, residente no edifício  
da do paço de Palmela, número dezentos e trinta e nove,  
em Setúbal.

Conselho Fiscal:

Presidente: Dr. Luis Fernando Sampaio Pinês Bandeira, que  
também usa, Luis Bandeira, casado, com domicílio no Rua  
Pedro Homem de Lencas, número cinquenta e cinco - edifício  
Aiz IV - 5.605, Porto.

Vogais: Dr. Francisco José do Linho e Silva Leitão, case-  
do, com domicílio no Rua Pedro Homem de Lencas, nú-  
mero cinquenta e cinco - edifício Aiz IV - 5.605, Porto

- Soc. apelido: Leatinez, Canelledo, Leóidas & Associados,  
Soc. número cento e cinco, com sede no havela Conde de  
Benoto, número um-A, 5º B, Rua de Amadora, iguente  
do por Leóidas Leatinez do Leatinez, Soc. número de-  
zentos e setenta e dois, casado, residente na Urbaniza-  
ção do Quinta do Bra Esperança, lote cinquenta e quatro,  
Albarroque, Sintra

- Soc. Superente: Deloitte & Associados, Soc. S.A., inscrita  
no Ordem dos Contadores Fiscais de contas, sob o número  
quarenta e três, com sede no edifício Alvim Faldoube,  
número um, sexto andar, rua Lisboa, Leste Escalão  
Número 501 776 311, com o capital social de quinhentos  
mil euros, matriculado no Conservatório de Registo  
Comercial de Lisboa, sob o número onze mil, setecentos  
e noventa e três, representada por Sr. Dr. Luis Augusto  
Fonseca Juegalhas, que também usa, Luis Jue-  
galhas, casado, Soc. número quinhentos e cinquenta,  
com domicílio na praça anteriormente referida.

Uma foi deliberado, igualmente por unanimidade,  
que o Conselho de Administração eleito fossem dis-  
pensados de prestar contas e que, o Sr. José Manuel  
Teófilo Garcia e o Dr. José Joaquim Ponte de Silva exerçam

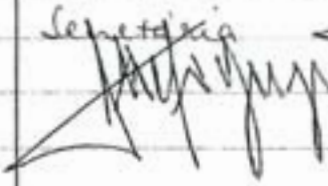
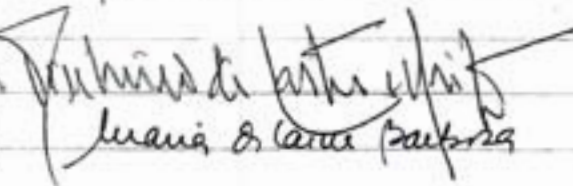
MARIA DO CARMO BARBOSA  
ADVOGADA  
C.F. 195 429 803 C663301 C663301  
TEL: 213 117 309 FAX: 213 117 307  
Av. Obereide nº 222 - 4º 1205 - 140 LISBOA

bu

• finais de cada corrente, conforme o previsto no número  
das actas decisivas junto do Registo geral de instituições  
de crédito e sociedades financeiras.

Por último, o senhor presidente de mesa deu a palavra  
ao Dr. José de Jesus e qual, no nome do presidente do  
Conselho de administração, agradeceu a dedicação e o empenho  
que o senhor deputado teve evidenciado ao longo dos anos  
que esteve à frente do destino da BBVA Portugal.

Por nada mais haver a deliberar, o senhor presidente  
de mesa procedeu ao encerramento da sessão pelas  
treze horas, tendo sido aprovado todo o documento  
anexo, designadamente, o livro de horas, seu  
conteúdo as cartas de apresentação dos accionistas que  
se fizeram representar nesta Assembleia, tendo sido  
lançada e aprovada a presente acta, que vai devotamente  
assinada pelo senhor presidente de mesa e pelo

Secretaria  
   
Maria do Carmo Barbosa

